



CONCORRÊNCIA PÚBLICA INTERNACIONAL
EDITAL N.º 001-2016 – SEF

Rio de Janeiro, 12 de março de 2018.

À Secretaria de Estado de Fazenda
Comissão Especial de Licitação (“Comissão”)
SCS QD 09 Bloco B, Loja 15, Térreo. Ed. Parque Cidade – Corporate

ccug.ppp@fazenda.df.gov.br
ppp@fazenda.df.gov.br

Ref. Questionamentos ao Edital n.º 001-2016 SEF

Ilustríssimos Srs. Representantes da Comissão,

Com referência às retificações ao Edital de Concorrência Pública supramencionado, solicitamos a V.Sas. o esclarecimento das questões abaixo:

Edital:

1 – Minuta do contrato: cláusula 64 e §1º - Entendemos que o Poder Concedente terá o direito de utilização gratuita das áreas, ressalvadas as exceções da cláusula 64, para até 24 (vinte e quatro) eventos anuais de até 10 dias. A redação do §1º da cláusula 64 denota que uma vez realizado um evento em cada uma das áreas locadas, esta não poderá mais ser solicitada pelo Poder Concedente no mesmo exercício, independentemente do número de dias de uso, que são limitados a 10 (dez). O entendimento está correto?

2 – Edital: sem referência – A área da Concessão, incluindo Centro de Convenções e Praça dos Namorados está devidamente registrada no Registro de Imóveis local, de modo a viabilizar o pleno exercício da posse e obtenção dos consequentes alvarás de funcionamento pela Concessionária? Seria possível disponibilizar o(s) registro do(s) imóvel(eis), mesmo que não atualizados?

SEÇÃO III

SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

RECONHECIMENTOS DE DÍVIDAS

Processo nº 003.000.169/2016. Com fulcro nos Artigos 29, 30, 86, 87 e 88 do Decreto 32.598, de 15 de dezembro de 2010, que estabelece as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, observadas as alterações trazidas pelo Decreto nº 35.073, de 13 de janeiro de 2014 e de acordo com o Decreto nº 37.594, de 16 de fevereiro de 2016, alterado pelo Decreto nº 37.660, de 28 de novembro de 2016, consoante documentação e as justificativas apresentadas nos autos do processo em epígrafe, RECONHEÇO A DÍVIDA, AUTORIZO a realização da despesa e DETERMINO a emissão de Nota de Empenho, das Notas de Liquidação, bem como das Previsões de Pagamento no valor de R\$ 1.891.109,99 (um milhão, oitocentos e noventa e um mil, cento e nove reais e noventa e nove centavos), em favor da empresa PROPEG COMUNICAÇÃO S/A, CNPJ: 05.428.409/0003-99, pela prestação de serviços de publicidade e propaganda, realizado no exercício de 2014. A despesa será custeada com recursos dos Programas de Trabalho: 04.131.6203.8505.0002 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA INSTITUCIONAL - DISTRITO FEDERAL e 04.131.6203.8505.0004 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA - UTILIDADE PÚBLICA - DISTRITO FEDERAL; Fonte: 100; Natureza de Despesa 3.3.90.92 - Despesas de Exercício Anterior, conforme Portaria nº 77 de 16 de fevereiro de 2018, publicada no DODF nº 35 de 21 de fevereiro de 2018. Paulo Pereira dos Santos. Subsecretário de Administração Geral.

Processo nº 003.000.170/2016. Com fulcro nos Artigos 29, 30, 86, 87 e 88 do Decreto 32.598, de 15 de dezembro de 2010, que estabelece as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, observadas as alterações trazidas pelo Decreto nº 35.073, de 13 de janeiro de 2014 e de acordo com o Decreto nº 37.594, de 16 de fevereiro de 2016, alterado pelo Decreto nº 37.660, de 28 de novembro de 2016, consoante documentação e as justificativas apresentadas nos autos do processo em epígrafe, RECONHEÇO A DÍVIDA, AUTORIZO a realização da despesa e DETERMINO a emissão de Nota de Empenho, das Notas de Liquidação, bem como das Previsões de Pagamento no valor de R\$ 813.973,99 (oitocentos e treze mil, novecentos e setenta e três reais e noventa e nove centavos), em favor da empresa AGNELO PACHECO CRIAÇÃO E PROPAGANDA LTDA, CNPJ: 54.779.343/0001-25, pela prestação de serviços de publicidade e propaganda, realizado no exercício de 2014. A despesa será custeada com recursos dos Programas de Trabalho: 04.131.6203.8505.0002 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA INSTITUCIONAL - DISTRITO FEDERAL e 04.131.6203.8505.0004 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA - UTILIDADE PÚBLICA - DISTRITO FEDERAL; Fonte: 100; Natureza de Despesa 3.3.90.92 - Despesas de Exercício Anterior, conforme Portaria nº 77 de 16 de fevereiro de 2018, publicada no DODF nº 35 de 21 de fevereiro de 2018. Paulo Pereira dos Santos. Subsecretário de Administração Geral."

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONCESSÃO DE USO Nº 01/2015

PROCESSO - SEI GDF Nº. 0414-001078/2015 - DAS PARTES: SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO X TAIOBA SELF-SERVICE LTDA-EPP. DO PROCEDIMENTO: O presente termo tem procedimento sediado no processo administrativo nº 414.001.078/2015, obedece às condições do Termo de referência e seus anexos, fls. 294/343, do Edital de Pregão Eletrônico nº 038/2015 - SULOG/SEGAD e seus anexos, fls. 270/356, da proposta de fl. 423, em conformidade com a Decisão nº 131/2003 - TCDF e regulamentada pela Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/2000, Decreto federal nº 5.450/2005 e Lei 8.666/1993. DO OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Termo de Concessão de Uso nº 01/2014-SEGAD por 30 (trinta) meses, de 11/03/2018 a 10/09/2020, com base no inciso II, art. 57 da Lei nº 8.666/1993 e na Cláusula Oitava Termo de Concessão de Uso nº 01/2015 - SEGAD. DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente Termo Aditivo terá vigência de 11/03/2018 a 10/09/2020, sendo que será imediatamente rescindido tão logo concluído novo procedimento de concessão. DA ASSINATURA: 09/03/2018. DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. DOS SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS, na qualidade de Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão; e pela CONTRATADA: MARIA AUGUSTA REIS DE MORAES, na qualidade de Sócia-Administradora.

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Diretor-Executivo da Escola de Governo do Distrito Federal na qualidade de Gestor Administrativo do Fundo de Melhoria da Gestão Pública - PRO-GESTÃO, tendo em vista, a delegação de competência estabelecida no Decreto de 22/10/2015, publicado no D.O.D.F. nº 205 de 23/10/2015, página 89, combinado com o Decreto nº 38.014, de 16/02/2017, publicado no DODF nº 35 de 17/02/2017, página 02, o disposto no Inciso II do Artigo 25, da Lei n.º 8666/1993 e acatando o Parecer Normativo nº 726/2008 - PROCAD/PGDF e Nota Técnica SEI-GDF nº 68/2018 - SEPLAG/GAB/AJL (5507162), reconheceu a Inexigibilidade de Licitação para contratação direta da empresa INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL - ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - INP - LTDA, para fazer face à despesa com a inscrição de 3 (três) servidores da Diretoria de Aquisições - DAQ/CODCOMP/SUAG da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal para participarem do 13º Congresso Brasileiro de Pregoeiros, no valor total de R\$ 11.286,00 (onze mil, duzentos e oitenta e seis reais). Ato que ratifico nos termos do artigo 26, da Lei nº. 8.666/93, e determino a sua publicação no Diário Oficial do DF, para que adquira a necessária eficácia. RENATO JORGE BROWN RIBEIRO, Secretário de Estado - Substituto.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE TERCEIRA RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 01/2016

O Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Fazenda, torna pública a retificação do Edital de Concorrência nº 001/2016 - SEF, publicado no DODF nº 240, de 18 de dezembro de 2017, conforme o disposto no item 8.1. Por não implicar alterações ou reformulação da proposta, ou o cumprimento de novas exigências, não haverá reabertura do prazo para entrega dos envelopes. Toda a documentação referente ao certame deverá ser, impreterivelmente, entregue até às 14:00 horas de 27/03/2018, data de abertura da sessão pública de abertura dos Envelopes, na SEDE DA SECRETARIA. Não será admitido que os LICITANTES remetam suas propostas por correio, courier ou outro meio de postagem. O Edital e seus anexos estarão disponíveis até o dia 27 de março de 2018, no site www.parceria.df.gov.br.

ROSSINI DIAS DE SOUZA Presidente da Comissão

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DIRETORIA DE SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2018 - UASG 974002

Processo - SEI n.º: 040.000.64120/2017-42 - SEI - SEF/DF. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de mão de obra contínua, nas funções de Digitador, Apoio Administrativo e Apoio de Gabinete, destinada à prestação de serviços administrativos e atividades auxiliares no âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal - SEF, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência constante do Anexo I do Edital. Tipo de Licitação: Menor preço global. Total de Lote Licitados: 1 e de subitens: 3. Valor total estimado: R\$ 2.274.348,96. Prazo de execução: 12 (doze) meses. Endereço: Setor Comercial Sul, Quadra 09, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre "B", 8º Andar, CEP: 70.308-200-Brasília-DF. Cadastramento das Propostas: a partir de 13/03/2018 às 08h00m e Abertura das Propostas: dia 27/03/2018 às 09h00m no site www.comprasgovernamentais.gov.br. Informações: Diretoria de Licitações, Contratos e Convênios - SUAG/SEF - DF, telefone: 0xx(61) 3312.5065.

Brasília/DF, 12 de março de 2018.

EDSON DE SOUZA
Pregoeiro

SUBSECRETARIA DA RECEITA COORDENAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE MERCADORIAS EM TRÂNSITO NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO ITINERANTE I

EDITAL Nº 04, DE 08 DE MARÇO DE 2018

O CHEFE DO NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO ITINERANTE I, DA GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE MERCADORIAS EM TRÂNSITO, DA COORDENAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA, DA SUBSECRETARIA DA RECEITA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, atendendo as atribuições delegadas através da Ordem de Serviço GEFMT nº 023 de 13 de setembro de 2017 em conformidade com o artigo 2º da Portaria nº 146 de 21 de julho de 2017 em consonância com o artigo 11, inciso III, da Lei nº 4.567, de 09 de maio de 2011 e atendendo ao disposto no artigo nº 12 do Decreto nº 37256 de 15 de abril de 2016, torna público a lavratura do(s) Auto(s) de Infração, a seguir identificado(s) na seguinte ordem de processo, interessado, CF/DF, CNPJ ou CPF e nº do auto: 128.000089/2018, EAF COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS E ALIMENTOS EIRELI, 27.376.509/0001-90, AI 029/2018; 128.000091/2018, LD ATACADISTA EIRELI ME, 28.052.621/0001-38, AI 022/2018. Cientifica o(s) referido(s) contribuinte(s) deste ato, considerando-se feita a intimação no decurso de prazo constante no inciso III do artigo 12 da referida lei, isto é, após o transcurso de 15 (dez) dias da publicação deste Edital. Ficando o contribuinte intimado a efetuar o pagamento ou, se preferir apresentar requerimento de parcelamento junto à Agência de Atendimento da Receita de sua Circunscrição Fiscal, observada a restrição prevista no Inciso I do artigo nº 10 da Lei Complementar do DF nº 833 de 27 de maio de 2011. Querendo, poderá ser apresentada impugnação à exigência fiscal no prazo de 30 (vinte) dias a contar desta intimação, segundo o artigo 25, inciso V da supramencionada Lei.

AMARILDO VITORACI

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S/A

CNPJ: 00.000.208/0001-00

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO BRB

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DOS ACIONISTAS

O Conselho de Administração do BRB-Banco de Brasília S.A. convida os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária que se realizarão em sua sede social, situada no Setor Bancário Sul Quadra 01 Bloco "E" - Edifício Brasília - 4º andar - nesta Capital, às 10 horas do dia 12 de abril de 2018, com a seguinte ordem do dia:

1- Quanto à Assembleia Geral Ordinária:

- a) tomar conhecimento do Relatório da Administração e examinar, para deliberação, contas, balanço, demonstrações financeiras, pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes e resumo do relatório do Comitê de Auditoria, relativos ao exercício social findo em 31-12-2017;
- b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social de 2017 e a distribuição dos dividendos;
- c) eleger os membros do Conselho de Administração;
- d) eleger os membros do Conselho Fiscal.

2- Quanto à Assembleia Geral Extraordinária:

- a) deliberar sobre proposta de remuneração global dos administradores do BRB-Banco de Brasília S.A.;
- b) deliberar sobre proposta de fixação da remuneração mensal dos membros do Conselho Fiscal.



AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 001/2016 – SEF

O Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Fazenda, torna pública a retificação do Edital de Concorrência nº 001/2016 – SEF, publicado no DODF nº 240, de 18 de dezembro de 2017, conforme o disposto no item 8.1

1. Retificação do item 1.1.36, do Edital:

Onde se lê:

1.1.36 **VISITA TÉCNICA:** vistoria da ÁREA DA CONCESSÃO e do CCUG.;

Leia-se:

1.1.36 **VALOR PRESENTE:** pagamentos futuros descontados a uma taxa de custo de capital de 10,84% (dez inteiros e oitenta e quatro centésimos por cento ao ano).;

2. Inclusão do item 1.1.37, do Edital:

1.1.37 **VISITA TÉCNICA:** vistoria da ÁREA DA CONCESSÃO e do CCUG.;

3. Inclusão da alínea “ss” na Cláusula 11, do Anexo I – Minuta de Contrato:

ss) **VALOR PRESENTE:** pagamentos futuros descontados a uma taxa de custo de capital de 10,84% (dez inteiros e oitenta e quatro centésimos por cento ao ano).

Por não implicar alterações ou reformulação da proposta, ou o cumprimento de novas exigências, não haverá reabertura do prazo para entrega dos envelopes. Toda a documentação referente ao certame deverá ser, impreterivelmente, entregue até às 14:00 horas de 27/03/2018, data de abertura da sessão pública de abertura dos Envelopes, na SEDE DA SECRETARIA. Não será admitido que os LICITANTES remetam suas propostas por correio, courier ou outro meio de postagem. O Edital e seus anexos estarão disponíveis até o dia 27 de março de 2018, no site www.parceria.df.gov.br.

ROSSINI DIAS DE SOUZA

Presidente da Comissão

Marcos Vinícius Nunes Calado

De: Rodolfo Andrade <rodolfo.andrade@glbr.com.br>
Enviado em: segunda-feira, 12 de março de 2018 09:29
Para: Subsecretaria Parcerias Público Privadas
Assunto: Concorrência No. 001/2016 - SEF - ESCLARECIMENTOS DO EDITAL - GL events Brasil - 12/MAR/2018
Anexos: @ 2. Concorrência No 0012016 - CCUG DF - Questionamento GL events - 12-03-2018 @.pdf

A/C Sr. Presidente da Comissão Especial de Licitação **Ref.: Concorrência No. 001/2016 – SEF**

A empresa GL events Brasil vem, por meio desta mensagem, solicitar, com base no Edital de Concorrência No. 001/2016, os esclarecimentos listados no anexo.

Desde já agradecemos o retorno, com brevidade, para que possamos avaliar o assunto internamente.

Atenciosamente,

Rodolfo Bittencourt ANDRADE

Diretor de Desenvolvimento de Negócios
Business Development Director
rodolfo.andrade@glbr.com.br



Rod. Dos Imigrantes, km 1.5
São Paulo – SP - Brasil

Tel.: +55 11 5067-1721

Cel.: +55 11 981 120 190

www.gleventsbrasil.net
www.gl-events.com

Conteúdo confidencial e protegido por lei. Se a mensagem foi recebida por engano, por favor, avise ao remetente e apague-a do computador.

As opiniões expressas nesse e-mail pertencem ao seu remetente e não necessariamente coincidem com aquelas do Grupo GL events.

Privileged and confidential content. If this message has been received in error, please notify sender and delete immediately. Any opinion or information expressed in this email belong to the sender and not necessarily coincide with those of GL events Group.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Brasília, 12 de março de 2018.

Questionamentos

Em observância ao princípio da publicidade e ao que está previsto no item 7.4 do Edital de Concorrência nº 001/2016-SEF, todos os questionamentos encaminhados à Comissão Especial de Licitação serão transcritos, *ipsis litteris* à forma que foram encaminhados aos e-mails ppp@fazenda.df.gov.br e ccug.ppp@fazenda.df.gov.br.

1. *Minuta do contrato: cláusula 64 e §1º – Entendemos que o Poder Concedente terá o direito de utilização gratuita das áreas, ressalvadas as exceções da cláusula 64, para até 24 (vinte e quatro) eventos anuais de até 10 dias. A redação do §1º da cláusula 64 denota que uma vez realizado um evento em cada uma das áreas locadas, esta não poderá mais ser solicitada pelo Poder Concedente no mesmo exercício, independentemente do número de dias de uso, que são limitados a 10 (dez). O entendimento está correto?*

Resposta: O entendimento está correto.

2. *Edital: sem referência – A área da Concessão, incluindo Centro de Convenções e Praça dos Namorados está devidamente registrada no Registro de Imóveis local, de modo a viabilizar o pleno exercício da posse e obtenção dos consequentes alvarás de funcionamento pela Concessionária? Seria possível disponibilizar o(s) registro do(s) imóvel(eis), mesmo que não atualizados?*

Resposta: Os documentos estão disponíveis em <https://is.gd/IDX05m>



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

EDITAL Nº 001/2016 – SEF

ANEXO I – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE CONCESSÃO ONEROSA DE OBRA PÚBLICA: OUTORGA PELO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL DO DIREITO DE EXPLORAR O CENTRO DE CONVENÇÕES ULYSSES GUIMARÃES À CONCESSIONÁRIA SOB A CONDIÇÃO DE QUE ESTA REFORME, MODERNIZE E MANTENHA O REFERIDO EQUIPAMENTO PÚBLICO E PAGUE AO PODER CONCEDENTE O VALOR PELA OUTORGA



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

SUMÁRIO

TÍTULO I – PARTES, INTERVENIENTE E CONSIDERANDA	4
TÍTULO II – OBJETO, SUBCONTRATAÇÃO, LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, INTERPRETAÇÃO E DEFINIÇÕES .	5
CAPÍTULO 1 – OBJETO	5
CAPÍTULO 2 – SUBCONTRATAÇÃO	6
CAPÍTULO 3 – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E REGIME JURÍDICO DO CONTRATO	6
CAPÍTULO 4 – INTERPRETAÇÃO	7
CAPÍTULO 5 – DEFINIÇÕES	7
TÍTULO III – BENS REVERSÍVEIS	12
TÍTULO IV – REFORMA E MODERNIZAÇÃO DO CCUG	14
CAPÍTULO 1 – INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS	14
CAPÍTULO 2 – DIRETRIZES PARA REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS	14
CAPÍTULO 3 – OBRAS DE REFORMA E MODERNIZAÇÃO	15
SEÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	15
SEÇÃO II – SISTEMA ELÉTRICO E SISTEMA DE GERADORES	16
SEÇÃO III – SISTEMA DE ILUMINAÇÃO	17
SEÇÃO IV – SISTEMA DE AR CONDICIONADO	17
SEÇÃO V – INSTALAÇÕES HIDRO-SANITÁRIAS	17
SEÇÃO VI – SISTEMA DE PREVENÇÃO DE INCÊNDIO	17
SEÇÃO VII – REDE ÓTICA E REDE ESTRUTURADA	18
SEÇÃO VIII – SISTEMA DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA	18
SEÇÃO IX – ESTRUTURA BÁSICA (PAREDES, PISO E TETO)	18
SEÇÃO X – ÁREA EXTERNA E REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DOS NAMORADOS	19
SEÇÃO XI – ESTRUTURAS RELACIONADAS À ACESSIBILIDADE	19
CAPÍTULO 4 – PROCEDIMENTO PARA ACEITAÇÃO DAS OBRAS	19
CAPÍTULO 5 – CRONOGRAMA DE ATIVIDADES	20
TÍTULO V – MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DO CCUG	22
CAPÍTULO 1 – MANUTENÇÃO	22
SEÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	22
SEÇÃO II – LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E REPAROS	22
SEÇÃO III – COLETA, REMOÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS	23
SEÇÃO IV – MANEJO E PAISAGISMO	24
CAPÍTULO 2 – OPERAÇÃO	24
SEÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	24
SEÇÃO II – PLANO OPERACIONAL	24
SEÇÃO III – REGISTRO DE ATIVIDADES	25



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

SEÇÃO IV – REGISTRO DE RECLAMAÇÕES E OCORRÊNCIAS	25
SEÇÃO V – OPERAÇÃO PARCIAL E TOTAL DO CCUG	26
CAPÍTULO 3 – UTILIZAÇÃO DO CCUG PELO PODER CONCEDENTE DURANTE A CONCESSÃO	26
TÍTULO VI – OBRIGAÇÕES DAS PARTES	27
CAPÍTULO 1 – OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONCESSIONÁRIA	27
CAPÍTULO 2 – OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE	29
TÍTULO VII – ALOCAÇÃO DOS RISCOS, REMUNERAÇÕES E EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO	31
CAPÍTULO 1 – ALOCAÇÃO DE RISCOS	31
CAPÍTULO 2 – REMUNERAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA	34
CAPÍTULO 3 – REMUNERAÇÃO DO PODER CONCEDENTE PELA OUTORGA	35
SEÇÃO I – VALOR PELA OUTORGA	35
SEÇÃO II – DO PAGAMENTO DO VALOR PELA OUTORGA	35
CAPÍTULO 4 – VALOR DO CONTRATO	36
CAPÍTULO 5 – ÍNDICE DE REAJUSTE CONTRATUAL	36
CAPÍTULO 6 – (RE)EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO	36
SEÇÃO I – EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO	36
SEÇÃO II – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO	37
SEÇÃO III – PLEITO DE REEQUILÍBRIO	37
SEÇÃO IV – RECONHECIMENTO DO DIREITO A REEQUILÍBRIO	38
SEÇÃO V – ELABORAÇÃO DOS FLUXOS	38
SEÇÃO VI – FORMA DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO	39
SEÇÃO VII – DISPOSIÇÕES FINAIS	40
TÍTULO VIII – CONCESSIONÁRIA	40
CAPÍTULO 1 – FINALIDADE, CAPITAL SOCIAL E SEDE	40
CAPÍTULO 2 – EMISSÃO DE TÍTULOS	41
CAPÍTULO 3 – UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS	41
CAPÍTULO 4 – INTEGRIDADE E ANTI-CORRUPÇÃO	41
CAPÍTULO 5 – ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS DA CONCESSIONÁRIA	42
CAPÍTULO 6 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	43
CAPÍTULO 7 – AUDITORIA INDEPENDENTE	43
CAPÍTULO 8 – PARTES RELACIONADAS	44
TÍTULO IX – FINANCIAMENTO DA CONCESSÃO	44
TÍTULO X – GESTÃO DO CONTRATO	46
CAPÍTULO 1 – GESTOR DO CONTRATO E RESPONSÁVEL TÉCNICO	46
CAPÍTULO 2 – TRANSPARÊNCIA E FISCALIZAÇÃO	46
CAPÍTULO 3 – SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO	49



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

CAPÍTULO 4 – SANÇÕES E PENALIDADES	50
CAPÍTULO 5 – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APLICAÇÃO DAS PENALIDADES	53
CAPÍTULO 6 – INTERVENÇÃO	54
TÍTULO XI – GARANTIAS E SEGUROS	55
CAPÍTULO 1 – GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO PELA CONCESSIONÁRIA	55
CAPÍTULO 2 – SEGUROS	57
TÍTULO XII – VIGÊNCIA, EXTINÇÃO DO CONTRATO E REVERSÃO DOS BENS	59
CAPÍTULO 1 – VIGÊNCIA.....	59
CAPÍTULO 2 – EXTINÇÃO DA CONCESSÃO.....	60
SEÇÃO I – HIPÓTESES E CONSEQUÊNCIAS DA EXTINÇÃO	60
SEÇÃO II – TÉRMINO DO PRAZO CONTRATUAL	61
SEÇÃO III – ENCAMPAÇÃO	61
SEÇÃO IV – CADUCIDADE.....	62
SEÇÃO V – RESCISÃO CONTRATUAL.....	63
SEÇÃO VI – ANULAÇÃO DO CONTRATO	64
SEÇÃO VII – FALÊNCIA OU DA EXTINÇÃO DA CONCESSIONÁRIA.....	64
SEÇÃO VIII – PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO POR NOVO CONCESSIONÁRIO	64
CAPÍTULO 3 – REVERSÃO DOS BENS	64
CAPÍTULO 4 – REALIZAÇÃO DE EVENTOS CONTRATADOS NA VIGÊNCIA DESTE CONTRATO APÓS A EXTINÇÃO DA CONCESSÃO	65
TÍTULO XIII – TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO OU DO CONTROLE ACIONÁRIO DA CONCESSIONÁRIA	66
TÍTULO XIV – MECANISMO DE SOLUÇÃO AMIGÁVEL DE CONFLITOS	67
TÍTULO XV – DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	68
CAPÍTULO 1 – DECLARAÇÃO SOBRE OS DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A CELEBRAÇÃO DESTE CONTRATO	68
CAPÍTULO 2 – FEIRAS E EVENTOS CONTRATADOS	68
CAPÍTULO 3 – COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES	68
CAPÍTULO 4 – CONTAGEM DE PRAZOS	69
CAPÍTULO 5 – FORO	69



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

TÍTULO I – PARTES, INTERVENIENTE E CONSIDERANDA

Por meio deste instrumento, as **PARTES**,

DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA com sede na SBN Quadra 02, Bloco A, CEP 70.040-909, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.684/0001-53, representada por seu Secretário, Sr. **WILSON JOSÉ DE PAULA**, portador da Carteira de Identidade nº [•], inscrito no CPF/MF sob o nº [•], residente em [•], neste ato denominado PODER CONCEDENTE; e

[NOME DA EMPRESA] [•], com sede na [•], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [•], representada por seu presidente [nome e qualificação], portador da Carteira de Identidade nº [•], inscrito no CPF/MF sob o nº [•], residente em [•], neste ato denominada CONCESSIONÁRIA;

com a interveniência de **[NOME DA EMPRESA LÍDER OU DO LICITANTE INDIVIDUAL]** [•], com sede na [•], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [•], representada por seu presidente [nome e qualificação], portador da Carteira de Identidade nº [•], inscrito no CPF/MF sob o nº [•], residente em [•], neste ato denominada ADJUDICATÁRIA ou INTERVENIENTE;

Considerando:

- a) a estrutura e a diversidade de espaços oferecida pelo Centro de Convenções Ulysses Guimarães (CCUG), que o habilitam a sediar eventos empresariais, políticos, sociais, esportivos, gastronômicos, culturais, técnicos, turísticos, comerciais, dentre outros, de portes variados;
- b) a boa localização do CCUG para a realização de eventos nacionais e internacionais;
- c) as necessidades de manutenção de uma estrutura adequada, moderna, de qualidade e visualmente atraente para o CCUG, de execução de uma boa estratégia de captação de eventos e de operação compatível com as exigências do mercado;
- d) a intenção de prover o Distrito Federal com mais um centro de convenções competitivo a nível nacional e internacional, com capacidade e qualidade suficientes para atrair eventos de médio e grande porte e de grande importância, incrementando sua posição como destino de eventos nacionais e internacionais; e
- e) a intenção de operar o CCUG de modo a explorar ao máximo a funcionalidade dos espaços, de forma eficaz e eficiente para, dessa forma, melhorar a atratividade, taxa de ocupação e rentabilidade do equipamento.

resolvem as PARTES celebrar este CONTRATO DE CONCESSÃO ONEROSA DE OBRA PÚBLICA, formado pelas cláusulas e condições a seguir estipuladas e pelos ADENDOS que o integram para todos os fins de direito, relacionados a seguir:

- a) ADENDO I – EDITAL E SEUS ANEXOS; e
- b) ADENDO II – PROPOSTA COMERCIAL e TERMO DE ATUALIZAÇÃO DE PROPOSTA COMERCIAL.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

TÍTULO II – OBJETO, SUBCONTRATAÇÃO, LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, INTERPRETAÇÃO E DEFINIÇÕES

CAPÍTULO 1 – OBJETO

Cláusula 1. O objeto deste CONTRATO DE CONCESSÃO ONEROSA DE OBRA PÚBLICA é a outorga do direito de explorar a operação do CENTRO DE CONVENÇÕES ULYSSES GUIMARÃES à CONCESSIONÁRIA, para a realização de feiras, exposições e eventos, sob as condições de que esta reforme, modernize e mantenha o referido equipamento público e pague ao PODER CONCEDENTE o VALOR PELA OUTORGA.

Cláusula 2. Incluem-se no objeto deste CONTRATO as seguintes áreas adjacentes ao CCUG:

- a) Calçadas com influência para acessibilidade ao CCUG e conexão entre o CCUG e os estacionamentos do seu entorno;
- b) Estacionamento contíguo à fachada externa oeste do CCUG.

Parágrafo único. Não obstante a obrigação de a CONCESSIONÁRIA manter em boas condições o estacionamento discriminado na alínea “b” do *caput*, este não terá sua operação explorada pela CONCESSIONÁRIA.

Cláusula 3. A CONCESSIONÁRIA deverá reformar e/ou modernizar os seguintes itens do CCUG:

- a) Sistema elétrico e sistema de geradores;
- b) Sistema de iluminação;
- c) Sistema de ar condicionado;
- d) Instalações hidro-sanitárias;
- e) Sistema de prevenção de incêndio;
- f) Rede ótica, rede estruturada;
- g) Sistema de vigilância eletrônica;
- h) Estrutura básica do complexo (paredes, piso, teto);
- i) Estacionamentos para veículos automotores e bicicletas; e
- j) Estruturas relacionadas à acessibilidade.

Cláusula 4. A obrigação da CONCESSIONÁRIA quanto à MANUTENÇÃO do CCUG envolve as seguintes funções:

- a) Elaborar Planos de Manutenção;
- b) Promover a manutenção periódica do CCUG;
- c) Realizar manutenções extraordinárias;
- d) Controlar a geração e dispor adequadamente dos resíduos gerados;
- e) Controlar as pragas sinantrópicas, os cupins e as endemias, desratizar e desinsetizar o equipamento;

Cláusula 5. A obrigação da CONCESSIONÁRIA quanto à OPERAÇÃO do CCUG inclui as



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

seguintes funções:

- a) elaborar PLANO OPERACIONAL;
- b) manter o CCUG em permanente operação desde a emissão da ORDEM DE INÍCIO DE OPERAÇÃO, TOTAL ou PARCIAL, respeitados os horários de funcionamento estabelecidos, que podem variar para cada tipo de evento.

Cláusula 6. A CONCESSIONÁRIA realizará a REFORMA E MODERNIZAÇÃO, a MANUTENÇÃO e a OPERAÇÃO do CCUG por sua conta e risco, nos termos e condições deste CONTRATO.

CAPÍTULO 2 – SUBCONTRATAÇÃO

Cláusula 7. A CONCESSIONÁRIA poderá subcontratar terceiros para o desenvolvimento de atividades relacionadas à execução do OBJETO, nos termos da legislação e deste CONTRATO.

- §1º. O subcontratado responsável pela execução das OBRAS DE REFORMA E MODERNIZAÇÃO deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnico-operacional, registrado(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo CAU, acompanhados(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) pelo(s) Conselho(s) Profissional(is) correspondente(s), que comprove(m) que o subcontratado tenha executado satisfatoriamente, para pessoas jurídicas de direito público ou privado, projetos, obras ou serviços de engenharia com as características técnicas similares às do OBJETO do CONTRATO, cujos itens incluam pavilhão de exposições, centro de convenções, *shopping center*, casa de espetáculo ou edifício semelhante, em qualquer caso, com no mínimo 10.000 m² (dez mil metros quadrados) e que tenha ao menos um auditório ou anfiteatro, um pavilhão para feiras e exposições, área de alimentos e bebidas e ar condicionado nos ambientes fechados.
- §2º. A CONCESSIONÁRIA deverá cuidar para que os terceiros contratados ou subcontratados sejam detentores de capacidade técnica compatível com as atividades OBJETO da CONCESSÃO.
- §3º. O conhecimento do PODER CONCEDENTE acerca de eventuais contratos firmados pela CONCESSIONÁRIA com subcontratados ou terceiros não pode ser alegado para eximi-la do cumprimento, total ou parcial, de suas obrigações decorrentes deste CONTRATO.
- §4º. Não será permitida a subcontratação total do objeto contratual, assim entendida aquela que transfira ao subcontratado o controle ou a gestão completa sobre o objeto do CONTRATO, inclusive no que se refere à transferência das responsabilidades pelo planejamento do uso do CCUG.
- §5º. Os contratos com subcontratados não poderão ter prazo de vigência superior ao deste CONTRATO.
- §6º. A CONCESSIONÁRIA será responsável, perante o PODER CONCEDENTE, pelo cumprimento do CONTRATO pelos terceiros que subcontratar.

CAPÍTULO 3 – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E REGIME JURÍDICO DO CONTRATO

Cláusula 8. A CONCESSÃO está sujeita às disposições deste CONTRATO, às leis vigentes no Brasil – com expressa renúncia à aplicação de qualquer outra –, e aos preceitos de Direito Público, sendo-lhe aplicáveis, supletivamente, os princípios



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

da teoria geral dos contratos e as disposições de Direito Privado.

§1º. A CONCESSÃO será regida:

- a) pela Constituição Federal de 1988;
- b) pela Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995;
- c) pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- d) pela Lei Distrital nº 1.137, de 10 de julho de 1996;
- e) por outras normas legais, técnicas e regulamentares aplicáveis.

§2º. Serão aplicáveis, independentemente da vontade das PARTES, as regulamentações expedidas pelos órgãos competentes acerca do objeto deste Contrato ou dos serviços ou atividades nele incluídos ou que lhe são inerentes, desde que compatíveis com a proteção ao ato jurídico perfeito e que não entrem em conflito com normas de hierarquia superior.

§3º. O Regime Jurídico deste Contrato confere ao Distrito Federal as prerrogativas de:

- a) Alterá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, assegurado seu equilíbrio econômico-financeiro;
- b) Promover sua extinção, nos casos e nas formas previstas no CAPÍTULO 2 – EXTINÇÃO DA CONCESSÃO do TÍTULO XII – VIGÊNCIA, EXTINÇÃO DO CONTRATO E REVERSÃO DOS BENS; e
- c) Fiscalizar sua execução e aplicar as sanções estipuladas em caso de inexecução parcial ou total do CONTRATO, Lei ou regulamento aplicável.

Cláusula 9. Os contratos celebrados entre a CONCESSIONÁRIA e terceiros reger-se-ão pelas normas de direito privado, não se estabelecendo relação de qualquer natureza entre os terceiros e o PODER CONCEDENTE.

CAPÍTULO 4 – INTERPRETAÇÃO

Cláusula 10. Na interpretação, integração ou aplicação de qualquer disposição deste CONTRATO, as cláusulas contratuais prevalecerão em caso de divergência com as disposições dos ADENDOS.

CAPÍTULO 5 – DEFINIÇÕES

Cláusula 11. Para fins deste CONTRATO, os termos listados a seguir, quando empregados, no singular ou no plural, **em letras maiúsculas**, terão os significados constantes desta cláusula:

- a) **ADENDOS:** Documentos que integram este CONTRATO;
- b) **ADJUDICATÁRIA ou INTERVENIENTE:** Participante da LICITAÇÃO à qual foi adjudicado o OBJETO da LICITAÇÃO e que constituiu a SPE / CONCESSIONÁRIA que celebrou este CONTRATO;
- c) **ÁREA DA CONCESSÃO:** terreno onde se encontra o CENTRO DE CONVENÇÕES ULYSSES GUIMARÃES, incluindo a Praça dos Namorados, que totaliza 49.849 m2 (quarenta e nove mil oitocentos e quarenta e nove metros quadrados), objeto da matrícula nº 94.413, do Cartório do 1º Ofício do



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Registro de Imóveis de Brasília, cujo perímetro foi indicado no ANEXO IV – PLANTAS, do EDITAL;

- d) **BENS REVERSÍVEIS:** Bens indispensáveis ao funcionamento do CCUG, a serem revertidos ao PODER CONCEDENTE ao término deste CONTRATO;
- e) **BENS VINCULADOS À CONCESSÃO:** Bens, reversíveis ou não, detidos pela CONCESSIONÁRIA, pelo PODER CONCEDENTE ou por terceiros, necessários à execução adequada e contínua do OBJETO deste CONTRATO;
- f) **CENTRO DE CONVENÇÕES ULYSSES GUIMARÃES** ou **CCUG:** infraestrutura de propriedade de Distrito Federal edificada na ÁREA DA CONCESSÃO, com área bruta total correspondente a 49.849,00 m² (quarenta e nove mil, oitocentos e quarenta e nove metros quadrados), descrita pela matrícula nº 94.413, do Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis de Brasília (ANEXO VIII do EDITAL), dividida em Ala Sul, Ala Oeste, Auditórios, Salas Modulares, Halls, estacionamento e a Praça dos Namorados, de acordo com o ANEXO IV – PLANTAS, do EDITAL.
- g) **CLIENTES:** Pessoas físicas ou jurídicas que estabeleçam relação contratual com a CONCESSIONÁRIA ou seus agentes para utilização do CCUG ou de suas partes para realização de atividade compatível com o fim do CCUG, tais como feiras, convenções ou eventos;
- h) **CONCESSÃO ou CONCESSÃO ONEROSA DE OBRA PÚBLICA:** o negócio jurídico entabulado entre o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA que assegura a esta o DIREITO DE EXPLORAR A OPERAÇÃO DO CENTRO DE CONVENÇÕES ULYSSES GUIMARÃES SOB A CONDIÇÃO DE REFORMAR, MODERNIZAR E MANTER O REFERIDO EQUIPAMENTO E PAGAR O VALOR PELA OUTORGA;
- i) **CONCESSIONÁRIA:** Sociedade de Propósito Específico – SPE constituída pela ADJUDICATÁRIA sob as leis brasileiras e de acordo com as regras previstas no EDITAL, com o fim exclusivo de explorar a CONCESSÃO, satisfazer as condições e cumprir as obrigações estabelecidas neste CONTRATO;
- j) **CONTRATO ou CONTRATO DE CONCESSÃO ONEROSA DE OBRA PÚBLICA:** Este instrumento jurídico e os ADENDOS que o integram, firmado entre as PARTES, que formaliza a OUTORGA DO DIREITO DE EXPLORAR A OPERAÇÃO DO CENTRO DE CONVENÇÕES ULYSSES GUIMARÃES À CONCESSIONÁRIA SOB A CONDIÇÃO DE QUE ESTA REFORME, MODERNIZE E MANTENHA O REFERIDO EQUIPAMENTO PÚBLICO E PAGUE AO PODER CONCEDENTE O VALOR PELA OUTORGA;
- k) **DATA DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO:** Data de publicação do CONTRATO no Diário Oficial do Distrito Federal;
- l) **EDITAL:** as versões finais do Edital de Concorrência nº 001/2016 - SEF e de todos os seus ANEXOS;
- m) **FEIRAS E EVENTOS CONTRATADOS:** Feiras e eventos listados no ANEXO V – FEIRAS E EVENTOS CONTRATADOS do EDITAL;
- n) **FINANCIADOR:** Toda e qualquer instituição financeira, banco de fomento, agência multilateral de crédito ou credor, inclusive debenturista, que conceda



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

financiamento ou crédito à CONCESSIONÁRIA para a execução do OBJETO deste CONTRATO;

- o) **GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:** Garantia do fiel cumprimento das obrigações da CONCESSIONÁRIA, a ser mantida em favor do PODER CONCEDENTE nos termos deste CONTRATO;
- p) **GESTOR DO CONTRATO:** profissional representante da CONCESSIONÁRIA responsável por acompanhar e garantir a fiel execução do CONTRATO pela SPE e por seus contratados e subcontratados e interagir com o PODER CONCEDENTE;
- q) **INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS:** Itens listados e detalhados no ANEXO II – MEMORIAL DESCRITIVO DOS INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS do EDITAL, os quais correspondem às obrigações de investimento mínimo da CONCESSIONÁRIA;
- r) **LICITAÇÃO:** Concorrência nº 001/2016 - SEF;
- s) **MANUTENÇÃO:** conjunto de intervenções físicas de qualquer espécie, programadas ou não, que a CONCESSIONÁRIA deverá realizar com o objetivo de manter as características técnicas e operacionais do CCUG, podendo envolver ações preventivas, de reabilitação ou de restauração;
- t) **OBRAS ou OBRAS DE REFORMA E MODERNIZAÇÃO:** atividades de construção, adequação física e atualização tecnológica da estrutura interna e externa do CCUG e áreas adjacentes, bem como de seus sistemas (elétricos, hidro-sanitários, de iluminação, etc.);
- u) **OPERAÇÃO:** conjunto de atividades operacionais, realizadas por conta e risco da CONCESSIONÁRIA, voltadas à exploração comercial do CCUG – a realização de feiras, exposições e eventos –, como a locação de ambientes, a gestão de pessoal, o dimensionamento de salas, a venda de ingressos, etc., podendo ser **TOTAL** ou **PARCIAL**, conforme se refira a todo o CCUG ou parcela sua que esteja disponível;
- v) **ORDEM DE INÍCIO DE OBRAS:** documento formal expedido pelo PODER CONCEDENTE e entregue mediante recibo à CONCESSIONÁRIA que autoriza o início das OBRAS DE REFORMA E MODERNIZAÇÃO;
- w) **ORDEM DE INÍCIO DE OPERAÇÃO TOTAL ou PARCIAL:** documento formal expedido pelo PODER CONCEDENTE e entregue mediante recibo à CONCESSIONÁRIA que autoriza o início da OPERAÇÃO (TOTAL ou PARCIAL) do CCUG;
- x) **PAGAMENTO MÍNIMO ANUAL:** valor mínimo que a CONCESSIONÁRIA pagará anualmente ao PODER CONCEDENTE pela outorga da CONCESSÃO, constante em sua PROPOSTA COMERCIAL e sob as condições estabelecidos nos termos deste CONTRATO.
- y) **PARCELA FIXA DO VALOR PELA OUTORGA:** valor único que a CONCESSIONÁRIA pagará ao PODER CONCEDENTE, na DATA DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO, pela outorga da CONCESSÃO, indicado em sua PROPOSTA COMERCIAL, caso não haja lances, e/ou na ata da sessão de coleta dos lances e no TERMO DE ATUALIZAÇÃO DE PROPOSTA



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

COMERCIAL, pelo direito de exploração da OPERAÇÃO do CCUG nos termos e sob as condições estabelecidos neste CONTRATO;

- z) **PARCELA VARIÁVEL DO VALOR PELA OUTORGA:** valor anual variável que a CONCESSIONÁRIA pagará ao PODER CONCEDENTE, a partir do terceiro ano do CONTRATO, pela outorga da CONCESSÃO, fruto de fórmula estabelecida no CONTRATO, que considera o PAGAMENTO MÍNIMO ANUAL, um percentual da receita bruta auferida pela CONCESSIONÁRIA e por suas PARTES RELACIONADAS em negócios envolvendo o CCUG, assim como seu desempenho mensurado pelo Sistema de Mensuração de Desempenho;
- aa) **PARTES:** o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA;
- bb) **PARTES RELACIONADAS:** (i) as pessoas ou membros da família – consanguíneos ou por afinidade, tais como os parentes em linha reta (ascendentes e descendentes) e os parentes em linha colateral e transversal em até quarto grau, dessa pessoa ou de seus cônjuges e dependentes – que detenham controle pleno ou compartilhado da SPE ou de empresas do mesmo grupo econômico, tenha influência significativa – poder de participar de decisões financeiras e operacionais, mas que não necessariamente caracterize controle – sobre a SPE ou sobre as empresas do mesmo grupo econômico, ou que seja uma pessoa chave da administração – indivíduos que têm autoridade e responsabilidade pela direção e planejamento das empresas, como os administradores, membros do conselho de administração, diretores executivos, etc – da SPE ou de empresa do mesmo grupo econômico; (ii) as pessoas jurídicas que fizerem parte do mesmo grupo econômico da SPE, forem coligadas, controladas ou controladoras da SPE ou forem controladas, direta ou indiretamente, formal ou informalmente, pelas pessoas indicadas no item (i) acima, incluindo, mas não se limitando, às pessoas jurídicas que estiverem sob controle conjunto (*joint venture*) de uma terceira sociedade ou de uma ou mais pessoas, exercerem influência significativa sobre a SPE ou sofrerem influência significativa da SPE, forem coligadas ou controladas por uma terceira sociedade pertencente ao mesmo grupo econômico da SPE ou tiverem como pessoa chave da administração qualquer das pessoas indicadas no item (i) acima;
- cc) **PLANO DE MANUTENÇÃO:** documento que detalha o planejamento das atividades de manutenção preventiva e de rotina do CCUG, incluindo: limpeza, conservação e reparos; coleta, remoção e tratamento de resíduos; manejo e paisagismo; outras atividades relevantes.
- dd) **PLANO OPERACIONAL:** documento que detalha o conjunto de atividades necessárias para operação de cada equipamento do CCUG, nos diversos usos, assim como os funcionários envolvidos.
- ee) **PODER CONCEDENTE:** O Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Fazenda;
- ff) **PRAÇA DOS NAMORADOS:** Edificação localizada em área contígua à fachada externa leste do CENTRO DE CONVENÇÕES ULYSSES GUIMARÃES;
- gg) **PROPOSTA COMERCIAL:** Proposta apresentada pela ADJUDICATÁRIA, nos termos e condições do EDITAL, que contém o valor da PARCELA FIXA DO VALOR PELA OUTORGA e o valor do PAGAMENTO MÍNIMO ANUAL a



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ser pagos ao PODER CONCEDENTE pela CONCESSIONÁRIA, envolvendo a proposta escrita em si e os respectivos ajustes decorrentes da manifestação de vontade correspondente ao lance oral final ofertado na LICITAÇÃO pela ADJUCATÁRIA, conforme TERMO DE ATUALIZAÇÃO DE PROPOSTA COMERCIAL;

- hh) **PÚBLICO:** a coletividade das pessoas físicas usuárias, convidadas e/ou consumidoras finais dos serviços, convenções, feiras e eventos que forem realizados no CCUG;
- ii) **RECEITAS PRINCIPAIS:** Receitas percebidas pela CONCESSIONÁRIA pela exploração comercial dos espaços do CCUG para feiras, eventos e exposições e outras atividades compatíveis com a finalidade do CCUG;
- jj) **RECEITAS ACESSÓRIAS:** receitas, distintas das RECEITAS PRINCIPAIS, percebidas pela CONCESSIONÁRIA em decorrência da exploração do CCUG, tais como serviços de telecomunicação e internet, aluguel de equipamentos, estacionamento e valet, publicidade, aluguel de longo prazo de espaços para estabelecimentos comerciais, incluindo lojas, cafés e restaurantes, dentre outros;
- kk) **RESPONSABILIDADE TÉCNICA:** Responsabilidade pela qualidade técnica do pessoal, procedimentos e equipamentos envolvidos na execução do OBJETO do CONTRATO, bem como pela conformidade desta execução aos termos e condições estipulados no CONTRATO e na legislação relevante;
- ll) **RESPONSÁVEL TÉCNICO:** profissional designado pela CONCESSIONÁRIA, devidamente habilitado, conforme regulamentação de sua profissão, ao qual é conferida a RESPONSABILIDADE TÉCNICA, na forma da Lei, pelas OBRAS DE REFORMA E MODERNIZAÇÃO, incubido da supervisão e direção técnica das atividades executadas;
- mm) **SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO ou SMD:** metodologia aplicada para aferir o desempenho da CONCESSIONÁRIA ao longo do período da CONCESSÃO, conforme ANEXO III – SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO do EDITAL;
- nn) **SPE:** Sociedade de propósito específico, estruturada sob a forma de sociedade por ações nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que exerce o papel de CONCESSIONÁRIA;
- oo) **SUSEP:** Superintendência de Seguros Privados, autarquia federal criada pelo Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966;
- pp) **TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO DOS BENS REVERSÍVEIS:** documento contendo a relação dos BENS REVERSÍVEIS, firmado pela CONCESSIONÁRIA e pelo PODER CONCEDENTE ao término da CONCESSÃO;
- qq) **VALOR DO CONTRATO:** valor correspondente a R\$ 37.493.972,93 (trinta e sete milhões, quatrocentos e noventa e três mil, novecentos e setenta e dois reais e noventa e três centavos), equivalente ao somatório dos valores despendidos para a realização dos investimentos obrigatórios com o valor das outorgas (PAGAMENTO MÍNIMO ANUAL e PARCELA FIXA DO VALOR PELA OUTORGA) até o termo final da CONCESSÃO, ambos trazidos a valor presente;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

- rr) **VALOR PELA OUTORGA:** valor que deverá ser pago pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE, nos termos deste CONTRATO, do EDITAL e seus ANEXOS.
- ss) **VALOR PRESENTE:** pagamentos futuros descontados a uma taxa de custo de capital de 10,84% (dez inteiros e oitenta e quatro centésimos por cento ao ano).

TÍTULO III – BENS REVERSÍVEIS

Cláusula 12. Sem prejuízo da obrigação de, em conjunto com o PODER CONCEDENTE, realizar o levantamento e conferência dos BENS VINCULADOS À CONCESSÃO em até 20 (vinte) dias após a DATA DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao PODER CONCEDENTE até o décimo dia do mês de abril de cada ano, relatório circunstanciado que retrate a situação de todos os BENS REVERSÍVEIS.

§1º. A CONCESSIONÁRIA zelar pela integridade dos BENS REVERSÍVEIS.

§2º. O relatório de que trata o *caput* deverá indicar, caso haja, os bens de terceiros existentes na ÁREA DA CONCESSÃO.

§3º. A CONCESSIONÁRIA poderá demandar ao PODER CONCEDENTE a retirada de bens de terceiros presentes na ÁREA DA CONCESSÃO, não ficando a CONCESSIONÁRIA responsável por quaisquer custos daí decorrentes.

Cláusula 13. A utilização, na execução do OBJETO, de equipamentos, infraestrutura ou quaisquer outros bens ou conjunto desses, cujo valor supere R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e que não sejam de propriedade do PODER CONCEDENTE ou da CONCESSIONÁRIA dependerá de autorização prévia do PODER CONCEDENTE.

§1º. A autorização não poderá ser concedida se:

- a) houver risco ou prejuízo à continuidade da exploração do CCUG, inclusive após a extinção da CONCESSÃO; e
- b) se tratarem de bens imprescindíveis à CONCESSÃO.

§2º. O PODER CONCEDENTE poderá condicionar a concessão da autorização à exigência de que o contrato celebrado entre o terceiro envolvido e a CONCESSIONÁRIA contenha disposição pela qual o terceiro se obrigue, em caso de extinção da CONCESSÃO e a critério do PODER CONCEDENTE, a manter tal contrato e a sub-rogar o PODER CONCEDENTE ou terceiros por esse indicados nos direitos dele decorrentes.

Cláusula 14. Os BENS REVERSÍVEIS incluem:

- a) edificações implantadas na ÁREA DA CONCESSÃO;
- b) infraestrutura permanente fixa (cabramento, quadros de distribuição, pontos de conexão, etc.) e respectivos componentes hidráulica, rede de TI, elétrica, de som, de imagem e de iluminação;
- c) sistemas e equipamentos de climatização, hidráulico e de energia;
- d) sistemas e equipamentos de CFTV;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

- e) palcos, lonas, cabos, roldanas, talhas, estandes e demais equipamentos necessários para a montagem e realização de eventos, feiras e convenções;
- f) cadeiras fixas e avulsas destinadas à acomodação do público, assim como outros mobiliários de uso rotineiro;
- g) equipamentos de controles de acesso; e
- h) sistemas, aparelhos e equipamentos necessários para o funcionamento da cabine de transmissão.

§1º. Os BENS REVERSÍVEIS não poderão, sem prévia autorização expressa do PODER CONCEDENTE, ser alienados, onerados ou dados em garantia, ou ainda, de qualquer modo, ser arrestados, penhorados ou expropriados sob qualquer forma.

§2º. A CONCESSIONÁRIA somente poderá alienar os BENS REVERSÍVEIS:

- a) se substituí-los por outros em condições de operacionalidade e funcionamento idênticas ou superiores ao apresentado ou exigido dos substituídos; ou
- b) nos casos em que comprovadamente tais bens se mostrarem não mais necessários à execução das obras e atividades da CONCESSÃO; e
- c) em qualquer caso, se for autorizado pelo PODER CONCEDENTE, procedendo-se à atualização do respectivo inventário conforme a Cláusula 12.

§3º. As autorizações poderão ser dadas conjuntamente com a aprovação dos projetos básicos e executivos de reforma e modernização, sempre que mencionados projetos estabelecerem, fundamentadamente, os destinos a serem dados aos bens substituídos ou alienados.

§4º. Em caso de alienação de BENS REVERSÍVEIS conforme a alínea “a” do §2º desta cláusula, os recursos auferidos com tal alienação poderão ser utilizados pela CONCESSIONÁRIA na substituição dos respectivos BENS REVERSÍVEIS alienados e, caso haja saldo remanescente, esse pertencerá ao PODER CONCEDENTE e deverá ser transferido a esse mediante depósito na mesma conta de que trata a Cláusula 79 deste CONTRATO.

§5º. Em caso de alienação de BENS REVERSÍVEIS conforme a alínea “b” do §2º desta cláusula, os recursos auferidos com a alienação pertencerão ao PODER CONCEDENTE e deverão ser transferidos a esse mediante depósito na mesma conta de que trata a Cláusula 79 deste CONTRATO.

§6º. Em qualquer caso de alienação, essa deve ser realizada em condições de mercado, conforme §1º da Cláusula 109 deste CONTRATO, e as respectivas transações deverão ser informadas em detalhe ao PODER CONCEDENTE, especialmente quanto aos preços praticados.

§7º. As alienações ou substituições de BENS REVERSÍVEIS que a CONCESSIONÁRIA pretenda realizar nos últimos 02 (dois) anos do prazo final da CONCESSÃO deverão ser prévia e expressamente autorizadas em processo específico pelo PODER CONCEDENTE.

Cláusula 15. A CONCESSIONÁRIA fica expressamente autorizada a propor, em nome próprio, quaisquer medidas judiciais cabíveis para assegurar ou recuperar a posse dos BENS REVERSÍVEIS.

Cláusula 16. Em até 30 (trinta) dias após a DATA DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO, as PARTES celebrarão o Termo Provisório de Aceitação dos Bens, contendo o estado de conservação, operação e especificações técnicas dos bens concedidos, devendo o Termo Definitivo de Aceitação dos Bens ser firmado até a emissão da ORDEM DE INÍCIO DE OPERAÇÃO.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

TÍTULO IV – REFORMA E MODERNIZAÇÃO DO CCUG

CAPÍTULO 1 – INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS

Cláusula 17. A CONCESSIONÁRIA executará os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS por sua conta e risco, com observância dos requisitos e especificações técnicas contidos no ANEXO II – MEMORIAL DESCRITIVO DOS INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS do EDITAL e neste CONTRATO.

Parágrafo único. A CONCESSIONÁRIA submeterá à aprovação do PODER CONCEDENTE, antes do início das obras, projetos básicos e, posteriormente, executivos que atendam ao disposto no *caput* de todas as intervenções previstas, os quais deverão ser acompanhados, quando for o caso, de estudos ou pareceres independentes e, se possível, das manifestações ou aprovações das autoridades competentes.

Cláusula 18. Os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS detalhados no ANEXO II do EDITAL incluem as OBRAS DE REFORMA E MODERNIZAÇÃO do CCUG, incluindo as OBRAS previstas para suas adjacências, favorecendo a convivência com o entorno.

Cláusula 19. A CONCESSIONÁRIA adotará o Livro de Ordem nas obras e serviços de engenharia e arquitetura, nos termos da legislação do sistema CONFEA/CREA.

CAPÍTULO 2 – DIRETRIZES PARA REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS

Cláusula 20. São diretrizes para a elaboração dos projetos e execução das obras relacionadas aos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS:

- a) valorizar os conceitos de sustentabilidade e respeito ao meio ambiente e adotar soluções tecnológicas que minimizem o consumo de energia elétrica e água;
- b) viabilizar as melhores práticas para tratamento/reaproveitamento dos resíduos provenientes dos eventuais serviços de alimentação;
- c) planejar todas as intervenções a serem realizadas na ÁREA DA CONCESSÃO a fim de evitar a presença de elementos que afetem sua características estéticas e durabilidade estrutural, tais como trincas, fissuras ou rachaduras;
- d) projetar e executar as obras considerando adequadas práticas relativas à aplicação de isoladores de som e barreiras à propagação de ruídos para eventos como conferências, exposições, shows, entre outros esperados;
- e) minimizar o impacto da mobilização do pessoal e equipamentos envolvidos na realização das obras na operação do CCUG e no trânsito do entorno;
- a) causar o mínimo de interferência ao entorno e à vizinhança;
- b) permitir e facilitar a integração entre o CCUG e outros equipamentos públicos do Setor de Divulgação Cultural, mais especificamente, o Planetário e o Clube do Choro de Brasília;
- a) manter o caráter modular dos espaços, com fechamentos removíveis e acessos independentes, de modo que possam abrigar eventos de portes diversos mediante o aumento ou a diminuição das áreas locáveis.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

CAPÍTULO 3 – OBRAS DE REFORMA E MODERNIZAÇÃO

SEÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 21. A CONCESSIONÁRIA se obriga, no âmbito das funções de REFORMA E MODERNIZAÇÃO do CCUG, a reformar e/ou modernizar os itens listados na Cláusula 3 deste CONTRATO.

Parágrafo único. Quaisquer outras obras de reforma e modernização não previstas no ANEXO II – MEMORIAL DESCRITIVO DOS INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS do EDITAL ou neste CONTRATO serão submetidas à avaliação discricionária do PODER CONCEDENTE quanto à possibilidade e conveniência de realizá-las e, uma vez aprovadas, sempre serão executadas por conta e risco da CONCESSIONÁRIA.

Cláusula 22. Na elaboração dos projetos básicos e executivos e na execução das OBRAS DE REFORMA E MODERNIZAÇÃO, deverão ser cumpridas as normas técnicas pertinentes e, especialmente:

- a) as normas da ABNT: NBR 6118/2003 (Estrutura de concreto) e ABNT: NBR 8800/2008 (Estrutura de aço); e demais normas ABNT e regulamentações referentes às estruturas existentes no CCUG;
- b) as normas relativas à acessibilidade, em especial a ABNT 9050/2015, incluindo todos os quesitos de acessibilidade – edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos em todo CCUG – e mantendo a sua funcionalidade durante todo o período da concessão;
- c) as normas relativas a sistemas de ar condicionado, em especial a norma ABNT NBR 1640 e a Portaria nº 3523/98 – Ministério da Saúde – Sistema de ar condicionado; e a Resolução RE nº. 9 de janeiro de 2003 – ANVISA (Referenciais de Qualidade do Ar Interior em Ambientes Climatizados Artificialmente de Uso Público e Coletivo);
- d) as normas relativas às instalações hidro-sanitárias, ABNT: NBR 5626 – água fria, NBR 8160 – Esgoto e demais normas pertinentes ao assunto;
- e) com relação aos sistemas e estruturas de proteção contra incêndio e pânico, a respectiva legislação vigente, atendendo às normas quanto aos sistemas, equipamentos e treinamentos necessários;
- f) as normas relativas a instalações e circuitos elétricos, em especial a NBR 5410 (referente a instalações de baixas tensões), a NBR 5419 (referente a descargas atmosféricas), além das normas NR 10, NBR 6147, NBR 14136 e IEC 60301-1.

Cláusula 23. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a:

- a) responsabilizar-se pela instalação e operação do canteiro de obras e demais estruturas operacionais pertinentes, de acordo com as exigências normativas, provendo a adequada estocagem e guarda do material utilizado nas obras;
- b) realizar verificações e testes necessários nos sistemas que foram reformados ou instalados, a fim de verificar sua segurança e adequação às normas pertinentes;
- c) em até 30 (trinta) dias do início das OBRAS DE REFORMA E



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

MODERNIZAÇÃO, apresentar ao PODER CONCEDENTE o comprovante de comunicação prévia do início da obra, por meio do Sistema de Comunicação Prévia de Obras do Ministério do Trabalho, bem como a matrícula da obra junto ao INSS – CEI e os programas de segurança do trabalho obrigatórios;

- d) manter o PODER CONCEDENTE mensalmente informado do cumprimento das etapas de execução das obras.

SEÇÃO II – SISTEMA ELÉTRICO E SISTEMA DE GERADORES

Cláusula 24. Os *nobreaks* e grupos geradores deverão ter peças com defeito substituídas, e seus sistemas deverão ser testados e atualizados pela CONCESSIONÁRIA.

Parágrafo único. Os testes de carga do sistema elétrico que deverão ser realizados contemplarão *nobreaks* e grupos geradores.

Cláusula 25. A CONCESSIONÁRIA deverá reformar o espaço externo utilizado para instalação de geradores de eletricidade e armazenamento de combustível, garantindo seu isolamento acústico, sua fácil conexão do gerador ao CCUG e, na medida do possível, sua adequação estética em relação ao entorno.

Cláusula 26. A CONCESSIONÁRIA deverá instalar equipamentos de leitura de consumo de energia nas áreas ou setores do CCUG, conforme viável.

Cláusula 27. A CONCESSIONÁRIA deverá substituir todas as tomadas de corrente fixas das instalações que se encontram fora do novo padrão por tomadas do tipo com contato de aterramento (PE) em conformidade com as normas pertinentes conforme a alínea “f” da Cláusula 22.

Cláusula 28. A CONCESSIONÁRIA poderá gerar parte ou toda energia elétrica requisitada na OPERAÇÃO e MANUTENÇÃO do CCUG, desde que:

- a) por meio de fontes alternativas e limpas, como a fotovoltaica;
- b) a unidade geradora promova baixa emissão de poluentes, baixo ruído e siga a legislação em vigor;
- c) a operação da unidade geradora seja realizada por profissionais competentes, podendo, inclusive, ser terceirizada; e
- d) haja autorização do PODER CONCEDENTE, que poderá exigir, para a outorga da autorização, contrapartida.

SEÇÃO III – SISTEMA DE ILUMINAÇÃO

Cláusula 29. A CONCESSIONÁRIA deverá modernizar o sistema elétrico, atualizando os pontos de iluminação para tecnologia LED, equivalente ou superior.

Cláusula 30. O sistema de iluminação de emergência também deverá ser reparado e complementado.

SEÇÃO IV – SISTEMA DE AR CONDICIONADO

Cláusula 31. A CONCESSIONÁRIA deverá instalar, reparar ou modernizar todo o sistema de



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ar condicionado e de resfriamento do CCUG.

SEÇÃO V – INSTALAÇÕES HIDRO-SANITÁRIAS

- Cláusula 32.** Na reforma e modernização das instalações hidro-sanitárias, a CONCESSIONÁRIA deverá priorizar soluções que aumentem a eficiência na utilização e a reutilização de águas, assim como instalar medidor de consumo de água por área ou setor, conforme viabilidade.
- Cláusula 33.** A CONCESSIONÁRIA deverá readequar sanitários e vestiários para atendimento dos usuários e os materiais utilizados devem ter qualidades e /ou funcionalidades mínimas conforme descrito a seguir:
- a) bacias com caixa acoplada e sistema de descarga com opção de duplo fluxo;
 - b) torneiras com sensores ou temporizadores para interrupção do fluxo de água em inox;
 - c) lavatórios em bancadas;
 - d) barras de apoio para portadores de necessidades especiais (NBR 9050);
 - e) sistemas de exaustão.

SEÇÃO VI – SISTEMA DE PREVENÇÃO DE INCÊNDIO

- Cláusula 34.** A CONCESSIONÁRIA deverá atualizar os sistemas de proteção contra incêndio e de controle de pânico, conforme necessário à obtenção da aprovação do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.
- Cláusula 35.** Deverão ser revisados, reabastecidos, reparados ou substituídos os seguintes itens:
- a) central de alarme de incêndio;
 - b) extintores;
 - c) hidrantes, registros e mangueiras;
 - d) detectores de fumaça e alarmes;
 - e) sistema de pressurização, hidrantes e *sprinklers*;
 - f) portas e barras antipânico; e
 - g) comunicação visual e tátil.

SEÇÃO VII – REDE ÓTICA E REDE ESTRUTURADA

- Cláusula 36.** A CONCESSIONÁRIA deverá executar o cabeamento estruturado do CCUG (voz, dados e imagens) de acordo com as normas ABNT, em especial a NBR 14565 (Procedimento básico para elaboração de projetos de cabeamento de telecomunicações para rede interna estruturada) e realizar a interligação dos armários de telecomunicações via fibra óptica.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

SEÇÃO VIII – SISTEMA DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA

- Cláusula 37.** A CONCESSIONÁRIA deverá reestruturar o sistema de vigilância eletrônica do CCUG, com atualização e substituição de equipamentos e estruturas e instalação de novos componentes e sistema.
- Cláusula 38.** O sistema de vigilância eletrônica do CCUG deverá permitir a operação de sistema de captação, registro e transmissão de imagens com o uso de câmeras de monitoramento, sistema de gravação e armazenamento de imagens, que deverão ser armazenadas e disponibilizadas ao PODER CONCEDENTE, nos termos da lei, pelo período mínimo de 40 (quarenta) dias.

SEÇÃO IX – ESTRUTURA BÁSICA (PAREDES, PISO E TETO)

- Cláusula 39.** A reforma deverá incluir a restauração ou substituição dos acabamentos, de forma a deixar o edifício adequado para uso e visualmente atrativo.

Parágrafo único. Devem ser reformados, reparados ou instalados, conforme necessidade, os seguintes itens:

- a) forro e parede de gesso;
- b) revestimento interno e externo;
- c) pintura de paredes e teto;
- d) guarda-corpo;
- e) rodapés;
- f) piso, incluindo piso emborrachado e/ou tátil;
- g) vidros da fachada e esquadrias (madeira ou alumínio);
- h) telhas e calhas;
- i) estrutura metálica da cobertura; e
- j) demais estruturas e acabamentos existentes.

SEÇÃO X – ÁREA EXTERNA

- Cláusula 40.** A CONCESSIONÁRIA deverá, na área externa, reformar as coberturas dos reservatórios, as subestações de energia elétrica, a casa de máquinas, os depósitos, bem como executar a reforma/substituição dos passeios e rampas existentes.

SEÇÃO XI – ESTRUTURAS RELACIONADAS À ACESSIBILIDADE

- Cláusula 41.** A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar e executar projeto de acessibilidade conforme diretrizes estabelecidas no ANEXO II – MEMORIAL DESCRITIVO DOS INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS do EDITAL.

Parágrafo único. A CONCESSIONÁRIA poderá sugerir mudanças às diretrizes estabelecidas no



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ANEXO II – MEMORIAL DESCRITIVO DOS INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS do EDITAL que tragam maior eficiência para a CONCESSÃO, desde que seja garantido o padrão de acessibilidade requisitado pelas normas aplicáveis conforme alínea “b” da Cláusula 22.

Cláusula 42. O projeto de acessibilidade deverá contemplar a reforma de todos os estacionamentos existentes na ÁREA DA CONCESSÃO, de forma a adequá-los aos princípios de acessibilidade e normas do setor.

SEÇÃO XII – PRAÇA DOS NAMORADOS

Cláusula 43. A PRAÇA DOS NAMORADOS compõe o objeto desta CONCESSÃO, contudo não há obrigatoriedade de realização de investimentos no local.

CAPÍTULO 4 – PROCEDIMENTO PARA ACEITAÇÃO DAS OBRAS

Cláusula 44. O PODER CONCEDENTE nomeará Comissão Especial de Obras a fim de acompanhar a execução e verificar a conformidade das OBRAS.

§1º. A CONCESSIONÁRIA comunicará ao PODER CONCEDENTE a conclusão das OBRAS que executar e o procedimento de aceitação das OBRAS poderá se dar em blocos, **de acordo com a área ou setor no qual as OBRAS DE REFORMA E MODERNIZAÇÃO forem executadas.**

§2º. A Comissão Especial de Obras terá um prazo de 15 (quinze) dias úteis após a comunicação formal de conclusão de cada bloco (ou do total) das OBRAS DE REFORMA E MODERNIZAÇÃO, para emitir parecer relativo à finalização dos respectivos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS ou, caso aplicável, das intervenções relacionadas ao PROJETO, podendo emitir:

- a) Termo de Aceitação Definitiva das obras, no caso das obras estarem de acordo com os parâmetros determinados no CONTRATO, NA PROPOSTA COMERCIAL, no PROJETO, caso aplicável, e na normatização legal e técnica vigente; ou
- b) Termo de Aceitação Provisória das obras, caso haja pendências ou itens em desacordo com o previsto nos documentos supracitados ou normatização legal e técnica vigente, caso em que o Termo apontará as pendências necessárias ao aceite definitivo.

§3º. No caso da alínea “b”, a CONCESSIONÁRIA terá prazo de 30 (trinta) dias para implementar as correções e/ou complementações apontadas no Termo de Aceitação Provisória das Obras.

§4º. Finalizadas as pendências, a CONCESSIONÁRIA fará novo comunicado ao PODER CONCEDENTE, o qual terá prazo de 15 (quinze) dias úteis para realizar nova vistoria e emitir novo parecer.

§5º. O processo descrito nos parágrafos *supra* irá se repetir até a emissão de Termo de Aceitação Definitiva.

CAPÍTULO 5 – CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Cláusula 45. A CONCESSIONÁRIA poderá, observadas as disposições contidas neste CONTRATO, optar por executar as OBRAS DE REFORMA E MODERNIZAÇÃO:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

- a) antes que se inicie a OPERAÇÃO do CCUG pela CONCESSIONÁRIA; ou
- b) paralelamente à sua OPERAÇÃO PARCIAL pela CONCESSIONÁRIA.

§1º. Independente da opção da CONCESSIONÁRIA, esta deverá planejar e executar as OBRAS DE REFORMA E MODERNIZAÇÃO de forma a garantir a realização adequada do Fórum Mundial da Água previsto no ANEXO V – FEIRAS E EVENTOS CONTRATADOS.

§2º. Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, e conforme necessário, a partir da data prevista na ORDEM DE INÍCIO DE OPERAÇÃO, PARCIAL OU TOTAL, e assinatura do Termo de Responsabilidade pelas FEIRAS E EVENTOS JÁ CONTRATADOS, nos termos da Cláusula 158, a CONCESSIONÁRIA deverá, por sua conta e risco, entrar em acordos com os CLIENTES relacionados às FEIRAS E EVENTOS CONTRATADOS elencados no ANEXO V quanto à mudança de data ou cancelamento dos respectivos eventos e quanto a indenizações eventualmente devidas, mantendo o PODER CONCEDENTE a salvo de qualquer responsabilidade pelos valores daí decorrentes.

§3º. Caso a CONCESSIONÁRIA execute as OBRAS nos termos da alínea “a” do *caput*:

- a) o PODER CONCEDENTE continuará operando o CCUG e realizará, sob sua responsabilidade, as FEIRAS E EVENTOS CONTRATADOS que forem mantidos;
- b) o PODER CONCEDENTE viabilizará a execução das obras pela CONCESSIONÁRIA concomitantemente à operação do CCUG prevista na alínea acima;
- c) o prazo de vigência do CONTRATO será automaticamente prorrogado em 6 (seis) meses, sem necessidade de aditivo contratual.

§4º. Caso a CONCESSIONÁRIA execute as OBRAS nos termos da alínea “b” do *caput*, deverá garantir que a execução das OBRAS não afete a realização das FEIRAS E EVENTOS CONTRATADOS que forem mantidos, e que os equipamentos de segurança estejam em perfeito funcionamento.

Cláusula 46. A CONCESSIONÁRIA terá um prazo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da DATA DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO para apresentar documentos e projetos necessários à obtenção de todas as licenças e autorizações necessárias ao início das OBRAS DE REFORMA E MODERNIZAÇÃO – salvo aquelas relacionadas ao PROJETO –, bem como o respectivo cronograma físico-financeiro detalhado, observada, em referência à Cláusula 45, a opção da CONCESSIONÁRIA, e respeitando o disposto na Cláusula 48.

Cláusula 47. As OBRAS DE REFORMA E MODERNIZAÇÃO deverão ser iniciadas em 30 (trinta) dias da emissão da ORDEM DE INÍCIO DE OBRAS.

Parágrafo único. Para emissão da ORDEM DE INÍCIO DE OBRAS:

- a) os projetos executivos deverão ter sido finalizados;
- b) as licenças e autorizações necessárias à execução das obras deverão ter sido obtidas;
- c) o cronograma físico-financeiro detalhado deverá ter sido apresentado ao PODER CONCEDENTE;
- d) as garantias adicionais referentes às OBRAS deverão estar constituídas; e
- e) os seguros de construção deverão estar vigentes.

Cláusula 48. A CONCESSIONÁRIA não poderá ultrapassar os prazos previstos no cronograma



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

físico financeiro de avanço das OBRAS constante do ANEXO II – MEMORIAL DESCRITIVO DOS INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS.

Cláusula 49. A OPERAÇÃO do CCUG deverá ser iniciada imediatamente após a emissão da ORDEM DE INÍCIO DE OPERAÇÃO, PARCIAL ou TOTAL, conforme o caso.

§1º. A CONCESSIONÁRIA solicitará emissão da ORDEM DE INÍCIO DE OPERAÇÃO para cada área ou setor que pretenda começar a OPERAR, no caso de OPERAÇÃO PARCIAL.

§2º. Para emissão da ORDEM DE INÍCIO DE OPERAÇÃO:

- a) a autorização de funcionamento, e as licenças, caso aplicáveis, ainda que provisórias ou parciais, deverão ter sido emitidas;
- b) os seguros previstos na Cláusula 138 deverão estar vigentes para a(s) área(s) que entrará(ão) em OPERAÇÃO;
- c) o PLANO OPERACIONAL previsto na Cláusula 5, para as áreas que entrarão em OPERAÇÃO, deverá ter sido elaborado e apresentado ao PODER CONCEDENTE.
- d) o TERMO DEFINITIVO DE ACEITAÇÃO DE BENS deverá ter sido firmado;
- e) o Termo Definitivo de Aceitação de Obras referente à área ou setor que se pretende OPERAR deverá ter sido firmado;
- f) os profissionais necessários à operação do CCUG, conforme previsto no EDITAL, deverão ter sido contratados pela CONCESSIONÁRIA;

§3º. O Início da OPERAÇÃO TOTAL do CCUG deverá ocorrer, tendo como data base a emissão da primeira ORDEM DE INÍCIO DE OBRAS, em até:

- a) 360 (trezentos e sessenta) dias, caso opte pela execução das OBRAS conforme a alínea “a” da Cláusula 45; ou
- b) 720 (setecentos e vinte) dias, caso opte pela execução das OBRAS conforme a alínea “b” da Cláusula 45.

TÍTULO V – MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DO CCUG

CAPÍTULO 1 – MANUTENÇÃO

SEÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 50. A CONCESSIONÁRIA executará, por sua conta e risco e durante toda a vigência da CONCESSÃO, de acordo com o disposto neste CONTRATO, todas as atividades necessárias para a MANUTENÇÃO do CCUG.

Cláusula 51. A CONCESSIONÁRIA deverá, em até 30 dias da assinatura do CONTRATO, apresentar ao PODER CONCEDENTE o PLANO DE MANUTENÇÃO.

§1º. O PLANO DE MANUTENÇÃO deverá ser revisto e atualizado anualmente.

§2º. A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar e manter atualizado registro de execução das atividades detalhadas no PLANO DE MANUTENÇÃO, o qual deverá ser disponibilizado ao PODER CONCEDENTE sempre que solicitado.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

§3º. Caso solicitado pelo PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar a programação detalhada da execução das atividades do PLANO DE MANUTENÇÃO.

SEÇÃO II – LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E REPAROS

Cláusula 52. A CONCESSIONÁRIA manterá a ÁREA DA CONCESSÃO constantemente limpa, removendo entulhos, sobras e demais materiais inservíveis.

Cláusula 53. O PLANO DE MANUTENÇÃO, no que tange à limpeza, conservação e reparos, disporá, pelo menos, sobre:

- a) o serviço de limpezas periódicas do CCUG, que incluem as limpezas internas, de forma a manter o CCUG, e todos seus componentes, livres de quaisquer elementos que possam ser caracterizados como lixo ou escória, bem como as limpezas externas;
- b) os casos e procedimentos para a realização de manutenção e limpeza extraordinárias, de parte ou de todo o CCUG;
- c) programas de controle de pragas sinantrópicas, controle de cupins, desratização, desinsetização e controle de endemias;
- d) a conservação dos bens, equipamentos e instalações empregados na CONCESSÃO, mantendo-os atualizados e em perfeitas condições de funcionamento;
- e) a manutenção das estruturas metálicas (reaperto e pintura) e de concreto armado;
- f) a previsão de substituições demandadas em função do desgaste, superação tecnológica ou término da sua vida útil, em observância ao princípio da atualidade;
- g) as disposições relativas aos testes dos sistemas de geradores;
- h) os prazos e a periodicidade da execução dos serviços de conservação;
- i) a realização de reparos; e
- j) os prazos previstos para a solução das falhas de acordo com sua natureza, devendo ser previstos prazos mais curtos para situações de maior prejuízo à funcionalidade do CCUG.

§1º. O PLANO DE MANUTENÇÃO deverá prever atividades que garantam que pelo menos os seguintes itens estejam sempre disponíveis para uso e em adequado nível de conservação e/ou funcionamento:

- a) Unidades funcionais dispostas no ANEXO III – SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO do EDITAL;
- b) Assentos dos auditórios;
- c) Elevadores e plataformas de elevação;
- d) Sistemas de ar condicionado e resfriamento, incluindo todos os equipamentos e componentes, de forma que todas as unidades funcionais possam ser simultânea e adequadamente climatizadas;
- e) Sistema de iluminação do CCUG, incluindo fiação, lâmpadas, luminárias,



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**

refletores, iluminação de emergência e demais componentes;

- f) Estrutura do CCUG com acabamentos em dia, sem falhas aparentes como rachaduras, descolamento do revestimento ou do piso, peças quaisquer quebradas, manchas ou descascamentos na pintura, infiltrações, fissuras e afins;
- g) Sistema de circuito fechado de televisão, com software e câmeras de monitoramento nos pontos chave;
- h) Cobertura, calhas e caixas d'água;
- i) Sistema de prevenção, proteção e combate a incêndio; e
- j) Áreas frias – copas, banheiros e vestiários.

§2º. A CONCESSIONÁRIA poderá estipular, em seus contratos com clientes, que será destes a responsabilidade e os custos de limpeza e de eventuais reparos da(s) unidades(s) do CCUG após a realização dos respectivos eventos, sem prejuízo da responsabilidade da CONCESSIONÁRIA perante o PODER CONCEDENTE pelo asseio e manutenção do CCUG.

§3º. A CONCESSIONÁRIA entregará, trimestralmente, ao PODER CONCEDENTE certificado de controle de pragas realizado por empresa certificada pela ANVISA, conforme prazo disposto no ANEXO III – SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO do EDITAL.

SEÇÃO III – COLETA, REMOÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS

Cláusula 54. O PLANO DE MANUTENÇÃO, no que tange à coleta, remoção e tratamento de resíduos, disporá, sem prejuízo do atendimento das melhores práticas de proteção do meio ambiente, pelo menos, sobre:

- a) triagem, transporte, armazenamento, descarte, reaproveitamento e reciclagem de resíduos originados da CONCESSÃO, observadas as normas técnicas, a legislação federal e distrital aplicáveis e as exigências quanto aos licenciamentos e autorizações necessários para essa finalidade, inclusive as licenças ambientais, se aplicáveis;
- b) a mitigação dos riscos ambientais, ocupacionais e de proliferação de vetores e pragas;
- c) o cumprimento de normas de segurança no tocante à manipulação, armazenagem e transporte de produtos, substâncias, materiais e resíduos perigosos ou tóxicos;
- d) a gestão integrada dos resíduos sólidos, que deve contemplar programa de Coleta Seletiva; e
- e) a organização de um sistema de coleta eficiente e regular.

SEÇÃO IV – MANEJO E PAISAGISMO

Cláusula 55. O PLANO DE MANUTENÇÃO, no que tange ao manejo e paisagismo, disporá, pelo menos, sobre:

- a) a implantação de projetos de manejo e paisagismo do CCUG e de suas áreas adjacentes, levando em consideração, dentre outros elementos, os projetos



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**

do Centro de Convenções, o relevo, o solo, as áreas de preservação, o clima, a vegetação e a circulação de pessoas;

- b) a conservação adequada das áreas verdes internas do CCUG;

CAPÍTULO 2 – OPERAÇÃO

SEÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

- Cláusula 56.** A CONCESSIONÁRIA se obriga a operar o CCUG, por sua conta e risco, desde a emissão da primeira ORDEM DE INÍCIO DE OPERAÇÃO até o advento do termo deste CONTRATO.
- Cláusula 57.** Fica assegurada à CONCESSIONÁRIA, na OPERAÇÃO DO CCUG, ampla liberdade empresarial, de acordo com o disposto neste CONTRATO.
- Cláusula 58.** A CONCESSIONÁRIA manterá seus funcionários devidamente identificados e, sempre que atuem em contato com USUÁRIOS do CCUG, uniformizados.

SEÇÃO II – PLANO OPERACIONAL

- Cláusula 59.** A CONCESSIONÁRIA deverá manter e implantar PLANO OPERACIONAL que inclua:
- a) os requisitos, procedimentos e atividades para a operação do CCUG;
 - b) conjunto de atividades requisitadas para operação de cada equipamento, nos diversos usos, assim como os funcionários envolvidos;
 - c) esquemas alternativos de trabalho e de contingência para situações emergenciais, tais como falta de água, energia elétrica, gás, vapor, quebra de equipamentos, greves e outros;
 - d) padrões mínimos de infraestrutura necessária ao funcionamento do CCUG, garantindo a segurança do PÚBLICO;
 - e) esquemas de atendimento a situações de emergência que envolvam os USUÁRIOS ou colaboradores do CCUG, observando-se todos os normativos pertinentes ao setor, mantendo disponíveis, para tanto, recursos humanos e materiais preparados;
 - f) as medidas a serem executadas em caso de situações de urgência e emergência, desastres, necessidades de evacuações e outras assemelhadas;
 - g) plano de vigilância e segurança patrimonial, de forma a garantir a segurança e integridade do equipamento e também dos colaboradores e usuários; e
 - h) informações sobre horário de funcionamento, para as diversas finalidades;

Parágrafo único. O PLANO OPERACIONAL deverá ser entregue ao PODER CONCEDENTE com antecedência de, pelo menos, 30 dias da data prevista para início da operação.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

SEÇÃO III – REGISTRO DE ATIVIDADES

Cláusula 60. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar, em periodicidade trimestral, Registro de Atividades, contendo no mínimo informações sobre o volume de eventos, tipo de evento, duração e preço praticado, de acordo com o ANEXO III – SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO do EDITAL.

SEÇÃO IV – REGISTRO DE RECLAMAÇÕES E OCORRÊNCIAS

Cláusula 61. A CONCESSIONÁRIA deverá manter Registro de Reclamações e Ocorrências Extraordinárias compilado com base em reclamações do PÚBLICO, além de notificações de órgãos oficiais, como a polícia e órgãos do Distrito Federal.

§1º. A CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar na página da internet do CCUG em local de fácil identificação, um número de telefone e uma área para o registro das reclamações e ocorrências extraordinárias dos usuários e vizinhança.

§2º. A CONCESSIONÁRIA também deverá disponibilizar livro de registro de reclamações e ocorrências extraordinárias em local com acesso facilitado.

§3º. Os registros efetuados por meio de telefone, internet e livro de registro deverão ser armazenados por pelo menos 24 (vinte e quatro) meses, e compilados no Registro de Reclamações e Ocorrências Extraordinárias.

§4º. A CONCESSIONÁRIA disponibilizará ao PODER CONCEDENTE relatório, atualizado, com tais reclamações e ocorrências extraordinárias, bem como com as respostas fornecidas e as providências adotadas em cada caso, de acordo com o ANEXO III – SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO do Edital.

SEÇÃO V – OPERAÇÃO PARCIAL E TOTAL DO CCUG

Cláusula 62. Independentemente de a CONCESSIONÁRIA optar pela OPERAÇÃO PARCIAL ou TOTAL do CCUG, serão aplicáveis as seguintes regras:

- a) A CONCESSIONÁRIA será responsável por todos os custos incorridos na realização de eventos a partir da ORDEM DE INÍCIO DE OPERAÇÃO, PARCIAL ou TOTAL;
- b) Custos de água e luz serão de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a partir da ORDEM DE INÍCIO DE OBRAS.
- c) A CONCESSIONÁRIA só fará jus às receitas de eventos por essa captados caso esses sejam realizados a partir da ORDEM DE INÍCIO DE OPERAÇÃO, PARCIAL ou TOTAL.

CAPÍTULO 3 – UTILIZAÇÃO DO CCUG PELO PODER CONCEDENTE DURANTE A CONCESSÃO

Cláusula 63. O CCUG deverá ser disponibilizado para uso direto do PODER CONCEDENTE em perfeitas condições, nos termos e condições deste Capítulo.

Cláusula 64. O PODER CONCEDENTE poderá exercer o direito de gratuidade na reserva e uso do CCUG por até 24 eventos de interesse público por ano.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

- §1º. Cada evento realizado pelo PODER CONCEDENTE deverá ocorrer apenas uma vez por ano em cada espaço locável, descritos no item 5.18 do Anexo VI – MODELO DE NEGÓCIO REFERENCIAL, e terá duração de, no máximo, 10 (dez) dias, considerados neste prazo os procedimentos de montagem, realização e desmontagem de eventos.
- §2º. No exercício do direito a que se refere o *caput*, é vedado ao PODER CONCEDENTE intermediar, ou de qualquer forma, solicitar à CONCESSIONÁRIA que o CCUG seja disponibilizado a terceiros nas condições aplicáveis ao PODER CONCEDENTE, salvo quando o terceiro organizador do evento for parte da Administração Pública Direta Distrital ou o Governador declarar, mediante decreto publicado na Imprensa Oficial, tanto a relevância do evento em si, quanto que a realização do mesmo no CCUG é importante para a reputação global do Centro de Convenções e do Distrito Federal como anfitrião.
- §3º. O PODER CONCEDENTE terá gratuidade na reserva e na locação de espaços no CCUG, desde que definidos com até 24 meses de antecedência de sua realização; caso o faça em período inferior, terá garantido apenas o direito de gratuidade da despesa de locação.
- §4º. No ato de reserva, a fim de fazer uso do direito de gratuidade, o PODER CONCEDENTE deverá apresentar, por meio de carta assinada por autoridade competente, as seguintes informações à CONCESSIONÁRIA:
- a) Nome do organizador do evento;
 - b) Nome e breve descrição do evento;
 - c) Datas solicitadas; e
 - d) Espaços solicitados.
- §5º. Caberá ao PODER CONCEDENTE, por meio de decreto ou outro instrumento jurídico pertinente, definir os procedimentos de análise e seleção dos requerimentos para usufruto do direito a que se refere o *caput*.
- §6º. A reserva efetuada deverá ser confirmada com a CONCESSIONÁRIA, por escrito, com antecedência mínima de 12 meses de sua utilização, sob pena de a data poder ser livremente comercializada pela CONCESSIONÁRIA.
- §7º. Na hipótese de cancelamento de reserva já confirmada ou realizada nos termos do parágrafo anterior, por parte do PODER CONCEDENTE, a quantidade de dias previstos na reserva cancelada será abatida da cota de gratuidade do PODER CONCEDENTE, sem prejuízo, e independentemente, de a CONCESSIONÁRIA preencher os dias e espaços referentes à reserva cancelada com outros eventos.
- §8º. Caso não tenha utilizado todo o período de gratuidade disponível anualmente mediante reserva com antecedência de 24 meses, o PODER CONCEDENTE poderá utilizar a cota de gratuidade restante, ficando sujeito à disponibilidade de espaços e datas, bem como à cobrança de taxa de reserva pela CONCESSIONÁRIA, excetuando-se o caso do parágrafo seguinte.
- §9º. Caso não tenha utilizado todo o período de gratuidade disponível anualmente, mediante reserva com antecedência de 24 meses, o PODER CONCEDENTE poderá utilizar a cota de gratuidade restante ao longo dos seis meses que antecedem a data a ser utilizada, ficando isento de qualquer cobrança de taxa de reserva pela CONCESSIONÁRIA.
- §10º. Em caso de utilização do CCUG durante o período de CONCESSÃO além dos 10 (dez) dias de gratuidade por ano, o PODER CONCEDENTE se submeterá aos preços praticados pela CONCESSIONÁRIA.

Cláusula 65. É responsabilidade do Governo do Distrito Federal arcar com todos os custos de



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**

realização dos eventos de interesse público no CCUG, excetuando-se exclusivamente os custos de locação dos espaços.

TÍTULO VI – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CAPÍTULO 1 – OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONCESSIONÁRIA

- Cláusula 66.** A CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo de outras obrigações estabelecidas neste CONTRATO, na legislação ou em outras normas aplicáveis, obriga-se, de modo geral, à:
- a) obter e manter todas as licenças, permissões e autorizações exigidas para a plena execução do OBJETO da CONCESSÃO, responsabilizando-se por todas as providências necessárias junto aos órgãos competentes, nos termos da legislação vigente, e arcando com todas as despesas e os custos envolvidos, assim como informar ao PODER CONCEDENTE caso quaisquer dessas licenças, permissões ou autorizações forem retiradas, revogadas ou caducarem, ou, por qualquer motivo, deixarem de operar os seus efeitos, indicando, desde logo, as medidas que foram tomadas e/ou que serão tomadas para a sua obtenção;
 - b) Manter, durante o prazo do CONTRATO, os requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e qualificação técnica previstos no EDITAL;
 - c) Dispor de equipamentos, materiais e equipe adequados para a consecução de todas as obrigações estabelecidas neste CONTRATO, com a eficiência e a qualidade contratualmente definidas
 - d) Honrar pontualmente os compromissos financeiros assumidos nos termos deste CONTRATO;
 - e) Captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à execução do OBJETO do presente CONTRATO;
 - f) Permitir e colaborar com a fiscalização realizada pelo PODER CONCEDENTE;
 - g) cumprir e respeitar as cláusulas e condições deste CONTRATO, submetendo-se plenamente à regulamentação existente ou a que venha a ser editada, às normas da ABNT e/ou do INMETRO ou outro órgão regulamentador competente, bem como às especificações e projetos pertinentes, aos prazos e às instruções da fiscalização do PODER CONCEDENTE, cumprindo ainda com as metas, parâmetros de qualidade e demais condicionantes para a execução do OBJETO da CONCESSÃO;
 - h) fazer com que sejam apresentadas as anotações de responsabilidade técnica – ART, conforme exigido pela regulamentação aplicável;
 - i) obedecer aos padrões e boas práticas de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras adequadas;
 - j) assumir integral responsabilidade pelas atividades que realizar, bem como pelos danos decorrentes da execução do OBJETO, inclusive quanto a terceiros;



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**

- k) assumir a responsabilidade por acidentes de trabalho na execução do OBJETO do CONTRATO;
- l) observar todas as determinações legais e regulamentares quanto às legislações tributária, trabalhista, previdenciária e de segurança e medicina do trabalho, tanto em relação aos seus empregados, quanto aos prestadores de serviços, contratados ou subcontratados, isentando o PODER CONCEDENTE de qualquer responsabilidade e apresentando-lhe, anualmente, relatório e certidões que comprovem o atendimento dessas exigências legais;
- m) cumprir e observar todas as normas e exigências legais ambientais;
- n) ocorrendo ajuizamento de ação judicial ou administrativa relacionada à CONCESSÃO, emendar os melhores esforços na defesa dos interesses comuns, praticando todos os atos processuais cabíveis com esse objetivo, sem prejuízo da possibilidade do PODER CONCEDENTE valer-se de qualquer instrumento processual de intervenção de terceiros.
- o) atender a convocações formalmente encaminhadas pelo PODER CONCEDENTE, inclusive para participar de reuniões;
- p) zelar pelos BENS REVERSÍVEIS, assumindo a responsabilidade objetiva por suas guarda, manutenção, conservação e integridade;
- q) responsabilizar-se pela interlocução com terceiros, tais como órgãos públicos (Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, órgãos e companhias de controle de tráfego etc.), concessionárias de serviços públicos e empresas privadas, visando ao correto desenvolvimento de todas as atividades previstas no OBJETO deste CONTRATO;
- r) Caso substitua os profissionais que possuírem atestado(s) previsto(s) no EDITAL, ou se esse profissional deixar seus quadros, comprovar que possui em seus quadros outro profissional capaz de atender aos requisitos de qualificação técnico-profissional exigidos no EDITAL;
- s) não usar ou empregar mão de obra infantil, sob pena de decretação de caducidade da CONCESSÃO e de aplicação de multa, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme o disposto na Lei Distrital nº 5.061, de 08 de março de 2013;
- t) não praticar atos de corrupção, sob pena de decretação de caducidade da CONCESSÃO e aplicação de multa;
- u) não usar ou empregar conteúdo discriminatório contra a mulher, sob pena de decretação de caducidade da CONCESSÃO e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, conforme o disposto na Lei Distrital nº 5.448, de 12 de janeiro de 2015;
- v) criar sítio eletrônico sobre o CCUG, nos padrões mais atualizados de webdesign, com informações e fotos sobre os equipamentos, incluindo, ao menos, as características técnicas, dados para contato e detalhamento completo da programação de eventos e feiras a serem realizadas;
- w) buscar atender os critérios de conformidade e disponibilidade, incluindo aqueles estabelecidos pelo ANEXO III – SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO do EDITAL e os demais parâmetros de qualidade na prestação dos serviços que constam no CONTRATO;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

- x) arcar com despesas de energia elétrica, água, gás, telefone, internet, etc.;
- y) colaborar com as autoridades em geral e, especificamente, com as Polícias Civil e Militar em caso de ocorrência de ordem policial; e
- z) em conjunto com o PODER CONCEDENTE, inventariar os BENS REVERSÍVEIS até 20 (vinte) após a DATA DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO.

CAPÍTULO 2 – OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE

Cláusula 67. O PODER CONCEDENTE, sem prejuízo de outras obrigações estabelecidas neste CONTRATO, na legislação ou em outras normas aplicáveis, obriga-se, de modo geral, à:

- a) Entregar a ÁREA DA CONCESSÃO à CONCESSIONÁRIA livre e desimpedida de quaisquer ônus ou gravames que possam comprometer o cumprimento do CONTRATO DE CONCESSÃO ONEROSA DE OBRA PÚBLICA;
- b) garantir permanentemente o livre acesso da CONCESSIONÁRIA à ÁREA DA CONCESSÃO, para a execução do OBJETO da CONCESSÃO, durante a vigência deste CONTRATO;
- c) disponibilizar à CONCESSIONÁRIA os bens que ficarão sob sua gestão, necessários ao desenvolvimento adequado do OBJETO da CONCESSÃO;
- d) desde a emissão da ORDEM DE INÍCIO DE OPERAÇÃO, PARCIAL OU TOTAL, conforme for o caso, notificar as pessoas físicas e jurídicas que possuam contratos de cessão de uso de área ou reserva de agenda na ÁREA DA CONCESSÃO, segundo o rol de contratos previsto no ANEXO V – FEIRAS E EVENTOS CONTATADOS do EDITAL, indicando a sub-rogação de sua posição contratual à CONCESSIONÁRIA, e indicando que, a partir do mês subsequente à emissão da ORDEM DE INÍCIO DE OPERAÇÃO, os valores devidos em decorrência dos referidos contratos deverão ser pagos diretamente à CONCESSIONÁRIA assim como que os relacionamentos decorrentes deverão ser estabelecidos/mantidos com essa;
- e) ter rescindido, às suas expensas, até a emissão da primeira ORDEM DE INÍCIO DE OPERAÇÃO, seja essa TOTAL ou PARCIAL, os contratos que versem sobre serviços terceirizados (tais como limpeza, segurança, etc.) prestados na ÁREA DA CONCESSÃO, dentre outros;
- f) responsabilizar-se pelos ônus, danos, despesas, pagamentos, indenizações e eventuais medidas judiciais decorrentes de atos ou fatos, inclusive de natureza ambiental, anteriores à DATA DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO, relacionados ao OBJETO da CONCESSÃO, bem como pelos atos ou fatos que, embora posteriores à DATA DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO, decorram de ação ou culpa exclusiva do PODER CONCEDENTE ou de quaisquer terceiros por ele contratados, inclusive no que se refere à eventual OPERAÇÃO do CCUG pelo PODER CONCEDENTE entre a DATA DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO e a emissão da ORDEM DE INÍCIO DE OPERAÇÃO TOTAL;
- g) fornecer informações para o desenvolvimento da CONCESSÃO que lhe



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**

estejam disponíveis;

- h) prestar, se cabível, as informações solicitadas pela CONCESSIONÁRIA para o bom andamento da CONCESSÃO;
- i) indicar formalmente o(s) agente(s) público(s) responsáveis pelo acompanhamento deste CONTRATO;
- j) acompanhar, fiscalizar permanentemente e atestar o cumprimento deste CONTRATO, bem como analisar as informações prestadas pela CONCESSIONÁRIA;
- k) aplicar as sanções e penalidades e adotar as demais medidas necessárias ao cumprimento regular do presente CONTRATO em caso de inadimplemento das obrigações assumidas pela CONCESSIONÁRIA;
- l) colaborar, dentro da sua esfera de competência e observados os termos da legislação pertinente, com a obtenção das licenças e autorizações eventualmente necessárias para a CONCESSÃO, junto aos demais órgãos distritais, inclusive com a participação em reuniões técnicas e envio de manifestações necessárias; e
- m) comunicar, por escrito, problemas detectados na operação da CONCESSIONÁRIA, bem como necessidade de reparo em equipamento.

TÍTULO VII – ALOCAÇÃO DOS RISCOS, REMUNERAÇÕES E EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

CAPÍTULO 1 – ALOCAÇÃO DE RISCOS

Cláusula 68.

A CONCESSIONÁRIA, salvo disposição expressa em contrário neste CONTRATO, explorará por sua conta e risco a CONCESSÃO, sendo também de sua exclusiva e integral responsabilidade e risco o seguinte:

- a) obtenção de licenças, permissões e autorizações exigidas para as OBRAS DE REFORMA E MODERNIZAÇÃO de BENS VINCULADOS À CONCESSÃO ou outras relacionadas à exploração da CONCESSÃO;
- b) elaboração dos projetos e sua aprovação pelo PODER CONCEDENTE ou pelas autoridades competentes;
- c) custos decorrentes da imposição, pelos órgãos competentes, de compensações, inclusive de natureza ambiental e/ou urbanística;
- d) custos e despesas relativos à implantação dos investimentos, inclusive INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, à conservação e manutenção dos BENS VINCULADOS À CONCESSÃO do CCUG;
- e) recuperação e melhorias necessárias ou úteis em razão de vícios ocultos ou aparentes nos BENS VINCULADOS À CONCESSÃO e/ou de funcionalidade ou qualidade inferiores às esperadas, estejam ou não esses vícios indicados no EDITAL;
- f) realização de melhorias voluptuárias;
- g) custos e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**

resultantes da execução deste CONTRATO;

- h) financiamento das OBRAS e atividades da CONCESSIONÁRIA;
- i) variação de preços dos insumos empregados na implantação dos investimentos, inclusive INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, na conservação e manutenção dos BENS VINCULADOS À CONCESSÃO e da área adjacente e na operação do CCUG, sejam preços regulados (serviços de água e esgotamento, iluminação pública, energia elétrica, disposição de resíduos ou telefonia) ou não;
- j) qualquer variação do custo de pessoal, inclusive em decorrência de acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou de modificação dos encargos incidentes sobre as contratações e pessoal da concessionária ou das empresas eventualmente subcontratadas ou por qualquer modo terceirizadas no âmbito da CONCESSÃO;
- k) flutuação cambial, qualquer que seja sua causa ou seu efeito;
- l) modificação do custo de FINANCIAMENTO ou das condições de financiabilidade da CONCESSÃO;
- m) atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos neste CONTRATO;
- n) mudanças nos projetos ou nos planos de investimentos, salvo se determinadas unilateralmente pelo PODER CONCEDENTE após a emissão da ORDEM DE INÍCIO DE OBRAS;
- o) erros nos projetos e/ou na execução das obras realizadas pela CONCESSIONÁRIA;
- p) falhas na prestação de serviços ou na execução de atividades, suas ou de seus subcontratados;
- q) segurança e saúde dos seus colaboradores, estejam esses subordinados a si ou a seus subcontratados ou prestadores de serviços;
- r) qualidade na prestação dos serviços e atividades previstas neste CONTRATO, bem como o atendimento às especificações técnicas requeridas;
- s) obsolescência, segurança, robustez e pleno funcionamento das tecnologias, dos equipamentos e das técnicas empregadas na CONCESSÃO;
- t) prejuízos causados a terceiros ou ao meio ambiente pela CONCESSIONÁRIA, seus colaboradores, prestadores de serviço, terceirizados, subcontratados, fornecedores ou outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada;
- u) perdas decorrentes de ação ou omissão na execução deste CONTRATO;
- v) perecimento, destruição, roubo, furto, vandalismo, perda ou quaisquer outros tipos de danos causados aos BENS VINCULADOS À CONCESSÃO ou à CONCESSIONÁRIA;
- w) nas hipóteses de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR que possam ser cobertas por seguro disponível no mercado securitário brasileiro e em condições comerciais viáveis ao tempo da ocorrência;
- x) greves dos empregados da CONCESSIONÁRIA ou de suas subcontratada ou prestadores de serviços;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

- y) recuperação, prevenção, correção e gerenciamento de passivo ambiental relacionado à CONCESSÃO, cujo fato gerador tenha ocorrido na execução das OBRAS ou posteriormente à emissão da ORDEM DE INÍCIO DE OPERAÇÃO, PARCIAL ou TOTAL;
- z) responsabilidade civil contratual ou extracontratual perante subcontratadas, consumidores e tomadores de serviços da CONCESSIONÁRIA, bem como com os frequentadores da ÁREA DA CONCESSÃO;
- aa) efetivação da demanda considerada em suas projeções ou pela captação dessa demanda;
- bb) ações, custos e despesas comerciais de qualquer espécie;
- cc) nos termos da lei, a interferência nas infraestruturas urbanas, aéreas, superficiais ou subterrâneas, incluindo redes de energia, água e gás, e/ou outras instalações de utilidade pública que interfiram direta ou indiretamente na execução do CONTRATO;
- dd) inadimplemento de consumidores ou tomadores de serviço da CONCESSIONÁRIA;
- ee) interrupção e/ou intermitência no fornecimento de energia elétrica, água ou outros serviços necessários ao funcionamento das atividades exploradas na ÁREA DA CONCESSÃO;
- ff) alterações na legislação ou regulamentação pertinente, federais ou distritais, de natureza tributária ou não-tributária, ainda que afetem as atividades da CONCESSÃO, salvo as exceções previstas neste CONTRATO; e
- gg) a partir da data prevista na ORDEM DE INÍCIO DE OPERAÇÃO, PARCIAL ou TOTAL, conforme o caso, a gestão do rol de contratos indicado no ANEXO V – FEIRAS E EVENTOS CONTATADOS do EDITAL que forem mantidos e cujos respectivos eventos forem realizados pela CONCESSIONÁRIA, respeitado o disposto na Cláusula 45.

Cláusula 69. A CONCESSIONÁRIA deverá indenizar e manter o PODER CONCEDENTE incólume de qualquer demanda ou prejuízo que este venha a sofrer em virtude de ação ou omissão da CONCESSIONÁRIA, seus administradores, empregados, prepostos, prestadores de serviços, subcontratados ou outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada.

Parágrafo único. A CONCESSIONÁRIA também deverá indenizar e manter o PODER CONCEDENTE a salvo de despesas processuais, honorários sucumbenciais e demais encargos com os quais, direta ou indiretamente, ele venha a arcar em razão das hipóteses previstas no *caput*.

Cláusula 70. Será de responsabilidade e risco do PODER CONCEDENTE exclusivamente o seguinte:

- a) alteração unilateral deste CONTRATO, que provoque impactos relevantes nos custos e encargos da CONCESSIONÁRIA;
- b) decisões judiciais ou administrativas que impeçam ou impossibilitem a CONCESSIONÁRIA de explorar a CONCESSÃO, salvo nos casos em que a CONCESSIONÁRIA houver contribuído de forma relevante à formação das referidas decisões, inclusive mediante atraso ou descumprimento de suas obrigações e execução das obras que lhe são atribuídas;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

- c) descumprimento, pelo PODER CONCEDENTE, de suas obrigações contratuais, incluindo quanto aos prazos acordados;
- d) atrasos diretamente decorrentes de ação ou omissão de órgãos da administração direta do PODER CONCEDENTE em relação à emissão de licenças e autorizações, nos casos em que a CONCESSIONÁRIA tiver comprovadamente atendido todos os requisitos exigidos de forma adequada e tempestiva;
- e) atrasos na transferência dos BENS VINCULADOS à CONCESSÃO, exceto quando ocasionados por ação, omissão ou descumprimento de obrigação da CONCESSIONÁRIA;
- f) ações judiciais ou demandas administrativas relativas a fatos e/ou serviços anteriores à DATA DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO e/ou à data de emissão da ORDEM DE INÍCIO DE OPERAÇÃO, PARCIAL ou TOTAL, neste último caso quando referentes à operação do CCUG pelo PODER CONCEDENTE;
- g) investimentos, custos e despesas decorrentes de tombamento superveniente dos imóveis e/ou de bens materiais ou imateriais relacionados à CONCESSÃO, que afete as premissas e projetos originais no âmbito da CONCESSÃO, salvo no tocante aos processos de tombamento que tiverem sido comunicados à ADJUDICATÁRIA até a DATA DA ENTREGA DAS PROPOSTAS;
- h) hipóteses de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR cujas consequências não sejam cobertas por seguro disponível no mercado securitário brasileiro e em condições comerciais viáveis ao tempo da ocorrência, que prejudiquem a continuidade das OBRAS ou sua conclusão ou a exploração do CCUG.

Cláusula 71. Na hipótese da alínea “h)” da Cláusula 70, as PARTES acordarão se haverá lugar à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou à extinção da CONCESSÃO, tendo-se por base as consequências dos eventos para a continuidade do OBJETO deste CONTRATO.

§1º. Se for extinta a CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA terá direito à indenização calculada conforme a Cláusula 143 deste CONTRATO.

§2º. As PARTES comprometem-se a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos decorrentes dos eventos de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR.

Cláusula 72. A alocação de responsabilidades e riscos às PARTES promovida por este CONTRATO não impede que essas, por conta e risco, transfiram os riscos e responsabilidades a terceiros com os quais mantenham vínculos jurídicos de qualquer espécie.

Cláusula 73. A gestão do CONTRATO ou a fiscalização das atividades da CONCESSIONÁRIA pelo PODER CONCEDENTE não transfere a este qualquer responsabilidade ou risco alocado à CONCESSIONÁRIA.

Cláusula 74. Ressalvadas as exceções previstas neste CONTRATO, em função da ausência do controle dos preços a serem praticados pela CONCESSIONÁRIA na exploração do CCGU, não haverá reequilíbrio econômico-financeiro em decorrência de modificação de tributos, sejam esses impostos, taxas ou contribuições de qualquer espécie, ou de modificações legislativas de caráter geral que incidam, no caso dos tributos, ou se aplicam, no caso das demais modificações legislativas, direta ou indiretamente, sobre as atividades de



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

empresas (concessionárias de uso de bem público ou não) que tenham como propósito a realização de feiras, exposições e eventos.

Parágrafo único. Nesses casos, fica ressalvado à CONCESSIONÁRIA o eventual direito de requerer, amigável ou judicialmente, a resolução deste CONTRATO, desde que encontre fundamento no instituto da onerosidade excessiva previsto no Código Civil brasileiro (Lei 10.402/2002).

CAPÍTULO 2 – REMUNERAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA

Cláusula 75. O PODER CONCEDENTE concede à CONCESSIONÁRIA, em contrapartida ao cumprimento por esta das obrigações previstas neste CONTRATO, o direito de exploração da operação do CENTRO DE CONVENÇÕES ULYSSES GUIMARÃES, observado, contudo, que a obtenção das RECEITAS PRINCIPAIS e das RECEITAS ACESSÓRIAS dar-se-á por conta e risco exclusivo da CONCESSIONÁRIA.

CAPÍTULO 3 – REMUNERAÇÃO DO PODER CONCEDENTE PELA OUTORGA

SEÇÃO I – VALOR PELA OUTORGA

Cláusula 76. A CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo do cumprimento das obrigações previstas neste CONTRATO, pagará ao PODER CONCEDENTE o VALOR PELA OUTORGA formado pela soma das seguintes parcelas:

- a) PARCELA FIXA DO VALOR PELA OUTORGA, equivalente, na data da apresentação das propostas, a, no mínimo, R\$ 3.800.000,00 (três milhões e oitocentos mil reais);
- b) PAGAMENTO MÍNIMO ANUAL, equivalente, na data de apresentação das propostas, a, no mínimo, R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais)
- c) PARCELA VARIÁVEL DO VALOR PELA OUTORGA: valor anual variável que a CONCESSIONÁRIA pagará ao PODER CONCEDENTE, a partir do terceiro ano do CONTRATO, pela outorga da CONCESSÃO, fruto de fórmula estabelecida no CONTRATO, que considera o PAGAMENTO MÍNIMO ANUAL, um percentual da receita bruta auferida pela CONCESSIONÁRIA e por suas PARTES RELACIONADAS em negócios envolvendo o CCUG, assim como seu desempenho mensurado pelo Sistema de Mensuração de Desempenho.

SEÇÃO II – DO PAGAMENTO DO VALOR PELA OUTORGA

Cláusula 77. A CONCESSIONÁRIA deverá pagar ao PODER CONCEDENTE a totalidade da PARCELA FIXA DO VALOR PELA OUTORGA **imediatamente após a assinatura do CONTRATO, em cheque administrativo nominal**, sob pena de execução da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO e decretação de caducidade do CONTRATO.

Cláusula 78. A PARCELA VARIÁVEL DO VALOR PELA OUTORGA deverá ser paga pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE, anualmente, a partir do terceiro



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ano do CONTRATO, calculada através da aplicação das seguintes equações, conforme o caso:

$$\text{Se } R < R_C, V = Pm + r_1 \times d \times R$$

$$\text{Se } R \geq R_C, V = Pm + r_2 \times d \times R - [(r_2 - r_1) \times d \times R_C]$$

Em que:

V = PARCELA VARIÁVEL DO VALOR PELA OUTORGA;

Pm = PAGAMENTO MÍNIMO ANUAL, constante em sua PROPOSTA COMERCIAL

R = Valor da receita bruta da CONCESSIONÁRIA, formada pela soma das RECEITAS PRINCIPAIS e das RECEITAS ACESSÓRIAS, auferida no exercício anterior, apurada segundo o regime de competência, mais a receita bruta auferida por suas PARTES RELACIONADAS, obtida em negócios que envolvem o CCUG.

R_C = Receita de corte, equivalente ao valor anual de R\$ 30.000.000,000

d = Índice de Desempenho, calculado de acordo com o ANEXO III – SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO

r₁ = Percentual fixo de 1%

r₂ = Percentual fixo de 3%

Parágrafo único. A CONCESSIONÁRIA terá, a cada ano, até o aniversário da publicação do CONTRATO para realizar o pagamento da PARCELA VARIÁVEL DO VALOR PELA OUTORGA.

Cláusula 79. Os pagamentos devidos pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE deverão ser realizados mediante depósito em conta corrente indicada formalmente pelo PODER CONCEDENTE.

CAPÍTULO 4 – VALOR DO CONTRATO

Cláusula 80. O valor deste CONTRATO é de R\$ 37.493.972,93 (trinta e sete milhões, quatrocentos e noventa e três mil, novecentos e setenta e dois reais e noventa e três centavos), equivalente ao somatório dos valores despendidos para a realização dos investimentos obrigatórios com o valor das outorgas (PAGAMENTO MÍNIMO ANUAL e PARCELA FIXA DO VALOR PELA OUTORGA) até o termo final da CONCESSÃO, ambos trazidos a valor presente.

CAPÍTULO 5 – ÍNDICE DE REAJUSTE CONTRATUAL

Cláusula 81. Serão corrigidos anualmente, desde a DATA DE ENTREGA DAS PROPOSTAS, pela variação do IPCA/IBGE ou, na hipótese de sua extinção, pelo índice que vier a substituí-lo, o VALOR DO CONTRATO e outros valores decorrentes deste CONTRATO.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

CAPÍTULO 6 – (RE)EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

SEÇÃO I – EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Cláusula 82. Este CONTRATO estará em equilíbrio econômico-financeiro enquanto a CONCESSIONÁRIA estiver a cumprir com as obrigações e responsabilidades que assumir e não estiver a sofrer consequências de riscos alocados ao PODER CONCEDENTE.

Parágrafo único. Por mais que as estimativas de cada PARTE tenham-na levado a pressupor o equilíbrio da relação entre os encargos e retribuições contratuais e justificado sua entrada na relação contratual, essas estimativas não serão consideradas na análise do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

SEÇÃO II – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Cláusula 83. A CONCESSIONÁRIA, na medida em que suportar ônus decorrente de risco alocado ao PODER CONCEDENTE, assim como o PODER CONCEDENTE, na medida em que a efetiva materialização dos riscos a ele alocados reduzir ônus previsto para a CONCESSIONÁRIA, poderá alegar o desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO e pleitear o seu reequilíbrio.

Cláusula 84. A CONCESSIONÁRIA não fará jus a reequilíbrio econômico-financeiro nos casos em que riscos a ela alocados venham a se materializar.

SEÇÃO III – PLEITO DE REEQUILÍBRIO

Cláusula 85. O pleito de reequilíbrio deverá conter:

- a) demonstração do direito ao reequilíbrio, envolvendo precisas indicações do(s) risco(s) envolvido(s) alocado(s) ao PODER CONCEDENTE e do(s) evento(s) de risco concreto(s) que tenha(m) causado o desequilíbrio;
- b) demonstração do valor do desequilíbrio;
- c) proposta de reequilíbrio, contemplando sugestão de instrumento(s) de reequilíbrio a ser(em) utilizado(s); e
- d) indicação precisa da alocação de riscos decorrentes do(s) instrumento(s) de reequilíbrio, se for o caso.

§1º. No tocante à demonstração do valor do desequilíbrio, deverá ser apresentado:

- a) detalhamento dos impactos efetivos, negativos e positivos, do(s) evento(s) causadores de desequilíbrio nos valores efetivos do fluxo de caixa da CONCESSIONÁRIA;
- b) demonstração de que os custos e investimentos relativos ao desequilíbrio são eficientes;
- c) em relação ao momento do cálculo, demonstração da mensuração dos impactos dos desequilíbrios já materializados e demonstração da estimativa dos impactos dos desequilíbrios a materializar.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

§2º. O pleito de reequilíbrio será acompanhado dos seguintes documentos ou demonstrativos:

- a) fluxo de caixa de desequilíbrio passado, incluindo valor presente do desequilíbrio, taxa(s) de desconto utilizada(s) e outras informações relevantes;
- b) fluxo de caixa do desequilíbrio futuro, incluindo valor presente do desequilíbrio, taxa(s) de desconto utilizada(s) e outras informações relevantes;
- c) fluxo de caixa esperado da(s) medida(s) de reequilíbrio, incluindo valor presente do reequilíbrio, taxa(s) de desconto utilizada(s) e outras informações relevantes.

SEÇÃO IV – RECONHECIMENTO DO DIREITO A REEQUILÍBRIO

Cláusula 86. Será reconhecido o desequilíbrio econômico-financeiro da relação contratual e o respectivo direito a reequilíbrio se forem atendidas as seguintes condições:

- a) apresentação de pleito de reequilíbrio plausível e que atenda às condições da cláusula anterior;
- b) configuração do desequilíbrio, assim entendido o impacto à CONCESSIONÁRIA pelos efeitos de riscos assumidos pelo PODER CONCEDENTE;
- c) apuração de desequilíbrio efetivo, considerando os efeitos do evento de desequilíbrio líquido dos eventuais impactos positivos envolvidos.

Cláusula 87. O PODER CONCEDENTE poderá solicitar informações necessárias à verificação do pleito de reequilíbrio, assim como tornar públicos os pleitos apresentados e as decisões adotadas, facultando-se aos interessados a apresentação de manifestação nos processos respectivos.

Parágrafo único. Nos casos em que o desequilíbrio for favorável ao PODER CONCEDENTE, esse poderá iniciar o respectivo processo de análise e apuração de ofício, com base nas informações que dispuser, cabendo à CONCESSIONÁRIA tanto se manifestar acerca da pretensão daquele, quanto colaborar, provendo em tempo hábil as informações que dispuser e que sejam necessárias à análise dos valores de desequilíbrio e das correspondentes medidas de reequilíbrio.

SEÇÃO V – ELABORAÇÃO DOS FLUXOS

Cláusula 88. Em todos os casos de elaboração de fluxos dos dispêndios, esses serão marginais e deverão ser elaborados com base nas melhores informações disponíveis e atualizadas para se estimar o valor dos investimentos, dos custos, das despesas e das eventuais receitas e outros ganhos, resultantes do evento de desequilíbrio.

§1º. Tomar-se-á por base as melhores referências de preço, levantamentos de mercado e publicações específicas sobre preços de itens e insumos utilizados em cada caso.

§2º. Na hipótese de novos investimentos ou atividades solicitadas pelo PODER CONCEDENTE, deverão ser elaborados por este ou pela CONCESSIONÁRIA, previamente ao processo de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, projetos básico e executivo contendo todos os elementos necessários à precificação do investimento e às estimativas do impacto da obra ou



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

serviço sobre as receitas da CONCESSIONÁRIA, observado, para todos os efeitos, o disposto no parágrafo anterior.

Cláusula 89. O valor do desequilíbrio será apurado pela soma do valor presente do desequilíbrio passado mensurado na data de apuração e do valor presente do desequilíbrio futuro estimado nesta mesma data, com a observância das seguintes regras:

- a) o valor de desequilíbrio passado mensurado deverá ser atualizado até a data do seu reconhecimento, utilizando-se, para tanto, da taxa SELIC acumulada entre o momento da materialização do evento desequilibrador e o momento do reequilíbrio na data de cálculo;
- b) o valor do desequilíbrio futuro será obtido mediante estimativa dos impactos futuros, dos efeitos do risco ensejador do desequilíbrio, considerando a expectativa e a informação do momento do cálculo, trazidos esses valores para o momento do cálculo, mediante a taxa de desconto consistente no Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC ou *weighted average cost of capital - WACC*) do momento do cálculo.

Parágrafo único. Quando o valor do desequilíbrio não for definido pelas PARTES, em caráter definitivo, previamente, o PODER CONCEDENTE fiscalizará a eficiência dos custos operacionais, dos investimentos e dos preços dos insumos, o que incluirá o poder de glosar os valores de investimentos superestimados, decorrentes de ineficiência operacional e de sobre-preço de insumos.

Cláusula 90. Sempre que venha a ocorrer a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, as funções representativas do respectivo fluxo de caixa marginal, envolvendo os desequilíbrios passados e futuros e os instrumentos de reequilíbrio, serão acrescidas à equação de equilíbrio econômico-financeiro para refletir a situação após essa recomposição.

Cláusula 91. Na elaboração do fluxo de caixa do(s) instrumento(s) de reequilíbrio estimados indicado na alínea "c)" do parágrafo §2º da Cláusula 85 será utilizada como taxa de desconto:

- a) no caso de fluxo de caixa de negócio, assim entendido aquele pertinente a fluxo de caixa de reequilíbrio por meio de redução do VALOR PELA OUTORGA ou de outros encargos da CONCESSIONÁRIA (inclusive investimento), será utilizado o custo médio ponderado do capital (CMPC) da data de cálculo do reequilíbrio;
- b) no caso de fluxo de caixa relativos a títulos e valores mobiliários, será aplicada a taxa de desconto de mercado aplicável ao respectivo título na data do cálculo.

SEÇÃO VI – FORMA DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Cláusula 92. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será efetivada, a critério do PODER CONCEDENTE, mediante o emprego de uma ou mais de uma das seguintes modalidades:

- a) revisão dos valores devidos pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE a título de VALOR PELA OUTORGA;
- b) pagamento de indenização em dinheiro, por uma parte à outra;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

c) outra forma definida em comum acordo entre o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA.

Cláusula 93. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será realizada de forma que seja nulo o valor presente da diferença entre o fluxo de desequilíbrio e o fluxo de caixa de reequilíbrio.

Cláusula 94. Sempre que possível, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO será, relativamente ao fato que lhe deu causa, única, completa e final para todo o prazo contratual, cabendo ao PODER CONCEDENTE fundamentar eventuais exceções a essas regras.

SEÇÃO VII – DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 95. Serão aplicáveis subsidiariamente às cláusulas deste CONTRATO, a regulamentação específica baixada pelo PODER CONCEDENTE a respeito do procedimento e das regras para o pleito de reequilíbrio econômico-financeiro.

Cláusula 96. As partes declaram-se cientes e concordam que as regras indicadas neste capítulo visam assegurar que os instrumentos de reequilíbrio a serem eventualmente aplicados sejam neutros em relação aos riscos que não sejam causa de desequilíbrio, motivo pelo qual, em caso de conflito entre a desejada neutralidade e as regras contidas neste Capítulo, dever-se-á buscar assegurar a neutralidade da medida de reequilíbrio, restabelecendo a CONCESSIONÁRIA, quando sofrer impacto positivo ou negativo de risco que não assumiu, à situação anterior à materialização do risco.

TÍTULO VIII – CONCESSIONÁRIA

CAPÍTULO 1 – FINALIDADE, CAPITAL SOCIAL E SEDE

Cláusula 97. A SPE não poderá deixar de ter como finalidade principal, indicada em seu estatuto constitutivo, a exploração da CONCESSÃO, podendo exercer, ainda, atividades relacionadas à exploração deste objeto.

Parágrafo único. A SPE deverá manter o PODER CONCEDENTE informado dos instrumentos societários vigentes, que sempre deverão ser entregues ao PODER CONCEDENTE.

Cláusula 98. O capital social subscrito e integralizado da CONCESSIONÁRIA não poderá ser inferior aos seguintes valores:

Capital Social Mínimo		
Ano	Subscrito	Integralizado
Ano 1	R\$ 3.000.000,00	R\$ 1.500.000,00
Ano 2 e seguintes	R\$ 3.000.000,00	R\$ 3.000.000,00

§1º. Não poderá haver a integralização do capital em bens ou direitos, mas apenas em moeda corrente nacional.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**

- §2º.** Poderá ser exigido capital social maior, sempre que for demonstrada a necessidade de recursos próprios adicionais para a boa execução deste CONTRATO.
- §3º.** Quando for o caso, a CONCESSIONÁRIA manterá o PODER CONCEDENTE informado sobre a integralização do capital, sendo facultado ao PODER CONCEDENTE realizar as diligências e auditorias necessárias à verificação da regularidade da situação.
- §4º.** A CONCESSIONÁRIA não poderá, durante todo o prazo da CONCESSÃO, reduzir o seu capital sem prévia e expressa autorização do PODER CONCEDENTE.
- §5º.** Caso a CONCESSIONÁRIA não promova, caso necessário, o aumento de capital e sua integralização para atender ao valor requerido a partir do segundo ano de CONTRATO, em 5 dias do início do segundo ano do CONTRATO, contados da DATA DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO, será aplicado o disposto na Cláusula 124.

Cláusula 99. A CONCESSIONÁRIA terá sede no Distrito Federal.

CAPÍTULO 2 – EMISSÃO DE TÍTULOS

Cláusula 100. A CONCESSIONÁRIA poderá emitir obrigações, debêntures ou títulos financeiros similares, observadas as disposições contidas no CAPÍTULO 5 – ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS DA CONCESSIONÁRIA deste TÍTULO.

Parágrafo único. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao PODER CONCEDENTE cópia dos documentos representativos dos títulos e valores mobiliários que venha a emitir.

CAPÍTULO 3 – UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

- Cláusula 101.** A CONCESSIONÁRIA utilizará os recursos à sua disposição exclusivamente na execução do OBJETO do CONTRATO, ressalvadas unicamente as aplicações financeiras, a distribuição de dividendos e o pagamento de juros sobre o capital próprio, sendo-lhe vedado:
- a) conceder empréstimos, financiamentos e/ou quaisquer outras formas de transferência de recursos para seus acionistas e/ou PARTES RELACIONADAS;
 - b) prestar fiança, aval ou qualquer outra forma de garantia em favor de suas PARTES RELACIONADAS e/ou terceiros, ressalvadas as hipóteses expressamente admitidas neste CONTRATO.

CAPÍTULO 4 – INTEGRIDADE E ANTI-CORRUPÇÃO

Cláusula 102. A CONCESSIONÁRIA deverá ter tolerância zero em relação à práticas de corrupção ou antiéticas, devendo adotar códigos de ética e conduta e mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades.

§1º. A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar, anteriormente à emissão da ORDEM DE INÍCIO DE OBRAS, Manual ou documento semelhante, aplicável, indistintamente, a todos os membros de sua estrutura organizacional e colaboradores, incluindo empregados, diretores, administradores e funcionários terceirizados, de cumprimento obrigatório, que esclareça e/ou estabeleça, pelo menos:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

- a) o padrão de conduta esperado;
- b) conceituação de formas de corrupção, como suborno, extorsão, tráfico de influência e acobertamento de práticas corruptas;
- c) conceituação de situações de conflito de interesses;
- d) condutas autorizadas e proibidas;
- e) exemplos de condutas proibidas;
- f) política de transações com PARTES RELACIONADAS, observado o disposto no CAPÍTULO 8 – PARTES RELACIONADAS do TÍTULO VIII – CONCESSIONÁRIA.
- g) a forma de utilização do canal de denúncias;
- h) os mecanismos de investigação; e
- i) formas de monitoramento, controle interno e auditoria.

§2º. Visando a efetiva aplicação dos códigos de ética e conduta, dos mecanismos e procedimentos mencionados no *caput* e do Manual ou documento semelhante mencionado acima, a CONCESSIONÁRIA deverá estabelecer programas de treinamento periódicos para os membros de sua estrutura organizacional e colaboradores, esclarecendo e incentivando o dever de denunciar práticas ou situações em desconformidade com os padrões estabelecidos nos referidos documentos.

CAPÍTULO 5 – ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS DA CONCESSIONÁRIA

Cláusula 103. Não serão admitidas no âmbito da SPE, até a finalização dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e emissão dos respectivos Termos Definitivos de Aceitação de Obras, sob pena de caducidade da CONCESSÃO, alterações societárias, especialmente modificações de controle ou redução do capital.

Parágrafo único. Excepcionalmente, poderão ser admitidas alterações societárias em situações, devidamente autorizadas pelo PODER CONCEDENTE, em que reste demonstrada a possibilidade de descontinuidade do OBJETO do presente CONTRATO.

Cláusula 104. Até a extinção deste CONTRATO, a transferência do controle societário direto ou indireto da CONCESSIONÁRIA dependerá de prévia e expressa autorização do PODER CONCEDENTE, a ser obtida nos termos do TÍTULO XIII – TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO, sob pena de caducidade da CONCESSÃO.

§1º. A CONCESSIONÁRIA não efetuará em seus livros sociais qualquer registro que importe em cessão, transferência ou oneração das ações que compõem o controle societário direto da SPE sem a prévia anuência do PODER CONCEDENTE.

§2º. Desde que possam, em conjunto com outros atos ou isoladamente, caracterizar a modificação do controle societário direto da SPE, consideram-se ato(s) também sujeito(s) à prévia anuência do PODER CONCEDENTE para fins deste CONTRATO:

- a) a celebração de acordo de acionistas;
- b) a emissão de valores mobiliários conversíveis em ações; e
- c) a instituição de garantia e direitos a terceiros sobre ações.

Cláusula 105. Durante todo o período da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA também deverá



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

submeter à prévia autorização do PODER CONCEDENTE as modificações no respectivo estatuto social que envolvam:

- a) a cisão, fusão, transformação ou incorporação da SPE;
- b) a alteração do objeto social da SPE;
- c) a redução de capital da SPE; e
- d) a emissão de ações de classes diferentes da SPE.

§1º. O PODER CONCEDENTE examinará o(s) pedido(s) encaminhado(s) pela CONCESSIONÁRIA no prazo de até 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período, caso necessário, podendo solicitar esclarecimentos e documentos adicionais, convocar os acionistas controladores da SPE ou promover outras diligências consideradas adequadas.

§2º. Inexistindo manifestação do PODER CONCEDENTE no prazo de que trata o parágrafo anterior, o pedido submetido pela CONCESSIONÁRIA previsto na Cláusula 105, letra “d”, será considerado aceito, cabendo à CONCESSIONÁRIA, em relação à omissão do PODER CONCEDENTE sobre os demais pedidos, adotar, se for o caso, as medidas previstas no CAPÍTULO XIV – DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS deste CONTRATO.

Cláusula 106. Sem prejuízo das autorizações prévias necessárias, os documentos que formalizarem qualquer alteração estatutária da CONCESSIONÁRIA, serão encaminhados ao PODER CONCEDENTE no prazo de 2 (dois) dias do respectivo registro ou averbação.

CAPÍTULO 6 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Cláusula 107. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao PODER CONCEDENTE suas demonstrações financeiras anuais tão logo as mesmas sejam publicadas, pelo menos, em jornais, no Diário Oficial do Distrito Federal e no sítio eletrônico do CCUG.

Parágrafo único. Caso a CONCESSIONÁRIA constitua controlada(s) ou subsidiária(s) integral(is), as demonstrações financeiras e contábeis dessas deverão estar consolidadas nas demonstrações financeiras da CONCESSIONÁRIA.

CAPÍTULO 7 – AUDITORIA INDEPENDENTE

Cláusula 108. A CONCESSIONÁRIA deverá contratar e remunerar empresa especializada de auditoria independente, devidamente registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, para as auditorias legalmente exigidas e também para realização daqueles procedimentos que o PODER CONCEDENTE julgar necessários ou úteis às suas atividades fiscalizatórias, cabendo a esse último o direito de veto na indicação realizada pela CONCESSIONÁRIA.

§1º. A cada 3 (três) anos da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá contratar uma nova empresa especializada de auditoria independente, diferente daquelas em exercício nos cinco anos anteriores.

§2º. Caso haja, por parte da empresa especializada de auditoria independente, descumprimento do CONTRATO ou da legislação aplicável, o PODER CONCEDENTE poderá requerer à CONCESSIONÁRIA a contratação de nova empresa.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

§3º. A CONCESSIONÁRIA se compromete a inserir, nos contratos firmados com subcontratadas, prestadores de serviços ou outros contratados, especialmente PARTES RELACIONADAS, cláusula que os obrigue a disponibilizar ao PODER CONCEDENTE, quando solicitado, as suas demonstrações financeiras e contábeis, que comprovem a receita percebida com a atividade.

CAPÍTULO 8 – PARTES RELACIONADAS

Cláusula 109. A CONCESSIONÁRIA deverá solicitar a anuência do PODER CONCEDENTE para a celebração de contrato ou qualquer tipo de transação, acordo ou ajuste com PARTES RELACIONADAS, ainda que informal, cuja aprovação será condicionada à demonstração da conformidade com as condições de mercado, inclusive a partir dos contratos análogos firmados com terceiros nos últimos 12 (doze) meses anteriores à assinatura do CONTRATO, caso haja.

§1º. As condições de mercado envolvem o respeito ao tratamento equitativo, a transparência, a boa fé e a ética dos participantes na transação, acordo ou ajuste, de forma a permitir que estes participantes possam apresentar suas propostas de negócio dentro das mesmas regras, práticas de mercado, condições e premissas, com deveres e obrigações conforme usualmente acordado com os demais clientes, fornecedores, subcontratados e prestadores de serviço da SPE que não sejam PARTES RELACIONADAS.

§2º. As condições dos contratos celebrados com PARTES RELACIONADAS deverão ser divulgadas nas demonstrações financeiras da CONCESSIONÁRIA, acompanhadas de notas explicativas que forneçam detalhes suficientes para identificação das PARTES RELACIONADAS e de quaisquer condições essenciais ou não estritamente comutativas das respectivas transações.

§3º. No caso de contratos para o fornecimento de produtos ou prestação de serviços de caráter não exclusivo, como serviço de agenciamento ou de publicidade, as condições oferecidas a PARTES RELACIONADAS devem ser extensíveis a terceiras partes que estejam em situações semelhantes e as desejarem.

§4º. A anuência do PODER CONCEDENTE está condicionada à prévia definição de procedimentos adequados e suficientes para auditar a transferência das receitas da CONCESSIONÁRIA à PARTE RELACIONADA e definir a receita bruta da PARTE RELACIONADA obtida em negócios que envolvem o CCUG, que integrará, se for o caso, o cálculo da PARCELA VARIÁVEL DO VALOR PELA OUTORGA.

§5º. As transações, acordos ou ajustes com PARTES RELACIONADAS serão submetidas à fiscalização posterior do PODER CONCEDENTE.

§6º. São vedadas, entre outras, as transações, acordos ou ajustes com PARTES RELACIONADAS que:

- a) Não sejam realizadas em condições comutativas ou com pagamento compensatório adequado compatível com as condições de mercado;
- b) Tenham por objeto o empréstimo ou adiantamento de valores; ou
- c) Tenham por objeto a prestação de serviços com cláusula de remuneração baseada em medida de desempenho econômico operacional da SPE, tal como faturamento, receita, lucro líquido, ou que de outra forma envolva remuneração não justificável ou desproporcional em termos de geração de valor para a SPE.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

TÍTULO IX – FINANCIAMENTO DA CONCESSÃO

Cláusula 110. A CONCESSIONÁRIA será responsável pela obtenção, aplicação e gestão do(s) FINANCIAMENTO(S) necessário(s) ao desenvolvimento da CONCESSÃO, assim como pela amortização e pagamento de juros dos mesmos, de modo que se cumpram, cabal e tempestivamente, todas as obrigações assumidas neste CONTRATO.

§1º. A CONCESSIONÁRIA não poderá alegar qualquer disposição, cláusula ou condição do(s) contrato(s) de financiamento, ou qualquer atraso na formalização destes, ou, ainda, atraso no desembolso dos recursos pactuados, para se eximir, total ou parcialmente, das obrigações assumidas neste CONTRATO, cujos termos deverão ser de pleno conhecimento do(s) FINANCIADOR(ES).

§2º. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao PODER CONCEDENTE cópia autenticada dos contratos de financiamento e de garantia que venha a celebrar e quaisquer alterações desses instrumentos, no prazo de 30 (trinta) dias da data da respectiva assinatura ou emissão, conforme o caso.

Cláusula 111. A CONCESSIONÁRIA poderá oferecer em garantia nos contratos de financiamento, de acordo com o disposto nos arts. 28 e 28-A da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, os direitos emergentes da CONCESSÃO.

§1º. As ações de emissão da CONCESSIONÁRIA poderão, mediante prévia comunicação ao PODER CONCEDENTE, ser dadas em garantia de FINANCIAMENTO(S), ou como contra garantia de operações diretamente vinculadas ao cumprimento de obrigações decorrentes do CONTRATO, estando a sua execução, porém, condicionada à prévia autorização do PODER CONCEDENTE, observado o disposto no TÍTULO XIII – TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO OU DO CONTROLE ACIONÁRIO DA CONCESSIONÁRIA e no CAPÍTULO 5 – ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS DA CONCESSIONÁRIA do TÍTULO VIII – CONCESSIONÁRIA

§2º. É permitida a cessão, pela CONCESSIONÁRIA, de certos direitos decorrentes deste CONTRATO a terceiros, bem como a realização de pagamento direto ao FINANCIADOR, em nome da CONCESSIONÁRIA, das eventuais obrigações pecuniárias devidas pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, nos termos deste CONTRATO, tais como os relativos às indenizações eventualmente devidas, inclusive por extinção antecipada do CONTRATO, e de quaisquer outros valores que a CONCESSIONÁRIA tenha direito a receber no âmbito da CONCESSÃO.

Cláusula 112. Os contratos de financiamento da CONCESSIONÁRIA poderão outorgar ao(s) FINANCIADOR(ES), de acordo com as regras de direito privado aplicáveis, o direito de assumir o CONTROLE da SPE em caso de inadimplemento contratual pela CONCESSIONÁRIA dos referidos contratos ou em caso de inadimplemento deste CONTRATO, quando constatado que tais inadimplementos inviabilizem ou coloquem em risco a CONCESSÃO ou o recebimento dos créditos pelos FINANCIADORES.

§1º. A autorização do PODER CONCEDENTE para a assunção da CONCESSÃO, ou do CONTROLE da CONCESSIONÁRIA, de que trata o *caput* observará o disposto no TÍTULO XIII – TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO OU DO CONTROLE ACIONÁRIO DA CONCESSIONÁRIA.

§2º. A assunção do CONTROLE da CONCESSIONÁRIA nos termos desta Cláusula não alterará as obrigações da SPE e as de seus sócios ou acionistas controladores perante o PODER CONCEDENTE e terceiros com quem tenha contratado.

§3º. O(s) FINANCIADOR(ES), após assumir o CONTROLE da CONCESSIONÁRIA, poderá(rão)



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

transferir tal CONTROLE para terceiro(s), mediante o procedimento disposto no TÍTULO XIII – TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO OU DO CONTROLE ACIONÁRIO DA CONCESSIONÁRIA e aprovação da capacidade financeira, técnica e regularidade fiscal e jurídica do(s) adquirente(s) do CONTROLE pelo PODER CONCEDENTE.

§4º. Na hipótese de o PODER CONCEDENTE negar a assunção do controle da SPE pelo(s) FINANCIADOR(ES) ou de terceiro(s) por esse(s) indicado(s), além da demonstração de que ele(s) não preenche(m) algum dos requisitos expressos neste CONTRATO, deverá conceder o prazo de 10 (dez) dias para que o(s) interessado(s) apresente(m) outra proposta para a assunção do controle da SPE e/ou para a reestruturação da SPE para que se torne adimplente com as suas obrigações.

TÍTULO X – GESTÃO DO CONTRATO

CAPÍTULO 1 – GESTOR DO CONTRATO E RESPONSÁVEL TÉCNICO

Cláusula 113. A CONCESSIONÁRIA deverá manter GESTOR DO CONTRATO incumbido do acompanhamento global do CONTRATO durante a sua vigência, e RESPONSÁVEL TÉCNICO, para a execução das OBRAS DE REFORMA E MODERNIZAÇÃO, que, neste caso, poderá ser agente de empresa subcontratada para a execução das OBRAS.

Parágrafo único. O GESTOR DO CONTRATO e, no âmbito de suas atribuições, o RESPONSÁVEL TÉCNICO, terão poderes para representar a CONCESSIONÁRIA junto ao PODER CONCEDENTE.

CAPÍTULO 2 – TRANSPARÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

Cláusula 114. A CONCESSIONÁRIA facilitará e disponibilizará ao PODER CONCEDENTE, ou a qualquer outra pessoa por ele credenciada, o livre acesso, em qualquer época, às áreas, instalações, locais, documentos e dados referentes à CONCESSÃO e à CONCESSIONÁRIA, incluindo estatísticas, registros administrativos e contábeis e contratos com terceiros, prestando, no prazo que lhe for estabelecido, os esclarecimentos que forem formalmente solicitados.

§1º. A fiscalização, pelo PODER CONCEDENTE não exclui a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA pela adequação e qualidade dos investimentos realizados, assim como pelo cumprimento das obrigações contratuais.

§2º. A CONCESSIONÁRIA se compromete a inserir, nos contratos firmados com subcontratadas, prestadores de serviços ou outros contratados, especialmente PARTES RELACIONADAS, cláusula que os obrigue a disponibilizar ao PODER CONCEDENTE, quando solicitado, as suas demonstrações financeiras e contábeis, que comprovem a receita percebida com atividades relacionadas a este CONTRATO.

Cláusula 115. Para fins de transparência e fiscalização, a CONCESSIONÁRIA fica ainda obrigada a:

- a) apresentar ao PODER CONCEDENTE informações que esse razoavelmente venha a solicitar, incluindo-se, mas sem se limitar a, as quitações legalmente exigidas de todo e qualquer encargo, como aqueles referentes às contribuições devidas ao INSS, FGTS, taxas e impostos pertinentes, as informações quanto ao estágio das negociações e as condições dos contratos



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

de FINANCIAMENTO;

- b) esclarecer e buscar sanar as reclamações, exigências ou observações feitas pelo PODER CONCEDENTE, conforme os prazos fixados em cada caso;
- c) fornecer ao PODER CONCEDENTE todos e quaisquer documentos e informações pertinentes à CONCESSÃO, como os seus registros contábeis, dados e informações operacionais e, tanto quanto possível, de suas subcontratadas, para fins de fiscalização e realização de auditorias.
- d) garantir que as informações prestadas ao PODER CONCEDENTE, com relação à CONCESSÃO, são corretas e completas;
- e) dar conhecimento imediato ao PODER CONCEDENTE, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, de todo e qualquer evento ou situação que altere de modo relevante o normal desenvolvimento da execução do OBJETO, ou que possa vir a prejudicar ou impedir o pontual e tempestivo cumprimento das obrigações previstas no CONTRATO, incluindo-se a ocorrência de eventos de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, ações judiciais e procedimentos administrativos relevantes, devendo apresentar, periodicamente, relatório detalhado sobre tais fatos, com as medidas tomadas ou a serem tomadas para superar ou sanar a situação e os resultados alcançados;
- f) manter em arquivo todas as informações dos serviços e atividades executados durante a vigência da CONCESSÃO;
- g) manter e apresentar ao PODER CONCEDENTE, quando solicitado, os comprovantes de recolhimento das contribuições sociais e previdenciárias (FGTS, INSS e PIS) referentes à CONCESSÃO;

Cláusula 116.

Sem prejuízo do disposto na Cláusula anterior, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao PODER CONCEDENTE os seguintes documentos, conforme prazos e condições estabelecidos neste CONTRATO ou no ANEXO III – SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO do EDITAL:

- a) Relatório econômico-financeiro anual, contendo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, Fluxo de Caixa mensal do exercício, e ocorrência de fatos relevantes;
- b) Relatório semestral de transações econômicas, contendo as seguintes informações: transações entre a CONCESSIONÁRIA e suas PARTES RELACIONADAS, pagamentos feitos pela CONCESSIONÁRIA a terceiros por ela contratados, receitas arrecadadas separadas por tipo, depreciação e amortização dos ativos da CONCESSIONÁRIA e dos BENS REVERSÍVEIS, provisão para contingências (civis, trabalhistas, fiscais, ambientais ou administrativas), e declaração da CONCESSIONÁRIA contendo o valor do capital social integralizado, a indicação dos sócios e as alterações composição societária;
- c) Relatório trimestral de atividades e reclamações, contendo as seguintes informações: reclamações e devidas soluções tomadas, ocorrências extraordinárias ou em desconformidade com a operação adequada do CCUG, eventual descumprimento de norma legal e/ou regulamentar e registro detalhado das atividades/operações/eventos no CCUG (separado por unidade e período de ocupação);
- d) Relatório anual referente ao inventário atualizado e ao registro dos BENS



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

VINCULADOS À CONCESSÃO.

- e) Comunicação imediata de ocorrências relevantes que afetem a operação adequada do CCUG; e
- f) Comunicação formal imediata caso citada ou intimada de qualquer ação judicial ou procedimento administrativo que possa resultar em responsabilidade do PODER CONCEDENTE, inclusive dos termos e prazos processuais, devendo ainda envidar os melhores esforços na defesa dos interesses comuns, praticando todos os atos processuais cabíveis com esse objetivo e assegurando ao PODER CONCEDENTE o direito de valer-se de qualquer instrumento processual de intervenção de terceiros.

Cláusula 117. O PODER CONCEDENTE, com ou sem apoio técnico de entidade da administração indireta, de auditorias contratadas ou outros serviços de terceiros, fiscalizará a CONCESSÃO, tendo amplos poderes, inclusive para:

- a) exigir da CONCESSIONÁRIA a estrita obediência às especificações e normas contratuais, restando franqueado ao PODER CONCEDENTE, na hipótese em que se verificar o descumprimento relevante de tais obrigações, por meio da intervenção, proceder à correção da situação, diretamente ou por meio de terceiros, inclusive com a possibilidade de ocupação provisória dos bens, instalações, equipamentos, material e pessoal da CONCESSIONÁRIA, podendo valer-se da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO para o ressarcimento dos custos e despesas envolvidos;
- b) rejeitar ou sustar qualquer serviço em execução, caso seja verificado risco à segurança dos USUÁRIOS, à ordem pública ou bens de terceiros;
- c) registrar e processar as ocorrências apuradas pela fiscalização, notificando a CONCESSIONÁRIA para regularização;
- d) a qualquer horário e em qualquer circunstância, fazer contato com qualquer órgão da CONCESSIONÁRIA para averiguação do andamento ou solução de eventos específicos;
- e) acompanhar a execução de obras e a prestação dos serviços, atividades e fornecimentos, bem como a conservação dos BENS VINCULADOS À CONCESSÃO;
- f) proceder a vistorias para a aferição da adequação das instalações e equipamentos, determinando as necessárias correções, reparos, remoções, reconstruções ou substituições às expensas da CONCESSIONÁRIA, quando estiverem em desacordo com as especificações prescritas neste CONTRATO;
- g) intervir, quando necessário, na execução das atividades OBJETO da CONCESSÃO, nos termos da legislação e deste CONTRATO, de modo a assegurar a regularidade e o fiel cumprimento das obrigações contratuais assumidas pela CONCESSIONÁRIA;
- h) determinar que sejam refeitas obras, atividades e serviços, sem ônus para o PODER CONCEDENTE, se as já executadas não estiverem de acordo com as especificações deste CONTRATO, da legislação vigente e das normas técnicas aplicáveis;
- i) demandar à CONCESSIONÁRIA, a qualquer tempo e sob qualquer circunstância, informações de natureza técnica, operacional, econômica,



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

financeira e contábil, bem como medições e prestações de contas, conferindo, quando necessário, prazo razoável para o atendimento das solicitações que fizer;

- j) por seus agentes ou por meio de terceiros credenciados, realizar vistorias, testes ou ensaios que permitam avaliar adequadamente as condições de funcionamento e as características dos equipamentos, sistemas e instalações utilizados na CONCESSÃO;
- k) apurar os valores efetivamente arrecadados, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis e de juros e multa moratória;
- l) fiscalizar os contratos firmados pela CONCESSIONÁRIA com subcontratadas, prestadores ou tomadores de serviço ou quaisquer terceiros a ela vinculados, a fim de verificar o adequado pagamento das parcelas que lhe são devidas pela CONCESSIONÁRIA; e
- m) aplicar as sanções e penalidades previstas neste CONTRATO.

Parágrafo único. Na hipótese em que a CONCESSIONÁRIA se recusar a acatar as determinações realizadas pelo PODER CONCEDENTE, esse poderá adotar, diretamente ou por meio de terceiros, as providências necessárias para corrigir a situação, correndo os respectivos custos por conta da CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo da aplicação das sanções e penalidades pertinentes.

CAPÍTULO 3 – SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO

Cláusula 118. O SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO (SMD) e sua aplicação encontram-se detalhados no ANEXO III do EDITAL e tem por objetivo avaliar o desempenho da CONCESSIONÁRIA durante o período da CONCESSÃO.

Parágrafo único. Caso o Poder Concedente **não** realize as avaliações a seu cargo, conforme disposto no ANEXO III do EDITAL, para fins de aplicação da fórmula de cálculo do Índice de Desempenho (*d*), a Avaliação do Poder Concedente (APC) terá resultado igual a 1 (um).

Cláusula 119. A aplicação do SMD terá como resultado o Índice de Desempenho (*d*), que comporá o cálculo da PARCELA VARIÁVEL DO VALOR PELA OUTORGA, conforme disposto na Cláusula 78.

Cláusula 120. O desempenho excessivamente baixo da CONCESSIONÁRIA poderá ensejar a aplicação de fatores de multiplicação de pontuação, nos termos do Capítulo 8 do SMD.

Parágrafo único. A falha da CONCESSIONÁRIA em realizar o pagamento da PARCELA VARIÁVEL DO VALOR PELA OUTORGA considerando o Índice de Desempenho (*d*) modificado pelos fatores de multiplicação mencionados no *caput*, quando aplicáveis, poderá ensejar a decretação de caducidade da CONCESSÃO.

Cláusula 121. A Avaliação de Satisfação do Usuário faz parte do SMD e será realizada por instituto de pesquisas especializado e independente contratado pela CONCESSIONÁRIA.

§1º. A referida empresa de pesquisas deverá ser filiada à Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP) e manter sua filiação durante todo período que esteja contratada pela CONCESSIONÁRIA.

§2º. A cada 3 (três) anos da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá contratar novo instituto de



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

pesquisas, diferente daqueles em exercício nos cinco anos anteriores.

- §3º. Caso haja, por parte do instituto de pesquisas, descumprimento do CONTRATO ou da legislação aplicável, o PODER CONCEDENTE poderá requerer à CONCESSIONÁRIA a contratação de nova entidade.

CAPÍTULO 4 – SANÇÕES E PENALIDADES

Cláusula 122. O não cumprimento pela CONCESSIONÁRIA das cláusulas deste CONTRATO, bem como das normas da legislação e regulamentação aplicáveis, ensejará, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal e de outras penalidades previstas na legislação e na regulamentação vigentes, a cominação, isolada ou concomitantemente, das penalidades fixadas neste Capítulo.

- §1º. A gradação das penalidades a que está sujeita a CONCESSIONÁRIA observará a natureza da infração cometida, que variará conforme as seguintes categorias:

- a) leve;
- b) média;
- c) grave; e
- d) gravíssima.

- §2º. A infração será considerada leve quando decorrer de condutas **não dolosas** da CONCESSIONÁRIA, das quais ela não se beneficie economicamente.

- §3º. Serão consideradas infrações leves, inclusive, mas sem limitação, o seguinte:

- a) Falha em adotar ou atualizar o Livro de Ordem nas obras e serviços de engenharia e arquitetura, nos termos da legislação do sistema CONFEA/CREA.
- b) Falha em apresentar ao PODER CONCEDENTE o comprovante de comunicação prévia do início de obra, por meio do Sistema de Comunicação Prévia de Obras do Ministério do Trabalho, bem como a matrícula da obra junto ao INSS – CEI, no prazo estabelecido;
- c) Falha em manter o PODER CONCEDENTE mensalmente informado do cumprimento das etapas de execução das obras;
- d) Falha em apresentar o Registro de Atividades conforme Cláusula 60 do CONTRATO;
- e) Falha em manter Registro de Reclamações e Ocorrências de acordo com a Cláusula 61 do CONTRATO; e
- f) Falha em cumprir o disposto no parágrafo único da Cláusula 100 do CONTRATO;

- §4º. O cometimento de infração de natureza leve ensejará a aplicação das seguintes penalidades:

- a) advertência por escrito, que será formulada, quando for o caso, junto à determinação da adoção de medidas necessárias de correção; ou
- b) multa, em caso de reincidência em uma mesma conduta que caracterize infração leve, dentro do período de 04 (quatro) meses consecutivos, no valor de até 0,01% (zero vírgula zero um por cento) do VALOR DO CONTRATO.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

§5º. A infração será considerada média quando decorrer de conduta **dolosa** e/ou da qual se constate ter a CONCESSIONÁRIA se beneficiado economicamente, de forma direta ou indireta.

§6º. Serão consideradas infrações médias, inclusive, mas sem limitação, o seguinte:

- a) O cometimento, **doloso**, de infrações exemplificadas no parágrafo terceiro desta Cláusula;
- b) Falha em apresentar os documentos e projetos necessários à obtenção de licenças e autorizações necessárias ao início das OBRAS DE REFORMA E MODERNIZAÇÃO no prazo estabelecido;
- c) Falha em iniciar as OBRAS DE REFORMA E MODERNIZAÇÃO no prazo estabelecido;
- d) Falha em apresentar o PLANO DE MANUTENÇÃO de acordo com o disposto no CONTRATO e no prazo estabelecido;
- e) Falha em apresentar o PLANO DE OPERAÇÃO de acordo com o disposto no CONTRATO e no prazo estabelecido;
- f) Falha em cumprir o disposto no §1º da Cláusula 102 do CONTRATO; e
- g) Falha em cumprir o disposto na Cláusula 114 do CONTRATO;

§7º. O cometimento de infração de natureza média ensejará a aplicação das seguintes penalidades, de maneira isolada ou concomitante:

- a) advertência por escrito, que será formulada, quando for o caso, junto à determinação da adoção de medidas necessárias de correção; e/ou
- b) multa no valor de até 0,1% (zero vírgula um por cento) do VALOR DO CONTRATO, que também será cominada, quando for o caso, junto à determinação da adoção de medidas necessárias de correção.

§8º. A infração será considerada grave quando decorrer de conduta dolosa ou de má-fé da qual se constate ter a CONCESSIONÁRIA se beneficiado economicamente, de forma direta ou indireta, e que envolva benefício econômico em detrimento do PODER CONCEDENTE ou de culpa grave que acarrete danos ao CCUG, seus USUÁRIOS e CLIENTES.

§9º. Serão consideradas infrações graves, inclusive, mas sem limitação, o seguinte:

- h) Não pagamento da PARCELA VARIÁVEL DO VALOR PELA OUTORGA no prazo estabelecido;
- i) Falha em adotar as normas técnicas pertinentes às obras e serviços que serão executados;
- j) Falha em realizar as verificações e testes necessários nos sistemas que foram reformados ou instalados, a fim de verificar sua segurança e adequação às normas pertinentes;
- k) Falha em dar início à OPERAÇÃO TOTAL do CCUG no prazo estabelecido;
- l) Falha em realizar a reversão dos BENS REVERSÍVEIS nos termos e condições estabelecidos no CONTRATO;
- m) Alienação de BENS REVERSÍVEIS sem atender ao disposto no CONTRATO, sem prejuízo da obrigação de reaver/substituir o bem ou indenizar o PODER CONCEDENTE;
- n) Descumprir o disposto na Cláusula 101 do CONTRATO;



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**

- o) Falha em sanar e/ou punir práticas de corrupção ou antiéticas verificadas de acordo com o disposto no Manual ou documento semelhante elaborado conforme o §1º da Cláusula 102 do CONTRATO;
- p) Descumprimento das Cláusulas Cláusula 103, Cláusula 104 e Cláusula 105 do CONTRATO;

§10º. O cometimento de infração grave ensejará a aplicação das seguintes penalidades, de maneira isolada ou concomitante à pena de multa:

- a) advertência por escrito, que será formulada, quando for o caso, junto à determinação da adoção de medidas necessárias de correção;
- b) multa no valor de até 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do VALOR DO CONTRATO, que também será cominada, quando for o caso, junto à determinação da adoção de medidas necessárias de correção;
- c) suspensão temporária do direito de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 24 (vinte e quatro) meses.

§11º. A infração será considerada gravíssima quando o PODER CONCEDENTE constatar, diante das características do serviço prestado e do ato praticado pela CONCESSIONÁRIA, que suas consequências revestem-se de grande lesividade ao interesse público, prejudicando o meio ambiente, o erário ou a própria continuidade do OBJETO da CONCESSÃO.

§12º. Serão consideradas infrações gravíssimas, inclusive, mas sem limitação, o seguinte:

- a) Não reconstituição da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO no prazo estabelecido;
- b) Não obtenção dos seguros exigidos no prazo estabelecido;

§13º. O cometimento de infração gravíssima ensejará a aplicação das seguintes penalidades, de maneira isolada ou concomitante à pena de multa:

- a) multa no valor de até 1% (um por cento) do VALOR DO CONTRATO, que também será cominada, quando for o caso, junto à determinação da adoção de medidas necessárias de correção;
- b) suspensão temporária do direito de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 24 (vinte e quatro) meses; e/ou
- c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONCESSIONÁRIA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

§14º. O PODER CONCEDENTE, na definição das espécies de penalidade de multa e das dosimetrias indicadas nos parágrafos anteriores levará em consideração a reincidência, se aplicável, e as circunstâncias de cada caso de maneira motivada, observando, sempre, a proporcionalidade entre a gravidade da falta e a intensidade da sanção, inclusive quanto ao número de USUÁRIOS e CLIENTES atingidos e o prolongamento, no tempo, da situação que caracterizou a infração.

§15º. Caso a CONCESSIONÁRIA não cumpra as medidas necessárias de correção que forem estabelecidas em caso de descumprimento sanável das obrigações dispostas neste CONTRATO,



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

no prazo que for estabelecido para tanto, será cominada multa diária, incidente a partir do dia seguinte ao último dia do prazo estabelecido para sanar o respectivo descumprimento, até os limites diário e total estabelecidos na Cláusula 124.

§16º. Sem prejuízo da aplicação de penalidades e do disposto no parágrafo acima, o cometimento de infrações reiteradas, de qualquer categoria, acompanhado da falha em realizar as medidas de correção que forem estabelecidas em caso de descumprimento sanável e/ou para prevenir novas infrações, poderá acarretar a declaração de caducidade da concessão.

§17º. O pagamento das multas a que se refere esta cláusula, ou a dedução do seu respectivo valor da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, não exonerará a CONCESSIONÁRIA de cumprir a obrigação cujo descumprimento causou a imposição da multa e tampouco de quaisquer outras obrigações que emanem deste CONTRATO.

Cláusula 123. Em caso de atraso na realização dos pagamentos mencionados neste CONTRATO, além do principal corrigido monetariamente, serão aplicados, ao valor em mora, juros de 1% (um por cento) ao mês, calculados pela metodologia de juros compostos, e multa equivalente a 10% (dez por cento), sem prejuízo da aplicação de outras consequências previstas no CONTRATO, inclusive a caducidade e a execução da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.

Cláusula 124. Sem prejuízo das demais penalidades aplicáveis, caso não seja respeitado o prazo para apresentação de documentos e projetos disposto na Cláusula 46, não iniciada a OPERAÇÃO TOTAL nos prazos dispostos na Cláusula 49, não promovido o aumento e integralização de capital, se necessário, conforme previsto na Cláusula 98, ou, ainda, não recomposta a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, nos termos da Cláusula 127, será cobrada multa de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) por dia de atraso, até o limite de R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais).

Parágrafo único. Em caso de não cumprimento dos prazos previstos no *caput* em decorrência de CASO FORTUITO, FORÇA MAIOR ou retardo na obtenção de licenças por omissão ou atraso da administração pública, a CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar justificativa circunstanciada ao PODER CONCEDENTE, para dispensa da multa.

CAPÍTULO 5 – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

Cláusula 125. O processo de aplicação das sanções previstas neste CONTRATO terá início com a lavratura do auto de infração correspondente pelo PODER CONCEDENTE, contendo os detalhes da infração cometida e a indicação da sanção potencialmente aplicável.

§1º. Lavrado o auto, a CONCESSIONÁRIA será intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar defesa prévia, salvo na hipótese de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, quando o prazo será de 10 (dez) dias, consoante o disposto no art. 87, §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 8.666/93.

§2º. O auto de infração indicará prazo razoável, nunca inferior a 5 (cinco) dias, para que a CONCESSIONÁRIA demonstre a regularização da falha que originou a infração.

§3º. O PODER CONCEDENTE decidirá sobre a aplicação da sanção, estando facultado à CONCESSIONÁRIA a interposição de recurso para autoridade superior, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da intimação da decisão.

§4º. Após decisão administrativa final do PODER CONCEDENTE, na hipótese de aplicação da



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**

penalidade de multa, este notificará por escrito a CONCESSIONÁRIA para realizar o pagamento dos valores correspondentes em até 05 (cinco) dias contados da data do recebimento da notificação.

§5º. A falta de pagamento da multa no prazo estipulado acarretará a atualização monetária do débito pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE, e o acréscimo de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante do débito corrigido monetariamente, a contar da data do respectivo vencimento até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo da execução da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.

§6º. Os valores resultantes das multas aplicadas reverterão ao PODER CONCEDENTE.

CAPÍTULO 6 – INTERVENÇÃO

Cláusula 126. O PODER CONCEDENTE poderá intervir na CONCESSÃO, a fim de assegurar a adequação da prestação do serviço OBJETO do CONTRATO, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

§1º. A decretação da intervenção levará ao imediato afastamento dos administradores da SPE e não afetará o curso regular dos negócios da CONCESSIONÁRIA, tampouco seu normal funcionamento.

§2º. As receitas realizadas durante o período de intervenção, resultantes da exploração do OBJETO da CONCESSÃO, serão utilizadas para cobertura dos encargos previstos para o cumprimento do OBJETO da CONCESSÃO, incluindo-se os encargos com seguros e garantias, encargos decorrentes de financiamento e o ressarcimento dos cursos de administração.

§3º. O eventual saldo remanescente, finda a intervenção, será entregue à CONCESSIONÁRIA, a não ser que seja extinta a CONCESSÃO e o PODER CONCEDENTE seja credor da CONCESSIONÁRIA, situação em que tais valores reverterão ao PODER CONCEDENTE.

TÍTULO XI – GARANTIAS E SEGUROS

CAPÍTULO 1 – GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO PELA CONCESSIONÁRIA

Cláusula 127. A CONCESSIONÁRIA manterá em vigor até, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias após a extinção do CONTRATO, por sua conta e risco, GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, correspondente a 1% (um por cento) do VALOR DO CONTRATO.

§1º. Nos anos em que serão realizadas OBRAS DE REFORMA E MODERNIZAÇÃO, para emissão da respectiva ORDEM DE INÍCIO DE OBRAS, deverá ser apresentada garantia adicional correspondente a 30% (trinta por cento) do valor dos respectivos investimentos previstos no respectivo cronograma físico-financeiro detalhado apresentado pela CONCESSIONÁRIA;

§2º. Poderá ser restituído e/ou liberado, conforme o caso, 20% (vinte por cento) da garantia adicional exigida cada vez que emitido(s) Termo(s) Definitivo(s) de Aceitação de Obras correspondentes à 25% das OBRAS previstas no cronograma físico-financeiro detalhado apresentado para a emissão da respectiva ORDEM DE INÍCIO DE OBRAS.

§3º. As garantias adicionais devem ser mantidas, observado o disposto no parágrafo anterior, até a emissão do(s) Termo(s) Definitivo(s) de Aceitação de Obras correspondentes à totalidade dos



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**

investimentos previstos no respectivo cronograma físico-financeiro detalhado, ocasião em que poderá ser restituída e/ou liberada, conforme o caso, o saldo restante de garantia adicional.

§4º. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO será executada em caso de inobservância total ou parcial das obrigações contidas neste CONTRATO e seus ADENDOS, e, especialmente, para:

- a) promover a execução das OBRAS DE REFORMA E MODERNIZAÇÃO em caso de inadimplemento da CONCESSIONÁRIA;
- b) ressarcir o PODER CONCEDENTE de custos e despesas incorridas face ao inadimplemento da CONCESSIONÁRIA;
- c) pagar a PARCELA VARIÁVEL DO VALOR PELA OUTORGA, no caso de atraso de pagamento pela CONCESSIONÁRIA superior à 5 (cinco) dias;
- d) indenizar o PODER CONCEDENTE pela devolução dos bens integrantes da CONCESSÃO em desconformidade com as exigências estabelecidas neste CONTRATO; e/ou
- e) pagar as multas que forem aplicadas à CONCESSIONÁRIA, indenizações ou quaisquer outros valores que lhe forem exigíveis em razão de inadimplemento no cumprimento de suas obrigações contratuais, cuja quitação não ocorrer em até 05 (cinco) dias do respectivo vencimento.

§5º. Se a PARCELA VARIÁVEL DO VALOR PELA OUTORGA, as multas contratuais eventualmente impostas à CONCESSIONÁRIA, os pagamentos, indenizações ou quaisquer outras obrigações a serem adimplidas forem superiores ao valor da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, esta será executada e, não obstante, a CONCESSIONÁRIA responderá pela diferença entre o valor exigido e a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.

§6º. Sempre que utilizada ou corrigida a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá recompor o seu valor integral, no prazo de 5 (cinco) dias.

§7º. A recomposição poderá ser efetuada mediante complementação da garantia existente ou contratação de nova(s) garantia(s), de maneira que o valor total da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO corresponda ao montante atualizado, observadas as disposições desta Cláusula.

§8º. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO poderá assumir qualquer das seguintes modalidades:

- a) caução em dinheiro, em reais, depositada em conta corrente a ser indicada pelo PODER CONCEDENTE;
- b) caução em títulos da dívida pública federal, não gravados com cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, nem adquiridos compulsoriamente, registrados em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil;
- c) seguro-garantia, fornecido por companhia seguradora autorizada a funcionar no Brasil, com a apresentação da respectiva certidão de regularidade da SUSEP, vigente; ou
- d) fiança bancária, fornecida por instituição financeira autorizada a funcionar no Brasil, com classificação em escala nacional superior ou igual a "Aa2.br", "brAA" ou "A(bra)", conforme divulgado pelas agências de risco Moody's, Standard & Poors ou Fitch, em favor do PODER CONCEDENTE.

§9º. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO ofertada não poderá conter quaisquer ressalvas



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ou condições que possam dificultar ou impedir sua execução, ou que possam suscitar dúvidas quanto à sua exequibilidade.

§10º. A CONCESSIONÁRIA deverá promover, com antecedência não inferior a 30 dias do vencimento da GARANTIA DE EXECUÇÃO, as renovações e/ou prorrogações que forem necessárias à sua plena vigência durante o CONTRATO e, no mínimo, até 180 (cento e oitenta) dias de sua extinção, sob pena da perda da GARANTIA DE EXECUÇÃO e da aplicação da penalidade prevista na Cláusula 124 até que esta seja renovada e/ou da decretação de caducidade da CONCESSÃO.

§11º. A CONCESSIONÁRIA poderá substituir a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO prestada por qualquer das modalidades admitidas nesta Cláusula, mediante prévia aprovação do PODER CONCEDENTE.

§12º. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO será reajustada periodicamente, na mesma data e pela mesma fórmula aplicável ao reajuste da do VALOR DO CONTRATO (Cláusula 81).

§13º. A CONCESSIONÁRIA permanecerá responsável pelo cumprimento das obrigações contratuais, incluindo o pagamento de eventuais multas e indenizações, independentemente da utilização da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.

§14º. A restituição ou liberação final da GARANTIA DE EXECUÇÃO dependerá da comprovação do integral cumprimento de todas as obrigações, incluindo tributárias, trabalhistas e previdenciárias da CONCESSIONÁRIA, bem como da entrega dos BENS REVERSÍVEIS, nos termos da Cláusula 150.

Cláusula 128. Para a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO apresentada na modalidade caução em títulos da dívida pública federal, serão admitidos os seguintes títulos:

- a) Tesouro Prefixado;
- b) Tesouro Selic;
- c) Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais;
- d) Tesouro IPCA;
- e) Tesouro IGPM + com Juros Semestrais; e
- f) Tesouro Pré-fixado com Juros Semestrais.

Cláusula 129. Em caso de utilização de seguro-garantia, este deverá atender os termos e condições mínimas contidas no ANEXO XIV – TERMOS E CONDIÇÕES MÍNIMAS DE SEGURO GARANTIA do EDITAL para GARANTIA DE EXECUÇÃO, bem como o disposto na Circular SUSEP nº 477/13; a apólice deverá ter vigência de no mínimo 01 (um) ano, com cláusula de renovação até a extinção das obrigações da CONCESSIONÁRIA ou advento do prazo disposto na Cláusula 127.

Parágrafo único. A apólice deverá conter disposição expressa de obrigatoriedade de a seguradora informar ao PODER CONCEDENTE e à CONCESSIONÁRIA, no mínimo 90 (noventa) dias antes do prazo final da validade, se a apólice será ou não renovada.

Cláusula 130. Em caso de utilização de fiança bancária, esta deverá seguir o modelo contido no ANEXO XV – MODELO DE CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA do EDITAL para GARANTIA DE EXECUÇÃO.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

CAPÍTULO 2 – SEGUROS

Cláusula 131. A CONCESSIONÁRIA contratará, para emissão de ORDEM DE INÍCIO DE OBRAS, seguro de Construção Civil e Riscos de Engenharia, o qual deverá ser mantido vigente até a emissão da ORDEM DE INÍCIO DE OPERAÇÃO TOTAL.

§1º. Caso aplicável, para a execução das OBRAS previstas no PROJETO, deverá ser contratado e mantido novo seguro de Construção Civil e Riscos de Engenharia, desde a emissão da ORDEM DE INÍCIO DE OBRAS até a emissão da ORDEM DE INÍCIO DE OPERAÇÃO relacionadas ao PROJETO.

§2º. A apólice do seguro de que trata o *caput* deverá abarcar todo o CCUG, ressalvado espaço onde se encontra a PRAÇA DOS NAMORADOS, e poderá prever a redução paulatina de sua cobertura, na medida em que forem emitidas as ORDENS DE INÍCIO DE OPERAÇÃO para as áreas ou setores nos quais forem finalizadas as OBRAS DE REFORMA E MODERNIZAÇÃO.

Cláusula 132. Para a emissão da primeira ORDEM DE INÍCIO DE OPERAÇÃO, seja esta PARCIAL OU TOTAL, a CONCESSIONÁRIA deverá comprovar a contratação de apólice de seguro garantia de perfeito funcionamento dos bens reversíveis, incidente sobre o acervo de bens reversíveis dos Equipamentos Obrigatórios e Facultativos, com indenização de, no mínimo, R\$ 2.780.000,00 (dois milhões e setecentos e oitenta mil reais).

Parágrafo único. Seguro de perfeito funcionamento dos bens reversíveis a que se refere o *caput* deverá permanecer vigente até 24 (vinte e quatro meses) após o advento do termo contratual da CONCESSÃO.

Cláusula 133. A CONCESSIONÁRIA contratará e manterá em vigor, tendo em vista a emissão da primeira ORDEM DE INÍCIO DE OPERAÇÃO, seja essa PARCIAL ou TOTAL, cobrindo todo o CCUG, até o advento do prazo da CONCESSÃO, caso prazo maior não seja exigido neste CONTRATO, no mínimo, os seguintes seguros:

- a) **Seguro de Riscos Nomeados**, cujo limite máximo de garantia deve ser suficiente para cobrir integralmente o valor patrimonial do conjunto de bens reversíveis, para cobertura de danos materiais decorrentes dos seguintes eventos: (1). Cobertura Básica Obrigatória: incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza; (2). Cobertura de danos elétricos; (3). Cobertura de vendaval, furacão, ciclone, granizo, impacto de veículos terrestres e queda de aeronaves; (4). Cobertura de tumultos, greves, manifestações e “lock-out”; (5). Cobertura de desmoronamento; (6). Cobertura de alagamento e inundações; (7). Cobertura de vazamento na tubulação e danos por água; (8). Cobertura de lucros cessantes referentes às despesas fixas necessárias à continuidade da OPERAÇÃO, pelo período indenitário mínimo de 6 (seis) meses;
- b) **Seguro de Responsabilidade Civil Geral (RCG)**: Para guarda de veículos de terceiros, cobrindo danos materiais e roubo ou furto qualificado aos veículos sob sua guarda, no interior do estabelecimento, com indenização de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de Reais); Para estabelecimentos comerciais, cobrindo danos materiais e corporais, decorrentes de acidentes relacionados com a existência, uso e conservação do imóvel especificado na apólice; operações comerciais do segurado; a existência e conservação de painéis de propaganda, letreiros e anúncios pertencentes ao segurado; eventos programados pelo segurado, com cobertura equivalente a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de Reais); Para empregador, cobrindo danos corporais sofridos



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

por seus empregados e prepostos, quando a serviço do segurado ou durante o percurso de ida e volta do trabalho, sempre que a viagem for realizada por veículo contratado pelo segurado com cobertura equivalente a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de Reais); e

Parágrafo único. A CONCESSIONÁRIA deverá, previamente à contratação dos seguros, apresentar ao PODER CONCEDENTE os termos e condições das apólices que pretende contratar para aprovação do PODER CONCEDENTE, que poderá exigir alterações nas apólices para assegurar a devida cobertura dos bens a serem segurados.

Cláusula 134. Nenhum serviço ou obra, conforme for o caso, poderá ter início ou prosseguir sem que a CONCESSIONÁRIA apresente ao PODER CONCEDENTE a comprovação de que as apólices dos seguros expressamente exigidos neste CONTRATO se encontram em vigor nas condições estabelecidas, podendo ser apresentados, para tanto, certificados de seguros ou apólices provisórias, desde que as garantias estejam sempre cobertas conforme exigido neste CONTRATO.

§1º. As apólices devem ser contratadas com seguradoras nacionais ou estrangeiras de primeira linha autorizadas a operar no Brasil, assim entendidas aquelas cuja classificação de força financeira em escala nacional seja igual ou superior a "Aa2.br", "brAA" ou "A(bra)", conforme divulgado pelas agências de risco Moody's, Standard & Poors ou Fitch, respectivamente.

§2º. O PODER CONCEDENTE deverá ser indicado como cossegurado nas apólices de seguros, cabendo-lhe autorizar previamente o cancelamento, a suspensão, a modificação ou a substituição de quaisquer apólices contratadas pela CONCESSIONÁRIA, bem como a alteração nas coberturas e demais condições correspondentes, a fim de assegurar a adequação dos seguros às novas situações que ocorram durante o período do CONTRATO, dentro das condições da apólice.

§3º. O(s) FINANCIADOR(ES) poderá(ão) ser incluído(s) nas apólices de seguro, na condição de cossegurado(s) ou beneficiário(s), desde que a medida não prejudique os direitos assegurados ao PODER CONCEDENTE.

§4º. As apólices emitidas não poderão conter obrigações, restrições ou disposições que contrariem as disposições do presente CONTRATO ou a regulação setorial.

§5º. Anualmente, até o último dia útil da vigência da apólice, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar certificado emitido pela(s) seguradora(s) confirmando:

- a) que todos os prêmios vencidos no ano imediatamente anterior foram devidamente quitados; e
- b) que as apólices contratadas pela CONCESSIONÁRIA estão em plena vigência ou foram renovadas, devendo neste caso ser encaminhada ao PODER CONCEDENTE a comprovação da renovação.

§6º. A CONCESSIONÁRIA também deverá fornecer ao PODER CONCEDENTE, em prazo não superior a 30 (trinta) dias antes do fim da vigência de cada apólice, certificado emitido pela seguradora confirmando que as apólices de seguros contratados foram ou serão renovadas imediatamente após o seu vencimento, ou ainda nova apólices de seguros.

§7º. Os valores das coberturas dos seguros previstos neste CONTRATO serão reajustados anualmente, tendo como data-base a DATA DE ENTREGA DAS PROPOSTAS, pela variação acumulada nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores do IPCA, ou outro índice que vier a substituí-lo.

§8º. A CONCESSIONÁRIA é responsável pelo pagamento integral da franquia, em caso de utilização



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

de quaisquer dos seguros por ela contratados.

Cláusula 135. Em caso de descumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, da obrigação de contratar e manter em plena vigência as apólices de seguro, o PODER CONCEDENTE, independentemente da prerrogativa de decretar a intervenção ou a caducidade da CONCESSÃO e de aplicar as demais penalidades correspondentes, poderá também proceder à contratação e ao pagamento direto dos prêmios respectivos, correndo a totalidade dos custos às expensas da CONCESSIONÁRIA.

Parágrafo único. Verificada a hipótese descrita no *caput*, a CONCESSIONÁRIA deverá, em até 15 (quinze) dias da data em que vier a ser notificada sobre as despesas decorrentes da contratação de seguros, reembolsar o PODER CONCEDENTE, sob pena de se executar a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, sendo-lhe ainda aplicadas as demais sanções previstas neste CONTRATO.

TÍTULO XII – VIGÊNCIA, EXTINÇÃO DO CONTRATO E REVERSÃO DOS BENS

CAPÍTULO 1 – VIGÊNCIA

Cláusula 136. O prazo de vigência deste CONTRATO será de 25 anos, contados da data da ORDEM DE INÍCIO DE OPERAÇÃO que for emitida primeiro, PARCIAL ou TOTAL, não sendo admitida a sua prorrogação, ressalvada unicamente a hipótese prevista no §3º da Cláusula 45.

CAPÍTULO 2 – EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

SEÇÃO I – HIPÓTESES E CONSEQUÊNCIAS DA EXTINÇÃO

Cláusula 137. A CONCESSÃO considerar-se-á extinta, observadas as normas legais específicas, quando ocorrer:

- a) o término do prazo contratual;
- b) a encampação;
- c) a caducidade;
- d) a rescisão;
- e) a anulação; e
- f) a falência ou extinção da CONCESSIONÁRIA.

§1º. Extinta a CONCESSÃO:

- a) retornam para o PODER CONCEDENTE todos os BENS REVERSÍVEIS, direitos e privilégios vinculados à CONCESSIONÁRIA, incluindo-se aqueles a ela transferidos pelo PODER CONCEDENTE e os que forem por ela adquiridos;
- b) haverá a imediata assunção dos BENS REVERSÍVEIS pelo PODER CONCEDENTE, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessários, bem como a ocupação das instalações.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

- §2º. Extinto o CONTRATO antes do seu termo, o PODER CONCEDENTE, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, poderá:
- a) ocupar, temporariamente, bens móveis e imóveis e valer-se de pessoal empregado na prestação das atividades consideradas imprescindíveis à continuidade da operação do CCUG; e
 - b) manter os contratos firmados pela CONCESSIONÁRIA com terceiros, observados os prazos máximos e as condições inicialmente ajustados.
- §3º. Em qualquer hipótese de extinção do CONTRATO, o PODER CONCEDENTE assumirá, direta ou indiretamente e de maneira imediata, a operação do CCUG.
- §4º. Sem prejuízo do parágrafo anterior, a extinção do CONTRATO, por qualquer motivo, não transfere qualquer responsabilidade ou ônus ao PODER CONCEDENTE quanto aos contratos em que seja parte a CONCESSIONÁRIA, que continuará exclusivamente responsável pelo encerramento de todo e qualquer ajuste firmado anteriormente, qualquer que seja sua natureza ou fim, sem prejuízo da responsabilidade pelo pagamento das indenizações eventualmente devidas à CONCESSIONÁRIA ou diretamente aos seus credores, caso exista alguma obrigação do PODER CONCEDENTE neste sentido.
- §5º. Em hipótese de extinção do CONTRATO motivada pela ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, deve-se descontar das indenizações eventualmente devidas à CONCESSIONÁRIA os valores por ela recebidos em consequência da existência de seguros, quando os eventos que derem causa à indenização forem eventos segurados.

SEÇÃO II – TÉRMINO DO PRAZO CONTRATUAL

- Cláusula 138.** A CONCESSÃO extingue-se quando se verificar o término do prazo de sua duração.
- Cláusula 139.** A reversão no advento do termo contratual far-se-á, em regra, sem que a CONCESSIONÁRIA tenha direito a qualquer indenização.
- Cláusula 140.** Excepcionalmente, a reversão no advento do termo contratual poderá envolver indenização das parcelas dos investimentos vinculados a BENS REVERSÍVEIS, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados, mediante prévia aprovação do PODER CONCEDENTE, com o objetivo de garantir a atividade do CCUG.
- §1º. O cálculo do valor da indenização prevista no caput será feito com base em laudo de avaliação patrimonial elaborado pelo *critério do valor novo de reposição* dos investimentos mencionados, que deverão ser devidamente depreciados, admitindo-se a correção pelo IPCA/IBGE dos respectivos valores, desde a elaboração do laudo.
- §2º. Preferencialmente, a autorização da realização de investimentos que visem a manter a atividade do CCUG deverá conter o valor máximo de indenização que a CONCESSIONÁRIA eventualmente fará jus no término do termo contratual.
- §3º. Os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, assim como os investimentos realizados com o fim de manter os BENS REVERSÍVEIS em perfeito estado de conservação, não serão objeto de qualquer indenização ao término do prazo contratual, devendo ser realizados por conta e risco da CONCESSIONÁRIA.
- Cláusula 141.** Até 24 (vinte e quatro) meses antes da data do término de vigência contratual, o PODER CONCEDENTE estabelecerá, em conjunto e com a cooperação da



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

CONCESSIONÁRIA, programa de desmobilização operacional, a fim de definir as regras e procedimentos para a assunção da operação pelo PODER CONCEDENTE ou por terceiro autorizado.

- §1º. Esse programa disporá sobre as regras para acompanhamento e manifestação do PODER CONCEDENTE acerca da comercialização, pela CONCESSIONÁRIA de eventos que se realizarão após o término do prazo de vigência da CONCESSÃO.
- §2º. No caso do parágrafo anterior, a CONCESSIONÁRIA fará jus à remuneração de 15 % da RECEITA PRINCIPAL dos eventos que comercializar, a ser recebida apenas quando os respectivos clientes efetivamente pagarem ao PODER CONCEDENTE ou ao novo concessionário, conforme for o caso, os respectivos preços, à título de incentivo à comercialização e reembolso dos custos e das despesas correspondentes.

SEÇÃO III – ENCAMPAÇÃO

Cláusula 142. O PODER CONCEDENTE poderá, durante a vigência do CONTRATO e por motivo de interesse público, promover a retomada da CONCESSÃO, mediante lei autorizativa e após prévio pagamento de indenização à CONCESSIONÁRIA.

Cláusula 143. A indenização devida à CONCESSIONÁRIA em caso de encampação será formada pela soma dos seguintes itens:

- a) parcelas dos investimentos vinculados aos BENS REVERSÍVEIS, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados pela CONCESSIONÁRIA para o cumprimento deste CONTRATO; e
- b) valores de multas, custos de rescisão antecipada dos contratos celebrados pela CONCESSIONÁRIA para a execução do OBJETO da CONCESSÃO e indenizações devidos a seus fornecedores, FINANCIADOR(ES), contratados e terceiros em geral em decorrência do rompimento dos respectivos vínculos contratuais, desde correspondam a valores usualmente encontrados no mercado;
- c) parcela não amortizada da PARCELA FIXA DO VALOR PELA OUTORGA.

§1º. Os cálculos dos valores das indenizações relativas às alíneas “a” do *caput* serão feitos com base em laudo de avaliação patrimonial elaborado pelo *critério do valor novo de reposição* dos investimentos mencionados, que deverão ser devidamente depreciados, admitindo-se a correção pelo IPCA/IBGE dos respectivos valores, desde a elaboração do laudo.

§2º. A parcela da indenização relativa à alínea “b” do parágrafo anterior não poderá superar o percentual de 15% (quinze por cento) dos valores apurados com base na alínea “a”.

§3º. Os valores da alínea “c” serão atualizados e considerada a amortização financeira pelo sistema [SAC].

§4º. Não será devido qualquer valor a título de lucros cessantes.

§5º. As multas, indenizações e quaisquer outros valores devidos pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE serão descontados da indenização devida por este àquela.

SEÇÃO IV – CADUCIDADE

Cláusula 144. Além dos casos enumerados pela Lei Federal nº 8.987/95 e das demais hipóteses



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**

previstas neste CONTRATO, e sem prejuízo da aplicação das demais penalidades aplicáveis, o PODER CONCEDENTE poderá promover a decretação da caducidade da CONCESSÃO quando:

- a) o OBJETO do CONTRATO estiver sendo executado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios e demais parâmetros definidos no CONTRATO;
- b) a CONCESSIONÁRIA descumprir reiteradamente as cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares relacionadas à CONCESSÃO;
- c) ocorrer desvio da CONCESSIONÁRIA de seu objeto social;
- d) houver atrasos relevantes e reiterados no cumprimento do prazo para conclusão das OBRAS;
- e) houver alteração do controle acionário da CONCESSIONÁRIA ou transferência da CONCESSÃO, sem prévia e expressa aprovação do PODER CONCEDENTE;
- f) a CONCESSIONÁRIA interromper a execução do OBJETO da CONCESSÃO ou concorrer para tanto, perder ou comprometer as condições econômicas, financeiras, técnicas ou operacionais necessárias à consecução adequada do OBJETO da CONCESSÃO;
- g) a CONCESSIONÁRIA descumprir a obrigação de contratar e manter em plena vigência as apólices de seguro ou quando não mantiver a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, nos termos deste CONTRATO;
- h) a CONCESSIONÁRIA não cumprir tempestivamente as penalidades a ela impostas pelo PODER CONCEDENTE, inclusive o pagamento de multas, aplicadas em virtude do cometimento das infrações previstas neste CONTRATO; e
- i) a CONCESSIONÁRIA não atender à intimação do PODER CONCEDENTE no sentido de regularizar a execução do OBJETO da CONCESSÃO.

§1º. A decretação da caducidade da CONCESSÃO deverá ser precedida de verificação da inadimplência da CONCESSIONÁRIA em processo administrativo, assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

§2º. Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à CONCESSIONÁRIA, detalhadamente, os descumprimentos contratuais referidos no parágrafo anterior, dando-se um prazo razoável, nunca inferior a 15 (quinze) dias úteis, para se corrigirem, se possível, as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento nos termos contratuais.

§3º. Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por ato do PODER CONCEDENTE, independentemente de indenização prévia, que será calculada no decurso do processo, posteriormente.

§4º. A decretação da caducidade não acarretará para o PODER CONCEDENTE qualquer espécie de responsabilidade em relação a ônus, encargos, obrigações ou compromissos com terceiros assumidos pela CONCESSIONÁRIA, notadamente em relação a obrigações de natureza cível, criminal, trabalhista, tributária e previdenciária.

Cláusula 145. Decretada a caducidade, a indenização à CONCESSIONÁRIA devida pelo PODER CONCEDENTE ficará limitada às parcelas dos investimentos vinculados aos BENS REVERSÍVEIS, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

sido realizados pela CONCESSIONÁRIA para o cumprimento deste CONTRATO.

- §1º. O cálculo do valor da indenização prevista no caput será feito com base em laudo de avaliação patrimonial elaborado pelo *critério do valor novo de reposição* dos investimentos mencionados, que deverão ser devidamente depreciados, admitindo-se a correção pelo IPCA/IBGE dos respectivos valores, desde a elaboração do laudo.
- §2º. As multas, indenizações e quaisquer outros valores devidos pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE serão descontados da indenização devida por este àquela.

SEÇÃO V – RESCISÃO CONTRATUAL

- Cláusula 146.** Este CONTRATO poderá ser rescindido por iniciativa da CONCESSIONÁRIA, no caso de descumprimento pelo PODER CONCEDENTE de suas obrigações, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim, nos termos do artigo 39, da Lei Federal nº 8.987/95.
- §1º. Os serviços OBJETO do CONTRATO não poderão ser interrompidos ou paralisados até o trânsito em julgado da sentença que decretar a rescisão do CONTRATO.
- §2º. A indenização devida à CONCESSIONÁRIA, no caso de rescisão judicial, será equivalente à prevista para o caso de encampação (Cláusula 143).

SEÇÃO VI – ANULAÇÃO DO CONTRATO

- Cláusula 147.** O CONTRATO poderá ser anulado por iniciativa e ato do Poder Concedente ou por decisão judicial, na hipótese de ocorrência de ilegalidade que caracterize vício insanável.

Parágrafo único. A indenização devida à CONCESSIONÁRIA, no caso de anulação do CONTRATO, será calculada na forma da Cláusula 143, salvo se a CONCESSIONÁRIA tiver concorrido para a ilegalidade ou nos casos em que a ilegalidade lhe for imputada de forma exclusiva, caso em que a indenização a ela devida será aquela definida para o caso de caducidade (Cláusula 145).

SEÇÃO VII – FALÊNCIA OU DA EXTINÇÃO DA CONCESSIONÁRIA

- Cláusula 148.** Decretada a falência da CONCESSIONÁRIA, caberá ao PODER CONCEDENTE, a qualquer momento e em decisão discricionária, declarar a extinção a CONCESSÃO em função da falência da CONCESSIONÁRIA, a qual se operará de pleno direito.
- §1º. Na hipótese de extinção do CONTRATO por falência ou extinção da CONCESSIONÁRIA, a indenização a ela devida será aquela definida para o caso de caducidade (Cláusula 145).
- §2º. Não poderá ser procedida a partilha do respectivo patrimônio social da CONCESSIONÁRIA falida sem que o PODER CONCEDENTE ateste, mediante auto de vistoria, o estado em que se encontram os BENS REVERSÍVEIS, e sem que se efetue o pagamento das quantias devidas ao PODER CONCEDENTE, a título de indenização ou a qualquer outro título.
- §3º. Se for autorizado e promovido de comum acordo com o PODER CONCEDENTE, assim como realizado de forma absolutamente célere, poderá haver a transferência da CONCESSÃO no processo de falência.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

SEÇÃO VIII – PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO POR NOVO CONCESSIONÁRIO

Cláusula 149. O PODER CONCEDENTE poderá, no prazo máximo de 12 (doze) meses a contar da extinção do CONTRATO conforme previsto nas seções precedentes, promover nova licitação do serviço concedido, atribuindo à vencedora o ônus do pagamento direto da indenização cabível à antiga CONCESSIONÁRIA

Parágrafo único. Essa faculdade dependerá de prévio acordo com a CONCESSIONÁRIA nas hipóteses de encampação, rescisão e término do prazo contratual.

CAPÍTULO 3 – REVERSÃO DOS BENS

Cláusula 150. Extinta a CONCESSÃO, retornam ao PODER CONCEDENTE os BENS REVERSÍVEIS, os direitos e os privilégios vinculados à exploração da CONCESSÃO transferidos à CONCESSIONÁRIA, ou por esta adquiridos ou implantados.

- §1º. Os BENS REVERSÍVEIS deverão estar livres de quaisquer ônus ou encargos.
- §2º. Os BENS REVERSÍVEIS deverão estar em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção, assim como aptos a permitir a continuidade de sua exploração até, pelo menos, o final do 3º (terceiro) ano subsequente ao término da CONCESSÃO, sem que sejam necessárias significativas medidas de reparação ou manutenção.
- §3º. Caso a reversão dos bens não ocorra nas condições estabelecidas nesta Cláusula, o PODER CONCEDENTE estabelecerá um prazo para a CONCESSIONÁRIA substituir ou reparar o bem.
- §4º. Caso a CONCESSIONÁRIA falhe em reparar ou substituir o bem no prazo estabelecido, a CONCESSIONÁRIA indenizará o PODER CONCEDENTE.
- §5º. As PARTES procederão à vistoria dos BENS REVERSÍVEIS, destinada a verificar o estado de conservação e manutenção dos bens, e firmarão os Termos Provisório de Devolução dos BENS REVERSÍVEIS ao PODER CONCEDENTE.
- §6º. Caso haja divergência entre as PARTES quanto à avaliação prevista no parágrafo anterior, admitir-se-á o recurso ao expediente de solução de conflitos estabelecido neste CONTRATO.
- §7º. Procedida a avaliação dos BENS REVERSÍVEIS, será realizada, por ocasião da reversão, a lavratura do respectivo Termo Provisório de Devolução dos Bens Reversíveis.
- §8º. O TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO DOS BENS REVERSÍVEIS deverá ser assinado no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a lavratura do Termo Provisório, após vistoria final dos bens e a comprovação de atendimento do §2º ou o pagamento da indenização prevista no §3º, ambos desta Cláusula.
- §9º. A CONCESSIONÁRIA também fica responsável perante o PODER CONCEDENTE por retirar bens de terceiros eventualmente presentes na ÁREA DA CONCESSÃO, bem como por desmontar e devidamente recolher instalações móveis ou desmontáveis existentes, até assinatura do TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO DOS BENS REVERSÍVEIS.

CAPÍTULO 4 – REALIZAÇÃO DE EVENTOS CONTRATADOS NA VIGÊNCIA DESTE CONTRATO APÓS A EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

Cláusula 151. Se houver a extinção deste CONTRATO em função do término de seu prazo de



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

vigência, o PODER CONCEDENTE ou o novo concessionário, conforme for o caso, deverá honrar os eventos comercializados com obediência aos protocolos acordados no âmbito do programa de desmobilização operacional (Cláusula 141).

Cláusula 152. Nos casos de extinção antecipada desta CONCESSÃO por motivo de encampação, rescisão por culpa do PODER CONCEDENTE e anulação, neste último caso, sem que haja culpa da CONCESSIONÁRIA, o PODER CONCEDENTE ou o novo concessionário, conforme for o caso, buscará honrar os contratos celebrados pela CONCESSIONÁRIA relativos a eventos a serem realizados após a extinção deste CONTRATO, fazendo jus às respectivas receitas.

Cláusula 153. Nos casos de extinção antecipada desta CONCESSÃO por motivo de caducidade, falência ou extinção da CONCESSIONÁRIA e anulação, neste último caso, se houver culpa ou contribuição relevante da CONCESSIONÁRIA, o PODER CONCEDENTE ou o novo concessionário, conforme for o caso, não serão obrigados a honrar os contratos celebrados pela CONCESSIONÁRIA relativos a eventos a serem realizados após a extinção deste CONTRATO, ainda que lhe sejam asseguradas as respectivas receitas.

TÍTULO XIII – TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO OU DO CONTROLE ACIONÁRIO DA CONCESSIONÁRIA

Cláusula 154. Durante todo o prazo de vigência, a transferência da CONCESSÃO ou do controle acionário da CONCESSIONÁRIA somente poderá ocorrer mediante prévia anuência do PODER CONCEDENTE, observadas as condições fixadas neste CONTRATO, e desde que não se coloque em risco a execução do OBJETO.

§1º. A transferência da CONCESSÃO ou a alteração do controle societário da CONCESSIONÁRIA somente poderá ser autorizada pelo PODER CONCEDENTE:

- a) após a emissão do Termo de Definitivo de Aceitação dos Bens e de todos os Termos Definitivos de Aceitação de Obras, de forma que tenham sido realizados, no mínimo, todos os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, inclusive a REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DOS NAMORADOS;
- b) quando a medida não prejudicar ou colocar em risco a execução deste CONTRATO;

§2º. Para fins de obtenção da anuência para a transferência da CONCESSÃO, a empresa ou consórcio que a pretenda assumir deverá:

- a) atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica, fiscal e trabalhista necessárias à assunção do OBJETO da CONCESSÃO;
- b) prestar e manter as garantias pertinentes, conforme o caso;
- c) comprometer-se a cumprir todas as cláusulas deste CONTRATO; e
- d) assumir a responsabilidade pelos eventos e feiras contratados.

§3º. A transferência total ou parcial da CONCESSÃO ou do controle acionário da concessionária, sem a prévia autorização do PODER CONCEDENTE, implicará a imediata caducidade da CONCESSÃO.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Cláusula 155. O pedido de autorização para transferência da CONCESSÃO ou do controle societário direto da SPE deverá ser apresentado ao PODER CONCEDENTE, por escrito, pela CONCESSIONÁRIA ou pelo(s) FINANCIADOR(ES), conforme o caso, contendo a justificativa para tanto, bem como elementos que possam subsidiar a análise do pedido.

- §1º. Para fins da autorização de que trata esta cláusula, o PODER CONCEDENTE examinará o pedido apresentado pela CONCESSIONÁRIA no prazo de até 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período, podendo solicitar esclarecimentos e documentos adicionais à CONCESSIONÁRIA e ao(s) FINANCIADOR(ES), convocar os acionistas controladores da CONCESSIONÁRIA e promover quaisquer outras diligências que considerar adequadas.
- §2º. A autorização para a transferência da CONCESSÃO, caso seja concedida pelo PODER CONCEDENTE, será formalizada, por escrito, indicando as condições e requisitos para sua realização.
- §3º. Para efetuar transferência da CONCESSÃO aos FINANCIADORES, estes deverão apresentar plano relativo à promoção da reestruturação financeira da CONCESSIONÁRIA e da continuidade da CONCESSÃO.

TITULO XIV – MECANISMO DE SOLUÇÃO AMIGÁVEL DE CONFLITOS

Cláusula 156. Os conflitos e as controvérsias decorrentes do presente CONTRATO, ou com ele relacionados, poderão ser amigavelmente dirimidos pelas PARTES.

- §1º. Não serão submetidas aos mecanismos previstos nesta Cláusula as controvérsias decorrentes da aplicação de penalidades e sanções pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, nos termos do CAPÍTULO 4 – SANÇÕES E PENALIDADES APLICÁVEIS ÀS PARTES, do Título X – GESTÃO DO CONTRATO.
- §2º. Em caso de conflito ou controvérsia resultante dos direitos e obrigações contemplados neste CONTRATO ou de sua execução, inclusive aqueles relacionados à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou às autorizações do PODER CONCEDENTE, o objeto do conflito ou controvérsia será comunicado, por escrito, ao PODER CONCEDENTE ou à CONCESSIONÁRIA, conforme o caso, para que as PARTES possam, utilizando-se do princípio da boa-fé e emvidando os melhores esforços para tal, solucionar o conflito ou controvérsia existente.
- §3º. A comunicação de que trata o parágrafo anterior deverá ser enviada pela PARTE interessada juntamente com todas as suas alegações referentes ao conflito ou controvérsia, devendo também estar acompanhada de uma sugestão para a solução do conflito ou controvérsia.
- §4º. Após o recebimento da notificação, a PARTE notificada terá um prazo de 20 (vinte) dias, improrrogáveis, contados do recebimento da notificação, para responder se concorda com a solução proposta.
- §5º. Caso a PARTE notificada concorde com a solução apresentada, as PARTES, em conjunto, darão por encerrado o conflito ou controvérsia e tomarão as medidas necessárias para implementar a medida acordada.
- §6º. Caso não concorde com a solução proposta, a PARTE notificada, no mesmo prazo acima estipulado, deverá apresentar à PARTE interessada os motivos pelos quais discorda da solução sugerida, devendo, nessa hipótese, apresentar uma solução alternativa para o caso.
- §7º. No caso de discordância da PARTE notificada, deverá ser marcada uma reunião entre as



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

PARTES, a fim de debater e buscar solucionar o conflito ou a controvérsia em causa.

- §8º. No processo de solução amigável de que trata esta cláusula, as PARTES poderão contar com o apoio técnico de um mediador designado de comum acordo para auxiliá-las no processo de negociação.
- §9º. Em qualquer das hipóteses, o conflito ou a controvérsia existente entre as PARTES deverá ser solucionado no prazo de até 60 (sessenta) dias, prorrogáveis de comum acordo.

TÍTULO XV – DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

CAPÍTULO 1 – DECLARAÇÃO SOBRE OS DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A CELEBRAÇÃO DESTE CONTRATO

- Cláusula 157.** A CONCESSIONÁRIA e a ADJUDICATÁRIA declaram que todas as declarações ou os documentos apresentados ao PODER CONCEDENTE para a assinatura do CONTRATO, assim como todos os documentos apresentados anteriormente, no curso do processo licitatório:
- a) Continuam em vigor e a representar a situação que buscaram refletir;
 - b) No que se refere às declarações feitas, que essas serão cumpridas pela concessionária.

CAPÍTULO 2 – FEIRAS E EVENTOS CONTRATADOS

- Cláusula 158.** Observado, e não obstante, o disposto na Cláusula 45, a CONCESSIONÁRIA deverá assumir a agenda de eventos já reservados e confirmados para os anos de 2017 e 2018, constantes do ANEXO V – FEIRAS E EVENTOS CONTRATADOS do EDITAL.
- §1º. As FEIRAS E EVENTOS CONTRATADOS serão assumidos na data prevista na ORDEM DE INÍCIO DE OPERAÇÃO, PARCIAL OU TOTAL, conforme o caso, data em que deverão ser assinados os TERMOS DE RESPONSABILIDADE PELAS FEIRAS E EVENTOS JÁ CONTRATADOS, de acordo com o modelo previsto no ANEXO X do EDITAL.
- §2º. Cada um dos referidos termos de responsabilidade deverá ser assinado em pelo menos 2 (duas) vias, ficando uma com o PODER CONCEDENTE e outra com a CONCESSIONÁRIA; poderão ser enviadas cópias autenticadas destes documentos para cada um dos CLIENTES contratantes das FEIRAS E EVENTOS CONTRATADOS.

CAPÍTULO 3 – COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES

- Cláusula 159.** As comunicações entre as PARTES serão efetuadas por escrito e remetidas:
- a) em mãos, desde que comprovadas por protocolo;
 - b) por correio registrado, com aviso de recebimento; e
 - c) por correio eletrônico, desde que comprovada a recepção.
- Cláusula 160.** Consideram-se, para os efeitos de remessa das comunicações, os seguintes endereços e endereço eletrônico, respectivamente:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

- a) PODER CONCEDENTE: [•]
- b) CONCESSIONÁRIA: [•]

Parágrafo único. Qualquer das PARTES poderá modificar o seu endereço postal e endereço eletrônico, mediante comunicação à outra PARTE, conforme acima disposto.

CAPÍTULO 4 – CONTAGEM DE PRAZOS

Cláusula 161. Os prazos estabelecidos em dias, neste CONTRATO, contar-se-ão em dias corridos.

§1º. Em todas as hipóteses, deve-se excluir o primeiro dia e incluir o último.

§2º. Salvo disposição em contrário, só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente do PODER CONCEDENTE, prorrogando-se para o próximo dia útil nos casos em que a data de início ou vencimento coincidir com dia em que não há expediente na SECRETARIA.

CAPÍTULO 5 – FORO

Cláusula 162. Fica eleito o Foro da Circunscrição Judiciária de Brasília para dirimir qualquer controvérsia entre as PARTES decorrentes do CONTRATO.

E por assim estarem de pleno acordo com as disposições e condições do presente CONTRATO, as PARTES o assinam em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas, que também o assinam, para que se produzam seus efeitos legais e jurídicos.

Brasília, [•] de [•] de [•].

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CONCESSIONÁRIA

INTERVENIENTE



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

CONCORRÊNCIA PÚBLICA

EDITAL Nº 001/2016 – SEF

EDITAL DE SELEÇÃO INTERNACIONAL DE CONCESSIONÁRIA PARA A OUTORGA DO DIREITO DE EXPLORAR A OPERAÇÃO DO CENTRO DE CONVENÇÕES ULYSSES GUIMARÃES, PARA A REALIZAÇÃO DE FEIRAS, EXPOSIÇÕES E EVENTOS, SOB AS CONDIÇÕES DE QUE ESTA REFORME, MODERNIZE E MANTENHA O REFERIDO EQUIPAMENTO PÚBLICO E PAGUE AO PODER CONCEDENTE O VALOR PELA OUTORGA



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

SUMÁRIO

PREÂMBULO	3
TÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	4
CAPÍTULO 1 – DEFINIÇÕES	4
CAPÍTULO 2 – OBJETO	7
CAPÍTULO 3 – COMPOSIÇÃO DO EDITAL.....	7
CAPÍTULO 4 – TIPO DE LICITAÇÃO	8
CAPÍTULO 5 – COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO	8
CAPÍTULO 6 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	9
SEÇÃO 1 – DISPOSIÇÕES GERAIS.....	9
SEÇÃO 2 – CONSÓRCIOS	10
SEÇÃO 3 – REPRESENTAÇÃO	11
SEÇÃO 4 – GARANTIA DE PROPOSTA.....	12
CAPÍTULO 7 – ACESSO ÀS INFORMAÇÕES SOBRE A LICITAÇÃO	12
SEÇÃO 1 – PUBLICIDADE E DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E OUTRAS INFORMAÇÕES	12
SEÇÃO 2 – ESCLARECIMENTOS SOBRE O EDITAL	13
SEÇÃO 3 – VISITA TÉCNICA.....	13
SEÇÃO 4 – IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.....	14
CAPÍTULO 8 – ALTERAÇÕES AO EDITAL	14
TÍTULO II – DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO	14
CAPÍTULO 9 – ENTREGA, FORMA E CONTEÚDO DOS ENVELOPES.....	14
SEÇÃO 1 – DISPOSIÇÕES GERAIS.....	14
SEÇÃO 2 – CREDENCIAMENTO – ENVELOPE I	17
SEÇÃO 3 – PROPOSTA COMERCIAL – ENVELOPE II	17
SEÇÃO 4 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE III	19
SUBSEÇÃO 4.1 – CONTEÚDO DO ENVELOPE.....	19
SUBSEÇÃO 4.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA	19
SUBSEÇÃO 4.3 – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA	20
SUBSEÇÃO 4.4 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.....	21
SUBSEÇÃO 4.5 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	22
SUBSEÇÃO 4.6 – DEMAIS DOCUMENTOS	24
SEÇÃO 5 – GARANTIA DE PROPOSTA – ENVELOPE IV	25
SUBSEÇÃO 5.1 – DISPOSIÇÕES GERAIS	25
SUBSEÇÃO 5.2 – PRAZO DE VALIDADE.....	26



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

SUBSEÇÃO 5.3 – RENOVAÇÃO DA GARANTIA.....	26
SUBSEÇÃO 5.4 – LIBERAÇÃO DA GARANTIA.....	26
SUBSEÇÃO 5.5 – CAUÇÃO EM DINHEIRO	27
SUBSEÇÃO 5.6 – CAUÇÃO EM TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL	27
SUBSEÇÃO 5.7 – SEGURO GARANTIA E FIANÇA BANCÁRIA	27
SEÇÃO 6 – COMPLEMENTAÇÕES E CORREÇÕES.....	28
CAPÍTULO 10 – ABERTURA, EXAME E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.....	28
SEÇÃO 1 – SESSÕES PÚBLICAS E ORDEM DE TRABALHO	28
SEÇÃO 2 – ABERTURA E ANÁLISE DOS ENVELOPES II – PROPOSTA COMERCIAL e IV – GARANTIA DE PROPOSTA	29
SEÇÃO 3 – ABERTURA E ANÁLISE DOS ENVELOPES III – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	31
CAPÍTULO 11 – RECURSOS	32
CAPÍTULO 12 – ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	33
CAPÍTULO 13 – DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO	34
TÍTULO III – DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE OBRA PÚBLICA	34
CAPÍTULO 14 – CONDIÇÕES PRECEDENTES PARA ASSINATURA DO CONTRATO.....	34
SEÇÃO 1 – CONDIÇÕES GERAIS.....	34
SEÇÃO 2 – CONDIÇÕES RELATIVAS À SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO	35
CAPÍTULO 15 – CONTRATO	35
CAPÍTULO 16 – PENALIDADES	36



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

PREÂMBULO

O Distrito Federal, representado pela Secretaria de Estado de Fazenda (SEF), por meio de sua Comissão Especial de Licitação, designada pela Portaria SEF nº 291, de 14 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal de 15 de dezembro de 2017, torna público, por meio deste EDITAL DE **LICITAÇÃO INTERNACIONAL** DE CONTRATO DE CONCESSÃO ONEROSA DE OBRA PÚBLICA (EDITAL SEF Nº 001/2016 ou EDITAL), cujo objeto é a OUTORGA DO DIREITO DE EXPLORAR A OPERAÇÃO DO CENTRO DE CONVENÇÕES ULYSSES GUIMARÃES (CCUG) À CONCESSIONÁRIA, PARA A REALIZAÇÃO DE FEIRAS, EXPOSIÇÕES E EVENTOS, SOB AS CONDIÇÕES DE QUE ESTA REFORME, MODERNIZE E MANTENHA O REFERIDO EQUIPAMENTO PÚBLICO E PAGUE AO PODER CONCEDENTE O VALOR PELA OUTORGA (EDITAL), a realização de Licitação, na modalidade concorrência, do tipo MAIOR OFERTA.

A LICITAÇÃO será regida pela Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, Lei Distrital nº 1.137, de 10 de julho de 1996, pelas disposições deste EDITAL e, subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais normas vigentes sobre a matéria.

O certame destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a(s) proposta(s) mais vantajosa(s), as quais serão processadas e julgadas em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e demais princípios que lhes são correlatos.

A LICITAÇÃO foi precedida de Audiência Pública, nos termos do artigo 39, da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores, devidamente divulgadas no Diário Oficial do Distrito Federal e no site da SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, www.fazenda.df.gov.br, e realizada em 10 de maio de 2016, bem como de Consultas Públicas realizadas nos períodos de 20/04/2016 a 20/05/2016, de 22/08/2016 a 29/08/2016 e de 14/03/2017 a 24/03/2017.

Toda a documentação referente a este certame deverá ser, impreterivelmente, entregue até às 14:00 horas na data de abertura da sessão pública de abertura dos Envelopes, na SEDE DA SECRETARIA. Não será admitido que os LICITANTES remetam suas propostas por correio, courier ou outro meio de postagem.

Os Envelopes entregues após as datas e horário estabelecidos não serão considerados.

Observada a inversão de fases, a sessão pública de abertura dos Envelopes acontecerá no dia [27/03/2018] a partir das 14:00 horas, na SEDE DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

TÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO 1 – DEFINIÇÕES

1.1 Para fins deste EDITAL, os termos listados a seguir, quando empregados, no singular ou no plural, em letras maiúsculas, terão os significados constantes deste Capítulo, sem prejuízo de definições inseridas em outros pontos do EDITAL:

1.1.1 **ADJUDICATÁRIO:** Participante da LICITAÇÃO a quem for adjudicado o OBJETO da LICITAÇÃO e que constituirá a SPE / CONCESSIONÁRIA que celebrará o CONTRATO;

1.1.2 **ÁREA DA CONCESSÃO:** terreno onde se encontra o CENTRO DE CONVENÇÕES ULYSSES GUIMARÃES, incluindo a Praça dos Namorados, que totaliza 49.849 m² (quarenta e nove mil oitocentos e quarenta e nove metros quadrados), objeto da matrícula nº 94.413, do Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis de Brasília, conforme ANEXO IV – PLANTAS, do EDITAL

1.1.3 **BENS REVERSÍVEIS:** Bens indispensáveis ao funcionamento do CCUG, a serem revertidos ao PODER CONCEDENTE ao término deste CONTRATO;

1.1.4 **BENS VINCULADOS À CONCESSÃO:** Bens, reversíveis ou não, detidos pela CONCESSIONÁRIA ou pelo PODER CONCEDENTE, necessários à execução adequada e contínua do OBJETO deste CONTRATO;

1.1.5 **CENTRO DE CONVENÇÕES ULYSSES GUIMARÃES ou CCUG:** infraestrutura de propriedade de Distrito Federal edificada na ÁREA DA CONCESSÃO, com área bruta total correspondente a 49.849,00 m² (quarenta e nove mil, oitocentos e quarenta e nove metros quadrados), descrita pela matrícula nº 94.413, do Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis de Brasília, dividida em Ala Sul, Ala Oeste, Auditórios, Salas Modulares, Halls, estacionamento e Praça dos Namorados, de acordo com o ANEXO IV – PLANTAS do EDITAL.

1.1.6 **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO (COMISSÃO):** Comissão designada pela Portaria SEF nº 291, de 14 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal de 15 de dezembro de 2017, que será responsável por receber, examinar e julgar todos os documentos e conduzir os procedimentos relativos à licitação;

1.1.7 **CONCESSÃO DE OBRA PÚBLICA (CONCESSÃO):** o negócio jurídico entabulado entre o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA que assegura a esta o direito de explorar a OPERAÇÃO do CENTRO DE CONVENÇÕES ULYSSES GUIMARÃES sob a condição de REFORMAR, MODERNIZAR E MANTER o referido equipamento e pagar o VALOR PELA OUTORGA;

1.1.8 **CONCESSIONÁRIA:** Sociedade de Propósito Específico – SPE constituída pela ADJUDICATÁRIA sob as leis brasileiras e de acordo com as regras previstas no EDITAL, com o fim exclusivo de explorar a CONCESSÃO, satisfazer as condições e cumprir as obrigações estabelecidas neste CONTRATO;

1.1.9 **CONSORCIADO:** Sociedade, fundo ou pessoa jurídica integrante de CONSÓRCIO ou, para os fins deste EDITAL, que tenha firmado compromisso de constituição de CONSÓRCIO;

4

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

- 1.1.10 **CONSÓRCIO:** Grupo de pessoas jurídicas que se unem objetivando agregar capacitação técnica, econômica e financeira para a participação na LICITAÇÃO;
- 1.1.11 **CONTRATO** ou **CONTRATO DE CONCESSÃO ONEROSA DE OBRA PÚBLICA:** instrumento jurídico e os adendos que o integram, cuja minuta consta do ANEXO I deste EDITAL, firmado entre as PARTES, que formaliza a outorga do direito de explorar a operação do CENTRO DE CONVENÇÕES ULYSSES GUIMARÃES à CONCESSIONÁRIA sob a condição de que esta reforme, modernize e mantenha o referido equipamento público e pague ao poder concedente o valor pela outorga;
- 1.1.12 **CONTROLADA:** Qualquer pessoa jurídica ou fundo de investimento cujo CONTROLE é exercido por outra pessoa, física ou jurídica, ou fundo de investimento;
- 1.1.13 **CONTROLADORA:** Qualquer pessoa, física ou jurídica, ou fundo de investimento que exerça CONTROLE sobre outra pessoa jurídica ou fundo de investimento;
- 1.1.14 **CONTROLE:** Poder detido por pessoa ou grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto ou sob controle comum para, isolada ou conjuntamente: (i) exercer, de modo permanente, direitos que lhe assegurem a maioria dos votos nas deliberações sociais e eleger a maioria dos administradores ou gestores de outra pessoa jurídica, fundo de investimento ou entidades de previdência complementar, conforme o caso; e/ou (ii) efetivamente dirigir as atividades e orientar o funcionamento de órgãos de outra pessoa jurídica, fundo de investimento ou entidade de previdência complementar;
- 1.1.15 **CREDENCIAMENTO:** Conjunto de documentos exigidos do(s) representante(s) de cada LICITANTE para agir em seu nome no âmbito da LICITAÇÃO;
- 1.1.16 **DATA DE ENTREGA DAS PROPOSTAS:** Data limite para entrega de toda documentação referente a este certame, qual seja, dia [27/03/2018], às 14:00 horas;
- 1.1.17 **DATA DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO:** Data de publicação do CONTRATO no Diário Oficial do Distrito Federal;
- 1.1.18 **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:** Documentos referentes à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica e demais documentos necessários à habilitação do LICITANTE;
- 1.1.19 **EDITAL:** O presente instrumento convocatório e seus ANEXOS, que regula os termos e condições desta LICITAÇÃO;
- 1.1.20 **GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:** Garantia do fiel cumprimento das obrigações da CONCESSIONÁRIA, a ser mantida em favor do PODER CONCEDENTE nos termos do CONTRATO;
- 1.1.21 **GARANTIA DE PROPOSTA:** Garantia fornecida por cada LICITANTE para participar da LICITAÇÃO, de modo a assegurar a manutenção da proposta apresentada, em todos os seus termos, respeitado o disposto neste EDITAL;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

1.1.22 **HABILITAÇÃO:** Fase do procedimento licitatório destinada à comprovação da habilitação jurídica, da regularidade fiscal e trabalhista, da qualificação técnica e da qualificação econômico-financeira do LICITANTE;

1.1.23 **LICITAÇÃO:** Procedimento licitatório disciplinado por este EDITAL, cujo objetivo consiste em selecionar, entre as propostas apresentadas, a que melhor atenda ao interesse do PODER CONCEDENTE, com base nos critérios previstos neste EDITAL;

1.1.24 **LICITANTE:** Pessoa jurídica ou CONSÓRCIO que concorre à LICITAÇÃO;

1.1.25 **MAIOR OFERTA:** Maior valor oferecido, apurado por meio do somatório da PARCELA FIXA DO VALOR PELA OUTORGA com as parcelas anuais do PAGAMENTO MÍNIMO ANUAL, trazidas a valor presente, constantes na PROPOSTA COMERCIAL;

1.1.26 **PAGAMENTO MÍNIMO ANUAL:** valor mínimo que a CONCESSIONÁRIA pagará anualmente ao PODER CONCEDENTE pela outorga da CONCESSÃO, constante em sua PROPOSTA COMERCIAL e sob as condições estabelecidos nos termos deste CONTRATO.

1.1.27 **PARCELA FIXA DO VALOR PELA OUTORGA:** valor único que a CONCESSIONÁRIA pagará ao PODER CONCEDENTE, na DATA DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO, pela outorga da CONCESSÃO, indicado em sua PROPOSTA COMERCIAL, caso não haja lances, e/ou na ata da sessão de coleta dos lances e no TERMO DE ATUALIZAÇÃO DE PROPOSTA COMERCIAL, pelo direito de exploração da operação do CCUG nos termos e sob as condições estabelecidos no CONTRATO;

1.1.28 **PARCELA VARIÁVEL DO VALOR PELA OUTORGA:** valor anual variável que a CONCESSIONÁRIA pagará ao PODER CONCEDENTE pela outorga da CONCESSÃO, fruto de fórmula estabelecida no CONTRATO, que considera o PAGAMENTO MÍNIMO ANUAL, mais um percentual da receita bruta auferida pela CONCESSIONÁRIA e por suas partes relacionadas em negócios envolvendo o CCUG, assim como seu desempenho mensurado pelo Sistema de Mensuração de Desempenho.

1.1.29 **PODER CONCEDENTE:** Governo do Distrito Federal, por intermédio da SECRETARIA;

1.1.30 **PROPOSTA:** Conjunto de documentos entregues por cada LICITANTE neste processo licitatório, englobando o CREDENCIAMENTO, a PROPOSTA COMERCIAL e os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO;

1.1.31 **PROPOSTA COMERCIAL :** Proposta financeira apresentada pela ADJUDICATÁRIA, nos termos e condições do EDITAL, que contém o valor da PARCELA FIXA DO VALOR PELA OUTORGA e o valor do PAGAMENTO MÍNIMO ANUAL a ser pagos ao PODER CONCEDENTE pela CONCESSIONÁRIA, envolvendo a proposta escrita em si e os respectivos ajustes decorrentes da manifestação de vontade correspondente ao lance oral final ofertado na LICITAÇÃO pela ADJUCATÁRIA, conforme TERMO DE ATUALIZAÇÃO



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

DE PROPOSTA COMERCIAL, , de acordo com os modelos constantes nos ANEXO XII e ANEXO XIII;

1.1.32 **SECRETARIA:** Secretaria de Estado de Fazenda, órgão responsável pela condução do processo licitatório;

1.1.33 **SEDE DA SECRETARIA:** Escritório da SECRETARIA estabelecido no SBN Qd.02 Bl. A, Ed. Vale do Rio Doce, 9º andar, sala 902, Brasília – DF – CEP 70.040-909;

1.1.34 **SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO (SPE):** Sociedade de propósito específico, estruturada sob a forma de sociedade por ações nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, a ser constituída pelo ADJUDICATÁRIO, nos prazos e condições estabelecidos no EDITAL e no CONTRATO, para ser a CONCESSIONÁRIA;

1.1.35 **VALOR PELA OUTORGA:** valor que deverá ser pago pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE, nos termos do CONTRATO, do EDITAL e de seus ANEXOS.

1.1.36 **VALOR PRESENTE:** pagamentos futuros descontados a uma taxa de custo de capital de 10,84% (dez inteiros e oitenta e quatro centésimos por cento ao ano)

1.1.37 **VISITA TÉCNICA:** vistoria da ÁREA DA CONCESSÃO e do CCUG.

CAPÍTULO 2 – OBJETO

2.1 Este EDITAL tem por objeto a seleção internacional de CONCESSIONÁRIA para a outorga do direito de explorar a operação do CCUG, para a realização de feiras, exposições e eventos, sob as condições de que esta reforme, modernize e mantenha o referido equipamento público e pague ao PODER CONCEDENTE o VALOR PELA OUTORGA, nos termos do ANEXO I – MINUTA DO CONTRATO.

CAPÍTULO 3 – COMPOSIÇÃO DO EDITAL

3.1 Constituem parte integrante deste EDITAL os seguintes anexos:

- 3.1.1 ANEXO I – MINUTA DO CONTRATO;
- 3.1.2 ANEXO II – MEMORIAL DESCRITIVO DOS INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS;
- 3.1.3 ANEXO III – SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO;
- 3.1.4 ANEXO IV – PLANTAS;
- 3.1.5 ANEXO V – FEIRAS E EVENTOS CONTRATADOS;
- 3.1.6 ANEXO VI – MODELO DE NEGÓCIO REFERENCIAL;
- 3.1.7 ANEXO VII – LISTA DE BENS VINCULADOS À CONCESSÃO;
- 3.1.8 ANEXO VIII – MATRICULA DO IMÓVEL;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

- 3.1.9 ANEXO IX – RELATÓRIO REFERENTES A LICENÇAS E PERMISSÕES;
- 3.1.10 ANEXO X – MODELOS DE DECLARAÇÕES;
- 3.1.11 ANEXO XI – MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO E DE PROCURAÇÃO;
- 3.1.12 ANEXO XII – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL;
- 3.1.13 ANEXO XIII – MODELO DE TERMO DE ATUALIZAÇÃO DE PROPOSTA COMERCIAL;
- 3.1.14 ANEXO XIV – TERMOS E CONDIÇÕES MÍNIMOS DE SEGURO-GARANTIA;
- 3.1.15 ANEXO XV – MODELO DE CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA; e
- 3.1.16 .

CAPÍTULO 4 – TIPO DE LICITAÇÃO

4.1 Esta **Licitação Internacional** será do tipo **MAIOR OFERTA**, conforme o disposto no art. 15, II, da Lei Federal nº 8.987/95, observados os termos deste EDITAL e dos seus ANEXOS, representada pelo maior valor oferecido, apurado por meio do somatório da PARCELA FIXA DO VALOR PELA OUTORGA com as parcelas anuais do PAGAMENTO MÍNIMO ANUAL, trazidas a valor presente, constantes na PROPOSTA COMERCIAL,

CAPÍTULO 5 – COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

5.1 Caberá à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, designada pela Portaria SEF nº 291, de 14 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal de 15 de dezembro de 2017, conduzir os trabalhos necessários à realização desta LICITAÇÃO.

5.2 A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO pode, a seu critério, em qualquer momento da LICITAÇÃO, promover diligência, inclusive junto às LICITANTES e mesmo após a interposição de recursos, destinada a esclarecer ou a complementar a instrução da LICITAÇÃO, nos termos do art. 43, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93.

5.2.1 O não atendimento às solicitações decorrentes das diligências, nos prazos estabelecidos pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, implicará a desclassificação do LICITANTE.

5.3 A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO comunicará às LICITANTES a existência de erros ou omissões sanáveis relativas aos documentos de habilitação recebidos, devendo as LICITANTES promover as adequadas diligências para sanar tais erros ou omissões, no prazo estabelecido pela COMISSÃO.

5.3.1 São sanáveis os erros ou omissões na documentação apresentada pelas LICITANTES quando não modifiquem a informação apresentada e representem aspectos não essenciais relacionados aos requisitos estabelecidos ou às informações requeridas nesta LICITAÇÃO, a critério exclusivo da COMISSÃO, cujo saneamento não altere a substância ou conteúdo da proposta das LICITANTES e não afete a análise dos critérios mínimos de seleção.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**

5.3.2 Em nenhum caso serão admitidas correções na PROPOSTA COMERCIAL das LICITANTES.

5.3.3 O prazo estabelecido pela COMISSÃO para a LICITANTE sanear eventuais erros ou omissões não será superior a 5 dias úteis contados a partir da comunicação de que trata o item 5.3.

5.4 A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO poderá, quando entender pertinente, prorrogar os prazos para a prática de atos previstos neste EDITAL.

**CAPÍTULO 6 – CONDIÇÕES DE
PARTICIPAÇÃO**

SEÇÃO 1 – DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1 Poderão participar da LICITAÇÃO empresas brasileiras ou empresas estrangeiras, fundos de investimentos, entidades de previdência privada e instituições financeiras, isoladamente ou como membro de CONSÓRCIO, desde que satisfaçam plenamente todos os termos e condições deste EDITAL.

6.1.1 A participação na LICITAÇÃO implica a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste EDITAL.

6.1.2 As empresas estrangeiras que não funcionem no País, tanto quanto possível, atenderão às exigências deste EDITAL mediante documentos equivalentes, devendo ter representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

6.2 Não poderão participar da LICITAÇÃO, isoladamente ou em CONSÓRCIO:

6.2.1 Pessoas físicas;

6.2.2 Empresas e/ou outras entidades cujos dirigentes, gerentes, sócios ou controladores, responsáveis técnicos ou legais sejam dirigentes de órgão ou entidade contratante ou responsável pela LICITAÇÃO, que tenham sido declaradas inidôneas por ato do Poder Público, ou que estiverem impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública, direta ou indireta, do Distrito Federal ou com qualquer de seus órgãos descentralizados;

6.2.3 Pessoa jurídica que tenha participação direta ou indireta na composição acionária de outros LICITANTES; e

6.2.4 Aqueles impedidos de contratar com o Distrito Federal, nos termos do art. 12 da Lei Federal n.º 8.429/1992, ou do art. 38, II, da Lei Federal n.º 12.259/2011.

6.3 Os LICITANTES são responsáveis:

6.3.1 Pelo exame de todas as instruções, condições, exigências, leis, decretos, normas, especificações e regulamentações aplicáveis à concorrência e à CONCESSÃO;

6.3.2 Pela veracidade das informações prestadas e dos documentos apresentados, sob pena de sujeição às sanções previstas na legislação civil, administrativa e penal, sem prejuízo das demais penalidades contempladas no presente EDITAL;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

6.3.3 Por todos os custos relacionados com a preparação e apresentação de sua documentação e PROPOSTA e inclusive com os respectivos custos e despesas que incorrerem para a realização de estudos, investigações, levantamentos, projetos e investimentos, relacionados à concorrência ou ao processo de contratação, não se responsabilizando o PODER CONCEDENTE, em qualquer hipótese, por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na LICITAÇÃO ou os resultados desta; e

6.3.4 Pelo pleno conhecimento dos elementos constantes deste EDITAL, bem como de todas as condições gerais e peculiares do OBJETO a ser contratado, não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo da formulação de sua proposta ou do perfeito cumprimento do CONTRATO.

6.4 Os prazos estabelecidos em dias, neste EDITAL e seus ANEXOS, serão contados em dias corridos, **salvo se expressamente feita referência a dias úteis**, devendo-se excluir o primeiro dia e incluir-se o último.

6.4.1 Salvo disposição em contrário, só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente do PODER CONCEDENTE, prorrogando-se o termo inicial e o final para o primeiro dia útil subsequente nos casos em que a data de início ou de vencimento do prazo coincidir com dia em que não houver expediente.

6.5 Sem prejuízo das obrigações contratuais, as informações, estudos, pesquisas, investigações, levantamentos, projetos, planilhas e demais documentos ou dados relacionados à CONCESSÃO e disponibilizados pelo PODER CONCEDENTE têm caráter meramente referencial e não vinculante, cabendo aos interessados o exame de todas as instruções, condições, exigências, leis, decretos, normas, especificações e regulamentações aplicáveis à CONCESSÃO.

SEÇÃO 2 – CONSÓRCIOS

6.6 Em se tratando de CONSÓRCIO e observadas as demais exigências fixadas neste EDITAL, a participação dos CONSORCIADOS deverá atender ao disposto no art. 33, da Lei Federal n.º 8.666/93, bem como ao art. 19 da Lei Federal n.º 8.987/95, e suas alterações, ficando ainda condicionada ao cumprimento dos seguintes requisitos:

6.6.1 Cada CONSORCIADO deverá atender individualmente às exigências relativas à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do EDITAL;

6.6.2 Deverá ser apresentado, junto com os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, o correspondente termo de compromisso de constituição de CONSÓRCIO, por instrumento público ou particular, subscrito pelos CONSORCIADOS por meio de seus representantes legais, com indicação do respectivo líder, ou cópia do correspondente ato constitutivo do CONSÓRCIO, devidamente registrado, observado o disposto no art. 33, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93, bem como o disposto no item 9.52 do presente EDITAL;

6.6.3 Não será permitida a participação de um mesmo LICITANTE como CONSORCIADO em mais de um CONSÓRCIO, ou como CONSORCIADO e individualmente em mais de uma PROPOSTA;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

6.6.4 Somente se admitirá a participação de sociedades CONTROLADAS, CONTROLADORAS ou sob CONTROLE comum de um mesmo LICITANTE, quando estiverem no mesmo CONSÓRCIO.

6.7 Não há limite de número mínimo ou máximo de CONSORCIADOS para cada CONSÓRCIO.

6.8 O vencedor deverá promover, quando se tratar de CONSÓRCIO, antes da celebração do CONTRATO, a constituição da SPE, nos termos do art. 20, da Lei Federal nº 8.987/95, e conforme as regras previstas neste EDITAL, observando, na composição de seu capital social, o estabelecido no CONTRATO e mantendo participações idênticas àquelas constantes do termo de compromisso de constituição de CONSÓRCIO, ou na cópia do correspondente ato constitutivo do CONSÓRCIO, devidamente registrado, apresentado na LICITAÇÃO,.

6.9 Não serão admitidas a inclusão, a substituição, a retirada ou a exclusão dos CONSORCIADOS até a DATA DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO, a partir do que deverão ser observadas as regras de transferência da CONCESSÃO e de transferência do CONTROLE da CONCESSIONÁRIA previstas no CONTRATO.

6.10 A desclassificação ou a inabilitação de qualquer CONSORCIADO acarretará a desclassificação ou a inabilitação automática do CONSÓRCIO da presente LICITAÇÃO.

6.11 As exigências de qualificação técnica deverão ser atendidas pelo CONSÓRCIO, por intermédio de qualquer dos CONSORCIADOS isoladamente ou pela soma das qualificações técnicas apresentadas pelos CONSORCIADOS, observado o disposto neste EDITAL.

6.12 Os integrantes do CONSÓRCIO serão solidariamente responsáveis, perante o PODER PÚBLICO, pelos atos praticados durante a LICITAÇÃO.

6.13 A responsabilidade solidária dos CONSORCIADOS cessará, para fins das obrigações assumidas em virtude da presente LICITAÇÃO, após a liberação, conforme item 9.61, da GARANTIA DE PROPOSTA constituída pelo CONSÓRCIO ou por qualquer um dos CONSORCIADOS.

SEÇÃO 3 – REPRESENTAÇÃO

6.14 Cada LICITANTE indicará representante(s) legal(is) ou procurador(es) que, na sessão de abertura dos Envelopes e credenciamento, assim como nas demais sessões públicas, deverá(ão) **apresentar documento de identidade com foto**.

6.14.1 Não há limitação ao número de representantes indicados pelos LICITANTES.

6.14.2 Os CONSORCIADOS devem indicar procuradores em conjunto, com poderes para representar todos os respectivos membros ou compromissados.

6.14.3 Caso seja necessária a prática de algum ato anteriormente à sessão de abertura dos envelopes e credenciamento, os respectivos representantes indicados deverão estar munidos, além do documento de identidade com foto, do competente instrumento de procuração, no original ou em cópia autenticada, nos quais deverão constar os poderes específicos necessários à representação do LICITANTE e à prática de atos pertinentes à LICITAÇÃO, assim como do ato constitutivo,



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**

estatuto, contrato social e/ou, se for o caso, de compromisso de constituição de consórcio que comprove os poderes suficientes para a prática de tal ato.

6.15 Os representantes de cada LICITANTE poderão se apresentar para CREDENCIAMENTO perante a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO no dia, local e horário designado para o início da sessão pública de abertura dos Envelopes, conforme o disposto no Capítulo 10 – ABERTURA, EXAME E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.

6.15.1 A ausência do CREDENCIAMENTO não constituirá motivo para a inabilitação ou desclassificação do LICITANTE, o qual não poderá, porém, consignar em ata suas observações, rubricar documentos nas sessões, nem praticar os demais atos pertinentes à LICITAÇÃO enquanto não tiver representante credenciado.

6.16 A qualquer momento durante o processo licitatório, o LICITANTE poderá substituir seu(s) representante(s) por meio da apresentação dos respectivos documentos solicitados para seu credenciamento.

6.17 Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de um LICITANTE nesta LICITAÇÃO.

SEÇÃO 4 – GARANTIA DE PROPOSTA

6.18 É condição de participação neste certame a apresentação de GARANTIA DE PROPOSTA, nos termos da SEÇÃO 5 – GARANTIA DE PROPOSTA – ENVELOPE IV, do Capítulo 9 –deste EDITAL.

CAPÍTULO 7 – ACESSO ÀS INFORMAÇÕES SOBRE A LICITAÇÃO

SEÇÃO 1 – PUBLICIDADE E DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E OUTRAS INFORMAÇÕES

7.1 O EDITAL completo e as plantas em formato AutoCAD (dwg) referentes à CONCESSÃO estão gratuitamente disponíveis aos LICITANTES e demais interessados por meio da Internet, no site www.parceria.df.gov.br.

7.2 A SECRETARIA não se responsabiliza por versões do EDITAL e ANEXOS obtidas ou conhecidas de forma e local diversos do disposto no item acima.

7.3 A obtenção do instrumento convocatório não constitui requisito para a participação na LICITAÇÃO.

SEÇÃO 2 – ESCLARECIMENTOS SOBRE O EDITAL

7.4 Caso quaisquer interessados necessitem de esclarecimentos ou informações complementares a respeito da LICITAÇÃO, deverão solicitá-los até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a sessão pública de abertura do certame, enviando a solicitação por escrito ao presidente da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, pelos e-mails ccuq.ppp@fazenda.df.gov.br ou ppp@fazenda.df.gov.br ou mediante protocolo disponível na SEDE DA SECRETARIA, até às 17:00 horas, identificando o item ao qual se refere a solicitação de esclarecimento.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**

7.4.1 Não serão respondidas questões que não digam respeito à presente LICITAÇÃO, ou que tenham sido formuladas de forma distinta da estabelecida no item 7.4 acima.

7.4.2 As respostas aos esclarecimentos solicitados conforme o item 7.4 serão apresentadas até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a sessão pública de abertura do certame e disponibilizadas a todos os interessados, por meio eletrônico, no site da SECRETARIA, www.parceria.df.gov.br, sem identificação do autor da solicitação de esclarecimentos.

7.4.3 Dúvidas ou questões apresentadas após esse prazo serão conhecidas a critério da COMISSÃO.

7.5 Todas as correspondências referentes ao EDITAL enviadas ao PODER CONCEDENTE serão consideradas como entregues na data de seu recebimento pelo destinatário, mediante protocolo, ou, no caso de correspondência eletrônica, mediante confirmação de recebimento enviada também por meio eletrônico.

SEÇÃO 3 – VISITA TÉCNICA

7.6 Os LICITANTES são responsáveis únicos e exclusivos pela análise direta das condições do CCUG e de todos os dados e informações sobre a exploração da CONCESSÃO, podendo ser agendada a realização de pelo menos uma VISITA TÉCNICA ao CCUG, destinada à verificação das condições, natureza, e à mensuração dos materiais e equipamentos necessários à execução do CONTRATO, sempre com o acompanhamento de profissional técnico do PODER CONCEDENTE.

7.7 A VISITA TÉCNICA tem como objetivo exclusivo o de permitir aos interessados colher os subsídios técnicos tidos por necessários à elaboração da PROPOSTA, de acordo com o que o próprio interessado julgar conveniente, de maneira que não caberá nenhuma responsabilidade ao PODER CONCEDENTE em função de insuficiência dos dados levantados por ocasião da VISITA TÉCNICA.

7.7.1 A VISITA TÉCNICA deverá ser requerida com até 5 (cinco) dias de antecedência da data do agendamento, por meio dos e-mails ccug.ppp@fazenda.df.gov.br ou ppp@fazenda.df.gov.br e está sujeita à disponibilidade de data do Centro de Convenções, devendo o LICITANTE adaptar-se a esse calendário.

7.7.2 Novas datas poderão ser agendadas mediante solicitação de qualquer interessado, por escrito.

7.7.3 O comparecimento à VISITA TÉCNICA não é condição obrigatória para a participação na LICITAÇÃO, reputando-se, porém, que os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e a PROPOSTA COMERCIAL foram elaborados com perfeito conhecimento, pelos LICITANTES, da ÁREA DA CONCESSÃO no estado em que se encontra, os quais não poderão invocar qualquer insuficiência de dados a ela relacionados como óbice para a participação na LICITAÇÃO ou para a plena execução do CONTRATO.

SEÇÃO 4 – IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

7.8 Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar, no todo ou em parte, este EDITAL, nos termos da lei e do disposto nesta Seção.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**

7.9 Eventual impugnação deve ser protocolada perante a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO em até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a sessão pública de abertura do certame, devendo a COMISSÃO julgar e responder às eventuais impugnações em até 3 (três) dias úteis.

7.10 Decairá do direito de impugnar os termos do presente EDITAL, na forma do artigo 41, § 2º, da Lei Federal 8.666/93, o LICITANTE que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder à data estabelecida para a sessão pública de abertura do certame.

7.11 As impugnações ao EDITAL deverão ser escritas e protocoladas em papel, devidamente rubricadas e assinadas pelo representante legal ou procurador, dirigidas ao Presidente da COMISSÃO e entregues, dentro do prazo legal, na SEDE DA SECRETARIA, no horário ininterrupto das 09:00 às 17:00.

7.12 As questões decorrentes da execução deste EDITAL que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da cidade de Brasília/DF.

**CAPÍTULO 8 – ALTERAÇÕES AO
EDITAL**

8.1 O presente EDITAL poderá ser modificado até a DATA DE ENTREGA DAS PROPOSTAS, nos termos do art. 21, § 4º, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

TÍTULO II – DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

**CAPÍTULO 9 – ENTREGA, FORMA E
CONTEÚDO DOS ENVELOPES**

SEÇÃO 1 – DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 A documentação a ser apresentada pelos LICITANTES na presente LICITAÇÃO constará dos seguintes Envelopes:

- 9.1.1 Envelope I – Credenciamento;
- 9.1.2 Envelope II – Proposta Comercial;
- 9.1.3 Envelope III – Documentos de Habilitação; e
- 9.1.4 Envelope IV – Garantia de Proposta.

9.2 Após a entrega dos envelopes, não caberá ao LICITANTE desistir de sua proposta, sob pena de execução da GARANTIA DE PROPOSTA, salvo se por motivo justo decorrente de fato que não lhe seja imputável, superveniente e aceito pela COMISSÃO.

9.3 Os Envelopes listados no item 9.1 deverão ser recebidos até a DATA DE ENTREGA DAS PROPOSTAS, no endereço e dentro do horário indicados no Preâmbulo deste EDITAL, fechados, indevassáveis e contendo, em sua parte externa, conforme o caso, os seguintes dizeres:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

CONCORRÊNCIA Nº 001/2016 SEF – CONCESSÃO DE OBRA PÚBLICA, tendo por objeto a outorga do direito de explorar a operação do CENTRO DE CONVENÇÕES ULYSSES GUIMARÃES (CCUG) à CONCESSIONÁRIA, para a realização de feiras, exposições e eventos, sob as condições de que esta reforme, modernize e mantenha o referido equipamento público e pague ao PODER CONCEDENTE o valor pela outorga.

[RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE OU DENOMINAÇÃO DO CONSÓRCIO]

ENVELOPE I – CREDENCIAMENTO

CONCORRÊNCIA Nº 001/2016 SEF – CONCESSÃO DE OBRA PÚBLICA, tendo por objeto a outorga do direito de explorar a operação do CENTRO DE CONVENÇÕES ULYSSES GUIMARÃES (CCUG) à CONCESSIONÁRIA, para a realização de feiras, exposições e eventos, sob as condições de que esta reforme, modernize e mantenha o referido equipamento público e pague ao PODER CONCEDENTE o valor pela outorga.

[RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE OU DENOMINAÇÃO DO CONSÓRCIO]

ENVELOPE II – PROPOSTA COMERCIAL

CONCORRÊNCIA Nº 001/2016 SEF – CONCESSÃO DE OBRA PÚBLICA, tendo por objeto a outorga do direito de explorar a operação do CENTRO DE CONVENÇÕES ULYSSES GUIMARÃES (CCUG) à CONCESSIONÁRIA, para a realização de feiras, exposições e eventos, sob as condições de que esta reforme, modernize e mantenha o referido equipamento público e pague ao PODER CONCEDENTE o valor pela outorga.

[RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE OU DENOMINAÇÃO DO CONSÓRCIO]

ENVELOPE III – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 001/2016 SEF – CONCESSÃO DE OBRA PÚBLICA, tendo por objeto a outorga do direito de explorar a operação do CENTRO DE CONVENÇÕES ULYSSES GUIMARÃES (CCUG) à CONCESSIONÁRIA, para a realização de feiras, exposições e eventos, sob as condições de que esta reforme, modernize e mantenha o referido equipamento público e pague ao PODER CONCEDENTE o valor pela outorga.

[RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE OU DENOMINAÇÃO DO CONSÓRCIO]

ENVELOPE IV – GARANTIA DE PROPOSTA



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

9.4 Não serão admitidos no lugar dos Envelopes I, II, III ou IV, ou de seus conteúdos, documentos ou arquivos de qualquer espécie enviados por internet, *fac-símile*, telegrama ou por outro meio não previsto neste EDITAL, tampouco em endereço e prazo distintos do especificado neste EDITAL.

9.4.1 Espera-se que a PROPOSTA COMERCIAL e os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO sejam apresentados em 01 (uma) via, encadernada com todas as páginas numeradas sequencialmente, inclusive as folhas de separação, catálogos, desenhos ou similares, se houver, independentemente de serem apresentados em mais de um volume, de forma que a numeração da última página do último volume reflita a quantidade total de páginas dentro de cada Envelope, não sendo permitidas emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas não admitidas ou realizadas após a entrega dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ou da PROPOSTA COMERCIAL.

9.4.2 As eventuais emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas constantes dos volumes apresentados deverão ser destacados e confirmados pelos LICITANTES na sessão de abertura da proposta, assim como poderão ensejar a desclassificação do LICITANTE quando dificultar por qualquer modo o julgamento objetivo das propostas ou violar os princípios da licitação, em especial a isonomia.

9.5 O conteúdo dos Envelopes II e III, independentemente da quantidade de volumes, trará 01 (um) termo de abertura, 01 (um) índice e 01 (um) termo de encerramento próprio.

9.6 Os documentos deverão ser apresentados em sua forma original ou cópia autenticada em cartório, sendo admitidas, quanto à GARANTIA DE PROPOSTA, apólices de seguro-garantia emitidas digitalmente, situação em que a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO atestará a sua autenticidade por intermédio de consulta ao sítio eletrônico da SUSEP.

9.7 Caso o órgão ou entidade emitente da documentação de regularidade relativa à habilitação esteja em greve, comprovada pelo LICITANTE, será permitida a sua participação no certame sem a referida documentação, cuja apresentação à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, no entanto, deverá ser realizada até 10 dias úteis após o término da greve e condicionará, para todos os efeitos, a celebração do CONTRATO.

9.8 Os documentos emitidos pela internet prescindem de autenticação em cartório se a averiguação da sua validade puder ser feita por intermédio de consulta pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO ao endereço eletrônico neles indicado.

9.9 Todas as páginas dos documentos da PROPOSTA COMERCIAL e dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deverão estar rubricadas por representantes dos LICITANTES.

9.10 Todos os documentos que constituem o EDITAL, as PROPOSTAS, o CONTRATO, os atestados, bem como todas as demais documentações a serem elaboradas e todas as correspondências e comunicações a serem trocadas, deverão ser apresentados em Língua Portuguesa, idioma oficial desta LICITAÇÃO.

9.10.1 Ressalvadas as regras dos tratados celebrados pela República Federativa do Brasil, os documentos de origem estrangeira apresentados em outras línguas somente serão admitidos mediante a confirmação de autenticidade pela Representação Diplomática ou Consular do Brasil no



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**

país de origem do documento, e desde que devidamente traduzidos para o português por tradutor público juramentado.

9.10.2 No caso de divergência entre o documento no idioma original e a sua tradução, prevalecerá o documento em Língua Portuguesa.

9.10.3 Havendo divergência entre os valores numéricos e aqueles apresentados por extenso na documentação apresentada, prevalecerão os últimos.

SEÇÃO 2 – CREDENCIAMENTO – ENVELOPE I

9.11 O Envelope I deverá conter:

9.11.1 Cópia autenticada da Carteira de identidade ou outro documento oficial com foto do(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es);

9.11.2 Se for o caso, instrumento de mandato que comprove poderes específicos para praticar todos os atos referentes a esta LICITAÇÃO, tais como formular ofertas de preços, interpor e/ou desistir de recurso, acompanhado do(s) documento(s) que comprove(m) os poderes do(s) respectivo(s) outorgante(s), conforme o MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO E DE PROCURAÇÃO constante do ANEXO XI;

9.11.2.1 Em se tratando de instrumento particular de mandato, ele deverá ser apresentado com firma reconhecida;

9.11.2.2 Não serão aceitas procurações que apenas contenham poderes amplos, que não contemplem claramente a presente LICITAÇÃO ou que se refiram apenas a outras licitações ou tarefas;

9.11.3 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e compromisso de constituição de CONSÓRCIO, ou cópia do correspondente ato constitutivo do CONSÓRCIO, devidamente registrado, se for o caso.

SEÇÃO 3 – PROPOSTA COMERCIAL – ENVELOPE II

9.12 O Envelope II deverá conter a PROPOSTA COMERCIAL.

9.13 A PROPOSTA COMERCIAL deve ser dirigida à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e observar todos os requisitos formais, inclusive o modelo previsto no ANEXO XII deste EDITAL, e ser assinada pelo representante legal/procurador do LICITANTE ou do CONSÓRCIO.

9.13.1 Somente serão consideradas as PROPOSTAS COMERCIAIS que abranjam a totalidade do OBJETO, nos exatos termos deste EDITAL.

9.13.2 Cada LICITANTE deverá apresentar apenas uma PROPOSTA COMERCIAL, sob pena de desclassificação.

9.14 A PROPOSTA COMERCIAL deverá considerar, dentre outros:



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**

9.14.1 Os investimentos, tributos, custos e despesas (incluindo, mas não se limitando às financeiras) necessários para a execução do OBJETO da CONCESSÃO;

9.14.2 Os riscos a serem assumidos pela CONCESSIONÁRIA em virtude da execução do OBJETO da CONCESSÃO;

9.14.3 O prazo da CONCESSÃO;

9.14.4 Os BENS REVERSÍVEIS, nos termos das condições fixadas no CONTRATO;

9.14.5 A sub-rogação na posição contratual do PODER CONCEDENTE nos contratos previstos no ANEXO V – FEIRAS E EVENTOS CONTRATADOS e os valores já recebidos pelo PODER CONCEDENTE para realização de tais eventos, que não serão objeto de reembolso à CONCESSIONÁRIA, nos termos do CONTRATO e do TERMO DE RESPONSABILIDADE PELAS FEIRAS E EVENTOS JÁ CONTRATADOS, cujo modelo consta do ANEXO X;

9.14.6 As demais obrigações deste EDITAL, do CONTRATO e dos respectivos ANEXOS.

9.15 Da PROPOSTA COMERCIAL deve constar, conforme o ANEXO XII – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL do EDITAL:

9.15.1 A oferta do LICITANTE quanto à PARCELA FIXA DO VALOR PELA OUTORGA e o PAGAMENTO MÍNIMO ANUAL, observados os termos e condições previstos neste EDITAL;

9.15.2 A sua validade de no mínimo 180 (cento e oitenta) dias contados da DATA DE ENTREGA DAS PROPOSTAS, devendo ser mantidas, neste período, todas as condições nela contidas;

9.15.3 Os dados do LICITANTE.

9.16 Os valores apresentados na PROPOSTA COMERCIAL terão como data-base a DATA DE ENTREGA DAS PROPOSTAS.

9.17 Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas ou vantagens não previstas no presente EDITAL, nem preços ou vantagens baseadas nas PROPOSTAS COMERCIAIS de quaisquer dos demais LICITANTES.

SEÇÃO 4 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE III

SUBSEÇÃO 4.1 – CONTEÚDO DO ENVELOPE

9.18 O Envelope III deverá conter:

9.18.1 Os documentos referentes à habilitação jurídica (SUBSEÇÃO 4.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA);

9.18.2 Os documentos referentes à regularidade fiscal e trabalhista (SUBSEÇÃO 4.3 – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA);



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

9.18.3 Os documentos referentes à qualificação econômico-financeira (SUBSEÇÃO 4.4 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA)

9.18.4 Os documentos referentes à qualificação técnica (SUBSEÇÃO 4.5 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA); e

9.18.5 Demais documentos (SUBSEÇÃO 4.6 – DEMAIS DOCUMENTOS)

SUBSEÇÃO 4.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.19 Para efeito da qualificação jurídica deverá ser apresentada pelo LICITANTE individual ou por cada CONSORCIADO **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, incluindo, se houver, as alterações realizadas desde a última consolidação, devidamente registrados na Junta Comercial ou órgão competente** e, conforme o caso, os demais documentos dispostos nesta Subseção.

A - No caso de sociedades por ações e sociedades limitadas

9.20 Os documentos, devidamente registrados, de eleição dos seus administradores;

B - No caso de empresa individual

9.21 O respectivo registro comercial;

C - No caso de fundos

9.22 Ato constitutivo com a última alteração arquivada perante o órgão competente;

9.23 Prova de contratação de gestor, se houver, bem como de eleição do administrador em exercício;

9.24 Comprovante de registro do fundo de investimento na Comissão de Valores Mobiliários – CVM;

9.25 Regulamento em vigor do fundo de investimento;

9.26 Comprovante de registro do regulamento do fundo de investimento perante o Registro de Títulos e Documentos competente;

9.27 Comprovação de que o fundo de investimento se encontra devidamente autorizado a participar da LICITAÇÃO e de que o seu administrador pode representá-lo em todos os atos e para todos os efeitos da LICITAÇÃO, assumindo, em nome do fundo de investimento, todas as obrigações e direitos que dela decorrerem; e

9.28 Comprovante de qualificação do administrador e, se houver, do gestor do fundo de investimento, perante a CVM.

D - No caso de entidades abertas ou fechadas de previdência complementar

9.29 Inscrição ou registro do ato constitutivo;

9.30 Ata que elegeu a administração em exercício;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

- 9.31 Regulamento em vigor;
- 9.32 Comprovante de autorização expressa e específica quanto à constituição e funcionamento da entidade de previdência complementar, concedida pelo órgão fiscalizador competente;
- 9.33 Declaração de que os planos e benefícios por administrados não se encontram sob liquidação ou intervenção da Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social;

E - No caso de instituições financeiras

- 9.34 Comprovação da autorização de funcionamento como instituição financeira;
- 9.35 Comprovação da homologação da eleição do seu administrador, emitida pelo Banco Central do Brasil; e
- 9.36 Demais exigências aplicáveis a este tipo de instituição pela regulamentação pertinente.

F - No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país

- 9.37 Decreto de autorização ou equivalente, nos termos do art. 28, V, da Lei Federal nº 8.666/93;
- 9.38 Ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

SUBSEÇÃO 4.3 – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

9.39 Para efeito da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, os seguintes documentos devem ser apresentados pelo LICITANTE individual ou por cada CONSORCIADO:

- 9.39.1 Comprovação de registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ;
- 9.39.2 Comprovação de registro no Cadastro de Contribuintes municipal e/ou estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do LICITANTE ou do CONSORCIADO;
- 9.39.3 Certidão negativa conjunta, emitida pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), relativamente aos tributos administrados pela RFB e à Dívida Ativa da União administrada pela PGFN;
- 9.39.4 Comprovação de regularidade junto à(s) Fazenda(s) Estadual, Municipal e/ou distrital da sede do LICITANTE ou do CONSORCIADO, por meio de certidões emitidas quanto aos débitos inscritos em dívida ativa;
- 9.39.5 Comprovação de situação regular perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, por meio da Certidão Negativa de Débito – CND, ou por meio de Certidão Conjunta relativa aos tributos federais, nos termos da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751/2014 e suas alterações;
- 9.39.6 Comprovação de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, por meio do Certificado de Regularidade de Situação – CRS;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

9.39.7 Comprovação de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação do Modelo de Declaração de Situação Regular perante o Ministério do Trabalho, conforme ANEXO X – MODELOS DE DECLARAÇÕES; e

9.39.8 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

9.40 Serão aceitas como comprovação de regularidade fiscal e trabalhista certidões negativas ou certidões positivas com efeito de negativas que noticiem, em seu corpo, que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

9.41 Os documentos e certidões apresentados devem se encontrar válidos na DATA DE ENTREGA DAS PROPOSTAS.

9.41.1 Todos os documentos que não possuírem prazo de validade expresse reputar-se-ão com prazo de validade de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da sua respectiva expedição.

SUBSEÇÃO 4.4 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.42 Para efeito da qualificação econômico-financeira, os seguintes documentos devem ser apresentados pelo LICITANTE individual ou por cada CONSORCIADO:

9.42.1 Para qualquer tipo de sociedade empresária e para administradora(s) e/ou gestora(s) de fundo(s): certidão negativa de pedido de falência e recuperação judicial, expedida pelo Distribuidor Judicial da Comarca (Varas Cíveis) da cidade onde a empresa for sediada, com data de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à DATA DE ENTREGA DAS PROPOSTAS.

9.42.2 Para os demais LICITANTES: certidão expedida pelo Distribuidor Judicial das Varas Cíveis em geral (Execução Patrimonial) da Comarca onde o LICITANTE estiver sediado, datada de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à DATA DE ENTREGA DAS PROPOSTAS.

9.43 Para efeito da qualificação econômico-financeira, os LICITANTES também deverão apresentar patrimônio líquido mínimo de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), equivalente ao valor estimado de capital próprio a ser aportado como capital social da SPE a ser constituída pelo ADJUDICATÁRIO.

9.43.1 Para comprovação dos valores de patrimônio líquido, serão consideradas as demonstrações financeiras anuais já exigíveis do LICITANTE ou do conjunto de CONSORCIADOS, na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

9.43.2 No caso de CONSÓRCIO, o patrimônio líquido mínimo exigido deverá ser atendido pela soma dos patrimônios líquidos dos respectivos CONSORCIADOS, ponderados segundo a sua porcentagem de participação correspondente na futura SPE, conforme disposto no compromisso de constituição de CONSÓRCIO ou no ato constitutivo do CONSÓRCIO, devidamente registrado.

9.43.3 Na hipótese de participação de CONSÓRCIO formado por entidades do mesmo grupo econômico, não será admitido o cômputo do patrimônio líquido apresentado por uma entidade para fins de comprovação do patrimônio líquido de outra(s).



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

9.43.4 Quando exigível, deverá ser apresentada prova da publicação das demonstrações e da Ata de Aprovação das mesmas, devidamente arquivadas na Junta Comercial competente;

9.43.5 Os desobrigados de publicar demonstrações financeiras deverão apresentar cópias legíveis e autenticadas das páginas do Livro Diário no qual os mesmos foram transcritos, devidamente assinados pelo contador responsável e por seus sócios, bem como dos termos de abertura e encerramento do Livro Diário, registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

SUBSEÇÃO 4.5 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.44 Para efeito da qualificação técnica, as comprovações abaixo enumeradas devem ser satisfeitas por LICITANTE individual ou por pelo menos um dos CONSORCIADOS, ressalvado o item A abaixo, que deverá ser atendido por todos os LICITANTES e cada um dos CONSORCIADOS.

A - Quanto à regularidade junto ao conselho profissional competente

9.44.1 Certidão de registro ou inscrição no respectivo Conselho profissional que fiscalize o exercício das atividades do LICITANTE e de seus responsáveis técnicos, ressalvando-se ao PODER CONCEDENTE a possibilidade de realizar diligência para verificar a inexigibilidade da referida certidão por parte do LICITANTE que não a apresentar, nos termos do item 5.2 deste EDITAL;

B - Quanto à qualificação técnico-profissional relativa a serviços

9.44.2 Comprovação da disponibilidade de equipe de colaboradores formada por profissionais que, conjuntamente, tenham executado serviços com as características técnicas abaixo indicadas, experiências essas a serem comprovadas por meio de atestados emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado ou por outros meios documentais:

9.44.2.1 Operação e manutenção de equipamento do tipo centro de convenções e/ ou exposições; e

9.44.2.2 Captação e atração de eventos, tais como, feiras, exposições, convenções ou similares.

9.44.3 Para fins do atendimento da exigência do item 9.44.2, deverá ser apresentado, conforme for o caso:

9.44.3.1 Cópia autenticada do Contrato de Trabalho e das respectivas anotações de Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, acompanhadas da respectiva Ficha de Registro de empregados, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (Decreto-Lei nº 5.452/43), quando o(s) profissional(is) relacionado(s) for(em) empregado(s) do LICITANTE ou do CONSORCIADO;

9.44.3.2 Cópia autenticada do contrato social ou do estatuto social, mais a(s) respectiva(s) ata(s) de eleição, quando for o caso, se o(s) profissional(is) relacionado(s) for(em) administradores(s) ou dirigente(s) do LICITANTE ou do CONSORCIADO;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

9.44.3.3 Cópia do contrato de prestação de serviços firmado até a DATA DE ENTREGA DAS PROPOSTAS, quando o(s) profissional(is) relacionado(s) não tiverem vínculo de subordinação hierárquica com o LICITANTE ou com o CONSORCIADO; ou

9.44.3.4 Minuta do contrato entre o LICITANTE ou CONSORCIADO e o(s) profissional(is) relacionado(s), ou empresa da qual esses façam parte, nas hipóteses não contempladas nos subitens antecedentes.

9.44.3.5 Declaração do(s) respectivo(s) profissional(is) relacionado(s) pelo LICITANTE de que se compromete(m) a integrar o quadro de colaboradores da futura SPE, caso o LICITANTE se sagre vencedor no certame, nos termos do modelo constante no ANEXO X – MODELOS DE DECLARAÇÕES, assim como de que analisou(aram) o MODELO DE NEGÓCIO REFERENCIAL (ANEXO VI) e entende(m) que as atividades operacionais e demanda lá previstas são compatíveis com a PROPOSTA COMERCIAL do LICITANTE.

C - Disposições a Respeito dos Atestados de Capacidade Técnica

9.45 Tratando-se de atestados emitidos para consórcio de que o LICITANTE ou o CONSORCIADO, ou profissional por estes relacionados, cuja relação com o LICITANTE ou CONSORCIADO pode ser comprovada nos termos do disposto no item 9.44.3, tenha participado, estes somente serão aceitos quando demonstrado que o LICITANTE, o CONSORCIADO ou o profissional relacionado tinha, no referido consórcio, a responsabilidade pela função ou atividade objeto do atestado.

9.46 No caso de alterações societárias e nos casos de fusão, incorporação ou desmembramento de empresas, somente serão considerados os atestados se comprovada também a transferência definitiva de acervo técnico.

9.47 Serão admitidos, para efeito da comprovação da qualificação técnica do LICITANTE ou CONSORCIADO, os atestados emitidos em nome de CONTROLADA, CONTROLADORA ou de entidade(s) sujeita(s) ao mesmo CONTROLE do LICITANTE ou CONSORCIADO, sejam nacionais ou estrangeiras.

9.47.1 Nessa hipótese, deverá ser apresentada declaração indicando tal condição, acompanhada do respectivo organograma do grupo econômico e respectivas relações societárias, demonstrando efetivamente a vinculação entre as empresas, nos termos do modelo constante no ANEXO X – MODELOS DE DECLARAÇÕES.

9.48 O(s) atestado(s) e, se for o caso, os documentos complementares a eles relativos, deverão apresentar de forma clara e inequívoca as informações exigidas, em papel timbrado do responsável pela atestação, no original ou em cópia autenticada, devendo ainda conter, no mínimo, as seguintes informações:

9.48.1 Atividades e serviços (objeto) a que se refere;

9.48.2 Local da realização das atividades e serviços a que se refere;

9.48.3 Características das atividades e serviços a que se refere e, quando for o caso, a capacidade de pessoas dos empreendimentos relacionados;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

- 9.48.4 Valor total do empreendimento a que se refere;
- 9.48.5 Datas de início e de término da realização das atividades e serviços a que se refere;
- 9.48.6 Descrição das atividades exercidas no consórcio pelo LICITANTE, CONSORCIADO ou pelo profissional relacionado, quando o atestado tiver sido emitido em nome de consórcio;
- 9.48.7 Nome ou razão social do emitente; e
- 9.48.8 Nome e identificação do signatário do atestado, com informações atualizadas de seus telefones e e-mail para contato, acompanhado de documentação comprobatória de sua condição de representante do emitente.

9.49 As comprovações exigidas poderão se referir ao mesmo empreendimento, desde que sejam atendidos todos os requisitos estabelecidos no EDITAL.

9.50 A conformidade dos atestados poderá ser confirmada por meio de diligência da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO destinada a averiguar a qualificação técnica do LICITANTE ou CONSORCIADO, nos termos deste EDITAL, sendo que o não atendimento dos requisitos editalícios implicará a inabilitação do LICITANTE, sem prejuízo de outras sanções cabíveis em virtude de falsidade das informações prestadas.

SUBSEÇÃO 4.6 – DEMAIS DOCUMENTOS

9.51 O LICITANTE deverá ainda apresentar DECLARAÇÃO, conforme MODELO DE DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO contido no ANEXO X, devidamente assinada (no caso de CONSÓRCIO, poderá ser firmada apenas pelo respectivo líder), contendo:

- 9.51.1 Apresentação do LICITANTE;
- 9.51.2 Compromisso de integralização de capital social mínimo da SPE, nos termos do CONTRATO;
- 9.51.3 Compromisso de adoção, pela SPE, a ser estruturada sob a forma de sociedade por ações, de padrões adequados de governança corporativa e de contabilidade, e de elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, baseadas na Legislação Societária Brasileira (Lei Federal nº 6.404/76 e alterações posteriores) e nas Normas Internacionais de Contabilidade;
- 9.51.4 Compromisso de que a empresa adotará mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, nos termos do ANEXO I – MINUTA DE CONTRATO;
- 9.51.5 Declaração quanto à inexistência de fato impeditivo em participar da LICITAÇÃO;

9.52 No caso de CONSÓRCIO, deverá ser apresentado o correspondente termo de compromisso de constituição de CONSÓRCIO, ou cópia do ato constitutivo do CONSÓRCIO, devidamente registrado, firmado de acordo com as leis brasileiras, subscrito pelos CONSORCIADOS, contendo os seguintes itens:



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**

- 9.52.1 Denominação do CONSÓRCIO;
- 9.52.2 Composição do CONSÓRCIO, indicando o percentual de participação de cada CONSORCIADO no capital da futura SPE, observadas as condições do presente EDITAL;
- 9.52.3 Objetivo do CONSÓRCIO, que deverá ser compatível com esta LICITAÇÃO e com o OBJETO do CONTRATO;
- 9.52.4 Indicação do líder do CONSÓRCIO, que deverá ter representante legal com domicílio no Brasil, e a quem se reconhecerão poderes expressos para representar o CONSÓRCIO na LICITAÇÃO, podendo receber e dar quitação, responder administrativa e judicialmente, concordar com condições, transigir, compromissar-se e praticar outros atos necessários à participação do CONSÓRCIO nesta LICITAÇÃO, até a DATA DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO; e
- 9.52.5 Declaração expressa de todos os participantes do CONSÓRCIO, vigente a partir da DATA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS, de aceitação de responsabilidade solidária, nos termos do art. 33 da Lei Federal nº 8.666/93, no tocante ao OBJETO desta LICITAÇÃO, cobrindo integralmente todas as obrigações assumidas na proposta apresentada, sendo que tal responsabilidade solidária somente cessará após a DATA DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO.

SEÇÃO 5 – GARANTIA DE PROPOSTA – ENVELOPE IV

SUBSEÇÃO 5.1 – DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.53 Os LICITANTES deverão apresentar GARANTIA DE PROPOSTA no valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) para fins de participação na LICITAÇÃO.
- 9.53.1 O comprovante de constituição da referida garantia deverá compor o Envelope IV.
- 9.53.2 A GARANTIA DE PROPOSTA ofertada não poderá conter ressalvas ou condições que possam suscitar dúvidas quanto à sua exequibilidade.
- 9.53.3 Os LICITANTES que não apresentarem a GARANTIA DE PROPOSTA nas condições estabelecidas neste EDITAL serão inabilitados e estarão impedidos de prosseguir na LICITAÇÃO.
- 9.54 Para os LICITANTES organizados em CONSÓRCIO, a GARANTIA DE PROPOSTA deverá ser apresentada por um ou mais CONSORCIADOS, e deverá indicar, expressamente, o nome do CONSÓRCIO e de todos os CONSORCIADOS.
- 9.55 A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO analisará a regularidade e efetividade das GARANTIAS DE PROPOSTAS apresentadas, observado o disposto neste EDITAL.
- 9.56 O inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas pelos LICITANTES decorrentes de sua participação na LICITAÇÃO dará causa à execução da GARANTIA DE PROPOSTA, mediante notificação prévia do LICITANTE, sem prejuízo das demais penalidades previstas no EDITAL ou na legislação aplicável.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

9.57 A GARANTIA DE PROPOSTA também responderá pelas multas, penalidades e indenizações devidas pelo LICITANTE ao PODER CONCEDENTE durante a LICITAÇÃO, inclusive no caso de recusa de celebração do CONTRATO pelo ADJUDICATÁRIO, não sendo excluída, em qualquer caso, a sua responsabilidade e obrigação de ressarcir eventuais perdas e danos que não sejam suportadas pela GARANTIA DE PROPOSTA.

9.58 A GARANTIA DE PROPOSTA poderá ser apresentada mediante as seguintes modalidades:

9.58.1 Caução em dinheiro, em moeda nacional (reais);

9.58.2 Caução em títulos da dívida pública federal, não gravados com cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, nem adquiridos compulsoriamente;

9.58.3 Seguro-garantia, fornecido por companhia seguradora nacional ou estrangeira autorizada a funcionar no Brasil, com a apresentação da respectiva certidão vigente de regularidade da SUSEP, conforme o ANEXO XIV – TERMOS E CONDIÇÕES MÍNIMAS DE SEGURO GARANTIA; ou

9.58.4 Fiança bancária, fornecida por instituição financeira nacional ou estrangeira autorizada a funcionar no Brasil, com classificação de força financeira em escala nacional superior ou igual a "Aa2.br", "brAA" ou "A(bra)", conforme divulgado pelas agências de risco Moody's, Standard & Poors ou Fitch, em favor do PODER CONCEDENTE, nos termos do ANEXO XV – MODELO DE CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA.

SUBSEÇÃO 5.2 – PRAZO DE VALIDADE

9.59 As GARANTIAS DE PROPOSTA somente serão aceitas com prazo de validade não inferior a 180 (cento e oitenta) dias a partir da DATA DE ENTREGA DAS PROPOSTAS, observado o disposto no item 9.60.

9.59.1 No caso de caução em dinheiro, esta ficará retida, no máximo, pelo prazo acima mencionado.

SUBSEÇÃO 5.3 – RENOVAÇÃO DA GARANTIA

9.60 Se houver necessidade, caberá ao LICITANTE promover a renovação tempestiva da sua GARANTIA DA PROPOSTA, antes da sua expiração, devendo comunicar tal expediente à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO.

9.60.1 Nos casos em que a validade da GARANTIA DE PROPOSTA expirar antes da publicação do CONTRATO, a manutenção das condições de habilitação do LICITANTE ficará condicionada à regular renovação da respectiva GARANTIA DE PROPOSTA ou a sua substituição por uma das demais modalidades previstas no presente EDITAL, às suas próprias expensas.

SUBSEÇÃO 5.4 – LIBERAÇÃO DA GARANTIA

9.61 As GARANTIAS DE PROPOSTA dos LICITANTES serão liberadas em até 15 (quinze) dias após a DATA DE PUBLICAÇÃO:



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**

- 9.61.1 do CONTRATO, em se tratando do LICITANTE vencedor do certame;
- 9.61.2 da ADJUDICAÇÃO do objeto da LICITAÇÃO, em se tratando dos demais LICITANTES;
ou
- 9.61.3 da revogação ou anulação da LICITAÇÃO, para todos os LICITANTES.

SUBSEÇÃO 5.5 – CAUÇÃO EM DINHEIRO

9.62 A Caução em dinheiro deverá ser feita em moeda nacional (reais) mediante depósito na conta corrente indicada abaixo, consistindo o comprovante de depósito na prova de sua realização:

Banco de Brasília - BRB
Domicílio Bancário: depósito de caução
CNPJ n.º 00.394.684/0001-53 (Secretaria de Estado de Fazenda)
Conta Corrente nº 800.482-8
Agência 100 - Banco 070

SUBSEÇÃO 5.6 – CAUÇÃO EM TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL

9.63 Para GARANTIA DE PROPOSTA apresentada na modalidade caução em títulos da dívida pública federal, serão admitidos os seguintes títulos:

- 9.63.1 Tesouro Prefixado;
- 9.63.2 Tesouro Selic;
- 9.63.3 Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais;
- 9.63.4 Tesouro IPCA;
- 9.63.5 Tesouro IGPM + com Juros Semestrais; e
- 9.63.6 Tesouro Prefixado com Juros Semestrais.

SUBSEÇÃO 5.7 – SEGURO GARANTIA E FIANÇA BANCÁRIA

9.64 As GARANTIAS DE PROPOSTA apresentadas nas modalidades seguro-garantia e fiança bancária deverão ser apresentadas com o seu valor expresso em reais (R\$), contendo a assinatura dos administradores da entidade emitente, com a comprovação dos respectivos poderes de representação.

9.65 As GARANTIAS DE PROPOSTA apresentadas na modalidade seguro-garantia deverão seguir o disposto na Circular SUSEP nº 477/2013 e o disposto no ANEXO XIV deste EDITAL.

- 9.65.1 No caso de GARANTIA DE PROPOSTA prestada mediante dois ou mais seguros-garantia, as apólices deverão registrar expressamente a sua complementariedade.

9.66 As GARANTIAS DE PROPOSTA apresentadas na modalidade fiança bancária devem seguir o modelo presente no ANEXO XV deste EDITAL.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**

SEÇÃO 6 – COMPLEMENTAÇÕES E CORREÇÕES

9.67 As complementações de insuficiências ou as correções de caráter formal necessárias ao saneamento de falhas caracterizadas como falhas formais no curso do procedimento serão admitidas.

9.68 Considera-se falha ou defeito formal, para fins do presente EDITAL, aquele que:

9.68.1 Não desnature o objeto do documento apresentado;

9.68.2 Permita aferir, com a devida segurança, a informação constante do documento; e

9.68.3 Não implique a apresentação de documento que deveria constar originalmente da documentação apresentada pelo LICITANTE, nem se refira a fato existente apenas após a DATA DE ENTREGA DAS PROPOSTAS.

9.69 Para efeito dos subitens acima, fica estipulado o prazo de até 05 (cinco) dias corridos, a ser definido pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO conforme as circunstâncias do caso concreto e a necessidade de celeridade da LICITAÇÃO, para a apresentação de informações ou a complementação, pelo LICITANTE, de insuficiências ou de correções de caráter formal.

**CAPÍTULO 10 – ABERTURA, EXAME E
JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

SEÇÃO 1 – SESSÕES PÚBLICAS E ORDEM DE TRABALHO

10.1 A abertura dos Envelopes e o início da análise da documentação apresentada pelos LICITANTES ocorrerão em sessões públicas, que poderão ser assistidas por quaisquer pessoas, admitida, porém, a manifestação apenas dos representantes credenciados dos LICITANTES.

10.2 Na DATA DE ENTREGA DAS PROPOSTAS, a partir das 14 horas, na SEDE DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO instalará a sessão pública para a abertura dos Envelopes I, II, III e IV, obedecendo à seguinte ordem de trabalho:

10.2.1 Abertura dos Envelopes I e CREDENCIAMENTO dos representantes de cada LICITANTE

10.2.2 Rubrica, por pelo menos dois dos membros da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e pelos representantes credenciados dos LICITANTES que desejarem, dos Envelopes III apresentados, ainda lacrados, e que continuarão sob a responsabilidade da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO;

10.2.3 Abertura conjunta dos Envelopes II e IV de cada um dos LICITANTES e rubrica por pelo menos dois dos membros da COMISSÃO e pelos representantes credenciados de cada um dos LICITANTES presentes que desejarem, seguida de realização de fase de lances em viva voz;

10.2.4 Abertura do Envelope III do LICITANTE classificado em primeiro lugar na etapa anterior e rubrica por pelo menos dois dos membros da COMISSÃO e pelos representantes credenciados dos LICITANTES que desejarem, cuja análise poderá ser feita no mesmo dia ou em dia posterior, a critério da COMISSÃO;



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**

10.3 Para fins da avaliação dos documentos constantes dos Envelopes abertos, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO poderá, a seu critério e a qualquer tempo, propor o encerramento da sessão respectiva.

10.4 Em qualquer caso, o resultado da análise deve ser divulgado mediante publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

SEÇÃO 2 – ABERTURA E ANÁLISE DOS ENVELOPES II – PROPOSTA COMERCIAL E IV – GARANTIA DE PROPOSTA

10.5 A fase de abertura e análise da PROPOSTA COMERCIAL e GARANTIA DE PROPOSTA de cada um dos LICITANTES será sucedida da fase de lances em viva voz, conduzida pelo Presidente da COMISSÃO, da qual participarão, somente, os LICITANTES que tenham apresentado GARANTIA DE PROPOSTA válida e cujo valor oferecido, apurado por meio do somatório da PARCELA FIXA DO VALOR PELA OUTORGA com as parcelas anuais do PAGAMENTO MÍNIMO ANUAL, trazidas a valor presente, constantes na PROPOSTA COMERCIAL, seja equivalente a, no mínimo, 70% (setenta por cento) do valor consignado na melhor PROPOSTA dentre todas as PROPOSTAS COMERCIAIS apresentadas.

10.5.1 O primeiro lance será feito pelo LICITANTE com o menor valor oferecido, apurado por meio do somatório da PARCELA FIXA DO VALOR PELA OUTORGA com as parcelas anuais do PAGAMENTO MÍNIMO ANUAL, trazidas a valor presente, constantes na PROPOSTA COMERCIAL, dentre aqueles convocados para a etapa de lances em viva voz e poderá ser de qualquer valor, desde que superior ao valor de sua própria PROPOSTA COMERCIAL.

10.5.2 Se dois ou mais LICITANTES apresentarem PROPOSTAS COMERCIAIS de igual valor, a ordem de propositura de lances entre eles será feita por sorteio, cabendo ao primeiro LICITANTE sorteado realizar o primeiro lance.

10.5.3 Cada LICITANTE somente poderá ofertar lances que tornem sua proposta superior à sua proposta imediatamente anterior.

10.5.4 Após cada novo lance ofertado, promover-se-á a reclassificação das LICITANTES, na forma deste EDITAL.

10.5.5 Na fase de lances em viva voz, a critério do Presidente da COMISSÃO, poderão ser fixados intervalos mínimos de valores a serem observados pelas LICITANTES entre um e outro lance.

10.5.6 A fase de lances continuará até que não haja lances pelo intervalo de 10 minutos, caso em que o Presidente da COMISSÃO declarará a PROPOSTA COMERCIAL que contiver a MAIOR OFERTA apurada por meio do somatório da PARCELA FIXA DO VALOR PELA OUTORGA com as parcelas anuais do PAGAMENTO MÍNIMO ANUAL, trazidas a valor presente como vencedora da fase.

10.6 A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO analisará os documentos relacionados e decidirá sobre as PROPOSTAS COMERCIAIS com a respectiva ordem de classificação de imediato, na mesma sessão, ou a suspenderá, divulgando o resultado por meio de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**

10.7 Para adequar as PROPOSTAS COMERCIAIS aos valores finais ofertados nos lances em viva voz, serão lavrados e firmados os respectivos TERMOS DE ATUALIZAÇÃO DE PROPOSTA COMERCIAL, conforme modelo constante do ANEXO XIII do EDITAL, por todos os LICITANTES que apresentaram lances válidos.

10.7.1 Os referidos ajustes nas propostas comerciais serão feitos por pelo menos um dos representantes credenciados de cada um dos LICITANTES presentes e deverão ser rubricados por pelo menos dois dos membros da COMISSÃO e pelos representantes dos demais LICITANTES que desejarem.

10.8 A COMISSÃO divulgará a classificação final dos LICITANTES, iniciada com o LICITANTE que tenha ofertado maior valor, apurado por meio do somatório da PARCELA FIXA DO VALOR PELA OUTORGA com as parcelas anuais do PAGAMENTO MÍNIMO ANUAL, trazidas a valor presente, constantes na PROPOSTA COMERCIAL e, a partir daí, em ordem decrescente.

10.9 Para fins de avaliação da PROPOSTA COMERCIAL dos LICITANTES, o valor mínimo da PARCELA FIXA DO VALOR PELA OUTORGA a ser considerado é de R\$ 3.800.000,00 (três milhões e oitocentos mil reais) e o valor mínimo do PAGAMENTO MÍNIMO ANUAL a ser considerado é de R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais) sendo classificado em primeiro lugar o LICITANTE que, atendendo a todos os requisitos correspondentes, oferecer o maior valor, apurado por meio do somatório da PARCELA FIXA DO VALOR PELA OUTORGA com as parcelas anuais do PAGAMENTO MÍNIMO ANUAL, trazidas a valor presente, constantes na PROPOSTA COMERCIAL.

10.10 Havendo necessidade, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO poderá, a seu exclusivo critério, promover diligências ou solicitar esclarecimentos sobre as informações e dados trazidos pelos LICITANTES nas PROPOSTAS COMERCIAIS, conforme o disposto no item 5.2. deste EDITAL, inclusive para confirmar, se for o caso, a sua exequibilidade, ocasião em que poderá ser solicitada a apresentação das composições e respectivas justificativas técnicas que comprovem que as premissas, insumos, custos, despesas e demais elementos utilizados na composição dos valores apresentados, verificando se são compatíveis com a execução do OBJETO do CONTRATO e com os parâmetros deste EDITAL.

10.11 Será desclassificado o LICITANTE:

10.11.1 Que não apresentar os documentos exigidos para o Envelope II de acordo com as formas, as diretrizes, as exigências e as condições estabelecidas neste EDITAL e em seus ANEXOS;

10.11.2 Cujos documentos não estiverem assinados por pessoa habilitada para tanto;

10.11.3 Cujas PROPOSTAS COMERCIAIS não estiverem totalmente expressas em reais (R\$);

10.11.4 Cujos VALORES MÍNIMOS ofertados pela PARCELA FIXA DO VALOR PELA OUTORGA e pelo PAGAMENTO MÍNIMO ANUAL indicados na PROPOSTA COMERCIAL forem inferiores ao exigido no item 10.9;

10.11.5 Cujas PROPOSTAS COMERCIAIS apresentarem preço ou vantagem baseada nas PROPOSTAS COMERCIAIS dos demais LICITANTES; e



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**

10.11.6 Cujas PROPOSTAS apresentaram emendas, ressalvas ou vícios, ou que omitirem quaisquer itens exigidos neste EDITAL ou na legislação pertinente.

10.12 Da decisão da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO relativamente ao julgamento das PROPOSTAS COMERCIAIS caberá recurso, nos termos do Capítulo 11 –do EDITAL.

10.13 Havendo a renúncia expressa dos LICITANTES ao direito de recorrer, ou decorrido o prazo para a interposição de eventuais recursos sem manifestação, ou, ainda, julgados os recursos porventura interpostos, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO dará seguimento à abertura do Envelope III do LICITANTE classificado em primeiro lugar, designando, se for o caso, nova data de sessão pública para essa finalidade.

10.14 Da(s) sessão(ões) realizada(s) será(ão) lavrada(s) ata(s) circunstanciada(s), registrando-se todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, a qual será ao final assinada pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e pelos representantes credenciados dos LICITANTES presentes.

SEÇÃO 3 – ABERTURA E ANÁLISE DOS ENVELOPES III – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.15 No dia, hora e local designados em publicação no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF), reunir-se-ão, em sessão pública, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e os LICITANTES que desejarem comparecer, para a abertura do Envelope III do LICITANTE melhor classificado na fase anterior do certame.

10.16 Aberto o Envelope III, os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO serão rubricados por pelo menos dois dos membros da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e pelos representantes credenciados dos LICITANTES que assim o desejarem.

10.17 A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO analisará os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e divulgará, se necessário em data posterior, por meio de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, o resultado da análise, com as razões que fundamentarem a sua decisão.

10.18 Havendo necessidade, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO poderá, a seu exclusivo critério, promover diligências ou solicitar esclarecimentos sobre as informações e dados trazidos pelos LICITANTES nos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, inclusive em sessão pública, conforme o disposto no item 5.2 deste EDITAL, inclusive para confirmar, se for o caso, a veracidade dos documentos e/ou atestados apresentados.

10.19 Somente será habilitado o LICITANTE que satisfizer, integralmente e sem ressalvas, o disposto sobre os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e as demais exigências fixadas neste EDITAL.

10.20 A inabilitação de qualquer CONSORCIADO ensejará a inabilitação de todo o CONSÓRCIO.

10.21 Se o LICITANTE classificado em primeiro lugar não atender às exigências para a habilitação previstas neste EDITAL, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, em sessão pública a ser oportunamente designada, abrirá o Envelope III do LICITANTE classificado em segundo lugar, e assim sucessivamente, repetindo-se os procedimentos descritos neste item.

10.22 Da decisão da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO relativamente à análise dos documentos de habilitação caberá recurso, nos termos do Capítulo 11 – RECURSOS.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**

10.23 Da(s) sessão(ões) realizada(s) será(ão) lavrada(s) ata(s) circunstanciada(s), registrando-se todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, a qual será ao final assinada pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e pelos representantes credenciados dos LICITANTES presentes.

10.24 A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO deverá manter a guarda dos demais Envelopes apresentados pelos LICITANTES até a DATA DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO, os quais deverão ser retirados pelos responsáveis em até 30 (trinta) dias desse evento, sob pena de inutilização.

CAPÍTULO 11 – RECURSOS

11.1 Nos termos do art. 109, I, da Lei Federal nº 8.666/93, os LICITANTES poderão recorrer da(s) decisão(ões) sobre:

- 11.1.1 Aceitação ou não da GARANTIA DE PROPOSTA;
- 11.1.2 A análise e classificação da PROPOSTA COMERCIAL;
- 11.1.3 A habilitação ou inabilitação de LICITANTE;
- 11.1.4 A aplicação das sanções e penalidades previstas no EDITAL; e
- 11.1.5 A anulação ou revogação da LICITAÇÃO.

11.2 Os recursos contra os atos decisórios indicados nos subitens 11.1.1 a 11.1.3 terão efeito suspensivo.

11.2.1 A autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, poderá atribuir eficácia suspensiva aos demais recursos.

11.3 Os recursos serão interpostos no prazo de 5 (cinco) dias úteis da respectiva intimação, que poderá ser realizada mediante publicação de ato administrativo no Diário Oficial do Distrito Federal.

11.4 O recurso, subscrito por representante legal ou procurador com poderes específicos ou por pessoa credenciada, será dirigido ao Secretário de Estado de Fazenda, por intermédio do Presidente da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, mediante protocolo na SEDE DA SECRETARIA, observado o horário entre as 9h e as 17h.

11.5 A interposição de recurso será comunicada aos demais LICITANTES por meio de intimação publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, mediante protocolo na SEDE DA SECRETARIA, observado o horário entre 9h e 17h.

11.6 A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso, ou deverá encaminhá-lo à autoridade superior, devidamente informado, no mesmo prazo.

11.6.1 O acolhimento do recurso interposto importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7 Os recursos deverão observar os seguintes requisitos:



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**

- 11.7.1 Ser devidamente fundamentados;
- 11.7.2 Ser assinados por representante legal ou procurador com poderes suficientes; e
- 11.7.3 Ser protocolados por escrito, no suporte físico em papel, com as folhas devidamente rubricadas e assinados por seu subscritor, no original, junto à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, na SEDE DA SECRETARIA, nos dias úteis, das 9h às 17h.

11.8 Os recursos interpostos fora do prazo e horário ou em local diferente do indicado não serão conhecidos.

11.9 Não será admitida a apresentação de documentos ou informações que já deveriam ter sido apresentados nos Envelopes I, II, III e IV e cuja omissão não tenha sido suprida nas oportunidades indicadas neste EDITAL.

11.10 O resultado do recurso será publicado no Diário Oficial do Distrito Federal.

11.11 A retratação da autoridade, realizada de ofício, que importe em situação prejudicial a algum dos LICITANTES, reabrirá a fase recursal apenas no tocante à questão nova aduzida.

**CAPÍTULO 12 – ADJUDICAÇÃO E
HOMOLOGAÇÃO**

12.1 O resultado da LICITAÇÃO será submetido pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO ao Secretário de Estado de Fazenda, para homologação.

12.2 Após a homologação, o PODER CONCEDENTE poderá adjudicar o objeto da LICITAÇÃO ao LICITANTE melhor classificado, convocando-o, na condição de ADJUDICATÁRIO, mediante publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, a assinar o CONTRATO no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data da mencionada publicação.

12.2.1 O prazo poderá ser prorrogado por até outros 60 (sessenta) dias se assim solicitado pelo ADJUDICATÁRIO, desde que em razão de motivo devidamente justificado, admitindo-se, ainda, a prorrogação por determinação do PODER CONCEDENTE.

12.2.2 Na hipótese do item acima, a GARANTIA DE PROPOSTA deve ser renovada, se for o caso, para que mantenha-se vigente até a DATA DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO.

12.3 Deixando o ADJUDICATÁRIO de assinar o CONTRATO no prazo fixado, ou não atendendo a qualquer das condições fixadas no Capítulo 14 –deste EDITAL, poderá o PODER CONCEDENTE, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas e da execução da GARANTIA DE PROPOSTA, convocar os LICITANTES remanescentes na respectiva ordem de classificação para fazê-lo, os quais deverão comprovar, para fins da ADJUDICAÇÃO, a manutenção ou reconstituição da GARANTIA DE PROPOSTA nos termos da SEÇÃO 5 – GARANTIA DE PROPOSTA – ENVELOPE IV do Capítulo 9 –deste EDITAL.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**

**CAPÍTULO 13 – ANULAÇÃO E
REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO**

13.1 Nas hipóteses previstas no item 12.3 e/ou em virtude de fatos supervenientes, o PODER CONCEDENTE poderá revogar a LICITAÇÃO, mediante decisão devidamente justificada em prol do interesse público, nos termos do art. 49 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

13.2 Em caso de constatação de ilegalidade no processo licitatório, o PODER CONCEDENTE deve anular a LICITAÇÃO, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, nos termos do art. 49 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

TÍTULO III – DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE OBRA PÚBLICA

**CAPÍTULO 14 – CONDIÇÕES
PRECEDENTES PARA ASSINATURA DO
CONTRATO**

SEÇÃO 1 – CONDIÇÕES GERAIS

14.1 Para a assinatura do CONTRATO, o ADJUDICATÁRIO deverá constituir uma SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO que atenda aos termos deste EDITAL e do CONTRATO.

14.1.1 Caso o ADJUDICATÁRIO seja LICITANTE individual, deverá criar subsidiária integral para atender ao disposto acima.

14.1.2 Caso o ADJUDICATÁRIO seja CONSÓRCIO, deverá constituir sociedade por ações cujos acionistas sejam os CONSORCIADOS, conforme previsto no compromisso de constituição de CONSÓRCIO, ou no seu ato constitutivo devidamente registrado, e neste EDITAL.

14.2 Em até 05 (cinco) dias úteis antes da data prevista para assinatura do CONTRATO, o ADJUDICATÁRIO deverá comprovar:

14.2.1 Ter constituído a SPE nos termos da SEÇÃO 2 – CONDIÇÕES RELATIVAS À SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO deste Capítulo, mediante a apresentação da correspondente certidão emitida pela Junta Comercial do Distrito Federal e da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

14.2.2 Que constituiu a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, nos termos do ANEXO I – MINUTA DO CONTRATO.

14.2.3 Que o ADJUDICATÁRIO ou cada integrante do respectivo CONSÓRCIO vencedor não está impedido de contratar com a Administração Pública, direta ou indireta, do Distrito Federal; e

14.2.4 Que o ADJUDICATÁRIO ou cada integrante do respectivo CONSÓRCIO vencedor possui os documentos de regularidade fiscal e trabalhista exigidos no item 9.39, devidamente atualizados na ocasião da contratação.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

14.3 Os documentos mencionados acima deverão ser apresentados em cópias autenticadas ou no original, com prazo de validade em vigor na data da apresentação, sendo retidos para oportuna juntada no processo administrativo pertinente à contratação.

14.4 Preenchidas todas as condições precedentes exigidas, será providenciada a assinatura do CONTRATO e a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Distrito Federal.

14.5 Poderá a autoridade competente, até a assinatura do CONTRATO, excluir o LICITANTE ou o ADJUDICATÁRIO, por despacho motivado, se, após a fase de habilitação, tiver ciência de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que revele falta ou perda das condições de habilitação, inidoneidade ou falta de capacidade técnica ou financeira.

SEÇÃO 2 – CONDIÇÕES RELATIVAS À SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO

14.6 A CONCESSIONÁRIA será uma SPE, constituída sob a forma de sociedade por ações, nos termos das leis brasileiras, sediada no Distrito Federal, e objeto específico compatível com a exploração do OBJETO da CONCESSÃO.

14.7 O capital social mínimo **subscrito** da SPE, por toda a duração do CONTRATO, será de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), sendo que o seu capital **integralizado** será de pelo menos R\$ 1.500.000,00 (Hum milhão e quinhentos mil reais) no primeiro ano de contrato e de pelo menos R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) a partir do segundo ano, contados da DATA DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO e conforme o disposto no ANEXO I – MINUTA DE CONTRATO.

14.8 A SPE não poderá, durante o prazo da CONCESSÃO, reduzir o seu capital social abaixo do valor mínimo acima especificado, sem prévia e expressa autorização, por escrito, do PODER CONCEDENTE.

14.9 O estatuto social da SPE deverá contemplar cláusula que vede alteração de seu objeto social sem prévia e expressa anuência, por escrito, do PODER CONCEDENTE.

14.10 O exercício social da SPE e o exercício financeiro do CONTRATO coincidirão com o ano civil, feita exceção ao primeiro ano, que terá início com a DATA DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO, e ao último ano.

14.11 A SPE deverá obedecer a padrões adequados de governança corporativa e de contabilidade, e de elaborar suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, baseadas na Legislação Societária Brasileira (Lei Federal nº 6.404/76 e alterações posteriores) e nas Normas Internacionais de Contabilidade

14.12 A SPE estará vinculada, durante todo o prazo da CONCESSÃO, ao disposto no CONTRATO, no EDITAL, na documentação por ela apresentada, inclusive na PROPOSTA COMERCIAL, bem como à legislação distrital, estadual e federal.

CAPÍTULO 15 – CONTRATO

15.1 O CONTRATO a ser firmado, cuja minuta (ANEXO I – MINUTA DO CONTRATO) integra o presente EDITAL para todos os fins e efeitos de direito, regulamentará as condições de sua execução, bem como os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tudo em conformidade com os termos deste



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**

EDITAL, sujeitando-se aos preceitos de direito público e, supletivamente, aos princípios da teoria geral dos contratos e às disposições de direito privado.

15.2 O prazo de vigência do CONTRATO será de 25 (vinte e cinco) anos, contados da DATA DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO, prorrogável excepcionalmente na hipótese prevista em sua Cláusula 45, observados os seus termos e condições.

15.3 A fiscalização da execução do CONTRATO, abrangendo todas as atividades da CONCESSIONÁRIA, durante todo o seu prazo de vigência, será desempenhada pelo PODER CONCEDENTE, que poderá se valer de apoio técnico de terceiros, inclusive de entidades da administração indireta do Distrito Federal, nos termos da legislação e do CONTRATO.

15.4 O CONTRATO prevê, em contrapartida ao cumprimento pela CONCESSIONÁRIA das obrigações previstas neste, o direito de exploração da operação do CENTRO DE CONVENÇÕES ULYSSES GUIMARÃES, observado, contudo, que a obtenção das receitas principais e das receitas alternativas dar-se-á por conta e risco exclusivo da CONCESSIONÁRIA.

15.4.1 O CCUG é objeto da matrícula constante do ANEXO VIII deste EDITAL.

15.4.2 Encontram-se no CCUG os bens descritos no ANEXO VII deste EDITAL, sem prejuízo de outros que venham eventualmente inventariados.

15.4.3 Dentre as obrigações previstas para a CONCESSIONÁRIA encontram-se aquelas referentes aos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS previstos no ANEXO II deste EDITAL.

15.4.4 Caberá à CONCESSIONÁRIA obter e manter as licenças e autorizações necessárias à execução contratual, dentre as quais aquelas listadas no ANEXO IX deste EDITAL.

CAPÍTULO 16 – PENALIDADES

16.1 A recusa do ADJUDICATÁRIO em assinar o CONTRATO dentro do prazo estabelecido pelo PODER CONCEDENTE ou o não atendimento das condições precedentes para a assinatura do CONTRATO nos termos e prazos previstos no presente EDITAL permitirá a aplicação das seguintes sanções:

16.1.1 Multa equivalente ao valor dado em GARANTIA DE PROPOSTA, podendo ser executada por meio dessa;

16.1.2 Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses;

16.1.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

16.2 A sanção prevista no subitem 16.1.1 acima poderá ser aplicada cumulativamente com uma das demais penalidades discriminadas acima, tendo-se por base a gravidade da infração e os parâmetros de razoabilidade e proporcionalidade a serem observados em cada caso, assegurada a ampla defesa e o contraditório ao ADJUDICATÁRIO.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**

16.3 A sanção de suspensão de participar em licitação e contratar com a Administração e a sanção de declaração de inidoneidade também poderão ser aplicadas àqueles que fizerem declaração falsa, utilizarem documento falso ou cometerem fraude fiscal e àqueles que não mantiverem a PROPOSTA COMERCIAL válida durante o prazo previsto neste EDITAL.

16.4 O LICITANTE que tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da LICITAÇÃO, por meio, inclusive, de ajustes, combinação, devassamento do sigilo de propostas, ou de qualquer outro expediente indevido, ou que demonstrar não possuir idoneidade para contratar com o PODER CONCEDENTE em virtude de atos ilícitos anteriormente praticados, estará igualmente sujeito à aplicação das sanções previstas no art. 87, III e IV, da Lei Federal nº 8.666/93, com respaldo no art. 88 daquele mesmo diploma legal, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei nº 12.846/2013, garantido, em qualquer caso, o direito prévio ao contraditório e à ampla defesa.

Brasília- DF, 05 de fevereiro de 2018.

VALTER AGAPITO TEIXEIRA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO